



Universidade Federal de Sergipe
Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião

Gustavo Matos Santos

**Religião, política e controvérsias:
o caso do Círio de Nazaré nas eleições de 2022**

São Cristóvão - SE
2026

Gustavo Matos Santos

**Religião, política e controvérsias:
o caso do Círio de Nazaré nas eleições de 2022**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Prof. Dr. Edemir Antunes Filho

Linha de pesquisa: Ciências Empíricas e Aplicada da Religião

São Cristóvão - SE

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Santos, Gustavo Matos
S2237r Religião, política e controvérsias : o caso do Círio de Nazaré
nas eleições de 2022 / Gustavo Matos Santos ; orientador Edemir
Antunes Filho. – São Cristóvão, SE, 2026.
157 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências Religião) – Universidade
Federal de Sergipe, 2026.

1. Religião. 2. Política. 3. Laicismo 4. Religião e política 5.
Círio de Nazaré. I. Antunes Filho, Edemir, orient. II. Título.

CDU 2-66:324

GUSTAVO MATOS SANTOS

Religião, política e controvérsias: o caso do Círio de Nazaré nas eleições de 2022

“A comissão examinadora foi presidida pelo professor Dr. Edemir Antunes Filho e contou com a participação do professor Dr. José Antonio Santos de Oliveira (1º Examinador, interno) e do professor Dr. Romero Júnior Venâncio Silva (2º Examinador, externo ao programa).”

APROVADA EM: 02 de julho de 2026

Prof. Dr. Edemir Antunes Filho
(orientador)

Prof. Dr. José Antonio Santos de Oliveira
(1º examinador, interno)

Prof. Dr. Romero Júnior Venâncio Silva
(2º examinador, externo ao programa)

Agradecimentos

Quero, primeiramente, agradecer a Deus e a Nossa Senhora de Nazaré por me fazerem continuar nessa jornada, mesmo diante de tantos percalços, e não foram poucos, diga-se de passagem. Em seguida, quero agradecer à base da família Matos, aos meus pais, que, desde sempre, mostraram que o caminho da educação seria a melhor escolha para um menino nascido no Povoado Coqueiro, em São Cristóvão. Como em toda trajetória de vida, não foi fácil, mas consegui chegar à pós-graduação da Universidade Federal de Sergipe. E foi graças à minha mãe, Solange, e ao meu pai, José Benício, que cheguei até aqui.

Além disso, quero agradecer aos meus irmãos, João Carlos e Luciano Matos; às minhas irmãs, Luana Matos, Ana Lúcia e Ana Caroline; aos meus sobrinhos, Benjamim, Pedro Benício, Arthur, Samuel, João, Alejandro, Saulo, Enzo e Lucas; e às minhas sobrinhas, Suellen, Agatha, Liz e Luiza. Às minhas avós, Maria Fiel e Clotilde; aos meus avôs, Seu Menininho (in memoriam) e Passarinho (in memoriam); aos meus primos, Lucas e Robson (in memoriam); aos meus cunhados, Wharandy, Leandro e Roberto; a minha cunhada e Lisa; ao meu tio Juraci; e aos meus tios de consideração, Valterlor e Edvaldo (in memoriam); às minhas tias, Maria Cristina e Ana Lúcia (in memoriam), entre outros familiares, é uma honra ter vocês como minha família.

A pós-graduação em Ciências da Religião mostrou-me o quanto sou persistente e, ao mesmo tempo, frágil; resiliente e, por vezes, impaciente; batalhador e, em certos momentos, tomado pela vontade de desistir. Às vezes, também é interessante pensar como Charlie Chaplin: “Enquanto você sonha, você está fazendo o rascunho do seu futuro”. Espero que este sonho acadêmico continue dando certo.

Não posso deixar de agradecer ao meu orientador, Professor Dr. Edemir Antunes Filho, por me auxiliar desde a tentativa de ingresso na pós-graduação até a conclusão desta pesquisa. Sem ele, tudo teria sido ainda mais difícil. Agradeço imensamente pela paciência, pelo apoio e pelas contribuições fundamentais ao desenvolvimento deste trabalho. Trabalhar com religião e política não é uma tarefa simples; contudo, graças aos seus conhecimentos sobre o tema, consegui desenvolver esta pesquisa.

Outros professores importantíssimos nesse percurso foram Joe Marçal, que, desde a graduação em Ciências da Religião, demonstrou profissionalismo e, ao mesmo tempo, construiu uma amizade para além dos muros da universidade, ao professor Antonio Oliveira, que também

contribuiu significativamente durante essa caminhada, oferecendo conselhos valiosos; a professora Priscila Gois, ainda nos tempos da graduação; e o professor César, que, mesmo não fazendo parte do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, sempre esteve ao meu lado quando solicitado. Agradeço a todos esses mestres e doutores por fazerem parte da minha jornada na UFS.

Quero agradecer imensamente também aos professores e às instituições de ensino que fizeram parte da minha trajetória no ensino fundamental e médio. Expresso minha gratidão aos colégios Cleodice Araújo, São Cristóvão e Elísio Carmelo, bem como aos professores Edenilze, Edmeires, Isabel, Vanuzia, Newton, Marlene, Marleide, Clovis (in memoriam), Ana Maria e tantos outros. Saibam que foi graças a vocês que cheguei à Universidade Federal de Sergipe. Todos serão sempre lembrados e reverenciados.

Quero expressar gratidão também a um grupo seleto de grandes e maravilhosos amigos, amigos não, irmandade. Quantidade nunca significou qualidade. Vocês podem até ser poucos em número, mas são gigantes em importância. Não consigo imaginar como seria a minha vida sem a amizade de vocês: Jucimara, Vanessa, Thamara, Nanda, Alexandra, Wevany, Erik, Carlos Dennison, Seu Ilton, Jhon Marinho, Wilames Oliveira, Carlos Henrique, Rafael, Fernando, Bruna, Amaury, Greycy, Willames, Jairo e Edcarlos. Do ensino fundamental ao ensino superior, memórias inesquecíveis foram construídas ao lado de todos vocês.

A universidade pública é, muitas vezes, um sonho distante, principalmente para quem mora “no interior do interior”. Contudo, entrei na UFS como um jovem adulto e saí como um adulto jovem, carregando uma bagagem robusta de conhecimento, amadurecimento e gratidão. A universidade não me ofereceu apenas suporte institucional; ela também me mostrou que a persistência pode nos levar a lugares inimagináveis.

Além disso, no momento mais difícil da pós-graduação, foi a Universidade Federal de Sergipe que, por meio de suas diretrizes institucionais, reconheceu minha luta pela verdade e pela reparação. Aprendi que, por sermos estudantes e pesquisadores, não podemos baixar a cabeça diante do erro, mesmo quando ele vem de onde menos esperamos. Aprendi também que apontar equívocos não significa expor ou desmerecer um programa, mas reafirmar que o erro jamais pode se sobrepor ao que é correto.

Por fim, caros e gentis leitores, quero dizer que sou profundamente grato pela ajuda de todos vocês, direta e indiretamente, ao longo desses dois anos de pesquisa. Esta dissertação não é somente minha; ela também pertence a cada pessoa que esteve ao meu lado durante essa caminhada. Agradeço hoje e sempre. Muito obrigado.

Resumo

Esta dissertação examina a relação entre religião e política no Brasil contemporâneo a partir da análise das controvérsias geradas pela participação do então presidente Jair Bolsonaro no Círio de Nazaré de Belém do Pará, em outubro de 2022, no ápice da campanha eleitoral. O episódio é tomado como um nó de controvérsias onde se cruzam fios históricos, teológicos, políticos, econômicos e identitários. O objetivo geral é examinar criticamente o uso da festividade religiosa no contexto eleitoral de 2022. Para tanto, articulam-se três objetivos específicos: refletir teoricamente sobre os conceitos de processo histórico-cultural, controvérsias e espaços religiosos e públicos; compreender o processo histórico-cultural do Círio desde seu surgimento no século XVIII até sua utilização política em 2022; e analisar as controvérsias político-religiosas deflagradas durante a festa em 2022. O referencial teórico mobiliza as noções de processo histórico-cultural de Marshall Sahlins e John B. Thompson, as abordagens das controvérsias de Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Francis Chateauraynaud e Paula Montero, e o debate sobre espaços religiosos e públicos a partir de Jürgen Habermas e dos autores brasileiros Patrícia Birman, Emerson Giumbelli, Paula Montero e Ari Pedro Oro. Metodologicamente, a pesquisa inscreve-se no paradigma qualitativo, adota o desenho de estudo de caso instrumental e baseia-se em análise documental de matérias jornalísticas, pronunciamentos oficiais, posts em redes sociais e registros audiovisuais. A hipótese central é a de que o Círio funciona como uma forma simbólica densa cuja análise permite observar transformações mais amplas na relação entre religião e espaço público no Brasil, onde a laicidade estatal não implica separação absoluta, mas um jogo de dispositivos e negociações cotidianas. Conclui-se que o episódio do Círio de 2022 foi um evento-limite onde as fronteiras entre religião e política se mostraram porosas e contestadas, revelando fissuras internas ao catolicismo, a concorrência entre grupos religiosos e a agência dos fiéis como atores coletivos capazes de reagir às tentativas de enquadramento político de seu ritual.

Palavras-chave: Religião, política, Círio de Nazaré, controvérsias, laicidade.

Abstract

This dissertation examines the relationship between religion and politics in contemporary Brazil through an analysis of the controversies sparked by then-President Jair Bolsonaro's participation in the Círio de Nazaré festival in Belém do Pará in October 2022, at the height of the election campaign. The episode is understood as a nexus of controversy in which historical, theological, political, economic, and identity-related threads intersect. The overall objective is to critically examine the use of this religious festival in the 2022 electoral context. To this end, three specific objectives are articulated: to reflect theoretically on the concepts of historical and cultural process, controversy, and religious and public spaces; to understand the historical and cultural process of the Círio from its emergence in the eighteenth century to its political use in 2022; and to analyze the political-religious controversies that emerged during the festival in 2022. The theoretical framework draws on the notions of historical and cultural process developed by Marshall Sahlins and John B. Thompson, the approaches to controversy proposed by Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Francis Chateauraynaud, and Paula Montero, and the debate on religious and public spaces based on Jürgen Habermas and the Brazilian authors Patrícia Birman, Emerson Giumbelli, Paula Montero, and Ari Pedro Oro. Methodologically, this study is grounded in the qualitative paradigm, adopts an instrumental case study design, and is based on document analysis of news reports, official statements, social media posts, and audiovisual records. The central hypothesis is that the Círio functions as a dense symbolic form whose analysis makes it possible to observe broader transformations in the relationship between religion and the public sphere in Brazil, where state secularism does not imply absolute separation, but rather a complex interplay of arrangements and everyday negotiations. It is concluded that the 2022 Círio episode constituted a limit event in which the boundaries between religion and politics proved porous and contested, revealing internal fissures within Catholicism, competition among religious groups, and the agency of the faithful as collective actors capable of reacting to attempts to impose a political framing on their ritual.

Keywords: Religion, politics, Círio de Nazaré, controversy, state secularism.

Lista de figuras

Figura 01 – Bairro periférico de Jurunas em Belém na década de 1965	69
Figura 02 – Bairro central de Campina em Belém na década de 1960	70
Figura 03 – Mapa de Belém em 1791	72
Figura 04 – Catedral Metropolitana de Belém em 1904	73
Figura 05 – Cartaz do Círio de 1878	75
Figura 06 – Cartaz do Círio de 1901	76
Figura 07 – Logotipo da Tv Marajoara na década de 1960	78
Figura 08 – Corda do Círio de Nazaré de 2023	83
Figura 9 – Berlinda do Círio de 2021	84
Figura 10 – Presidente Lula segurando a Imagem de Nossa Senhora de Nazaré no Círio de 2024	86
Figura 11 – Anúncio do Site Zarpar em 2025	87
Figura 12 – Presidente Bolsonaro e aliados na Romaria Fluvial em 2022	88
Figura 13 – Fieis na Romaria de Acessibilidade de 2023	94
Figura 14 – Post de Eduardo Bolsonaro sobre a Barqueata em Belém 2022	119
Figura 15 – Comentários feitos nas reportagens da CNN Brasil e Poder 360 sobre a presença de Jair Bolsonaro na Romaria Fluvial em 2022	128

Lista de siglas e abreviaturas

Diário Online	DOL
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	IPHAN
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos	DIEESE-PA
Secretaria de Estado de Turismo do Pará	SETUR
Assembleia Legislativa do Estado do Brasil	ALEPA
Companhia Paraense de Turismo	PARATUR
Empresa de Turismo	EMBRATUR
Universidade Federal do Pará	UFPA
Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura	UNESCO
Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará	SHRB-PA
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA
Língua Brasileira de Sinais	LIBRAS
Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários +	LGBTQIAPN+
Organizações das Nações Unidas	ONU
Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente	PNUMA
Associação Brasileira de Resíduos e Meio Ambiente	ABREMA
Pesquisas de Informações Básicas Municipais	MUNIC
Cooperativa de Trabalhadores dos Catadores de Materiais Recicláveis PA	CONCAVES-PA
Associação de Catadores da Coleta Seletiva de Belém	ACCSB
Partido dos Trabalhadores	PT
Partido do Movimento Brasileiro Democrático Brasileiro	PMDB

Movimento Democrático Brasileiro	MDB
Partido Social Cristão	PSC
Partido Liberal	PL
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	IBGE
Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística	IBOPE
Supremo Tribunal Federal	STF
Organização Mundial da Saúde	OMS
Frente Parlamentar Evangélica	FPE
Partido Socialismo e Liberdade	PSOL
Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica	IPEC
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	CNBB
Procuradoria - Geral da República	PGR

Sumário

Introdução	12
I – Arquitetura da trama: cultura, controvérsia e espaço público	21
1.1. Processo histórico-cultural: entre Sahlins e Thompson	21
1.2. Controvérsias e sociedade: Latour, Bourdieu, Chateauraynaud e Montero	35
1.3. Espaços religiosos e públicos: Habermas e o debate brasileiro	48
II – Invenção do Círio: devoção, espetáculo e capital simbólico	55
2.1. Culto mariano colonial e evangelização na Amazônia: origens	55
2.2. Profissionalização, mediatização e turistificação: transformações	66
2.3. Complexo cultural-religioso e fato social total: atualidade	89
III – Nó de controvérsias: o Círio de 2022 e as fronteiras do político-religioso	100
3.1. Construção das fronteiras: contexto político-religioso brasileiro	100
3.2. Discursos em disputa: políticos, clérigos e fiéis	118
3.3. Fissuras e alianças: o campo religioso local em perspectiva	129
IV – Conclusão	138
V – Bibliografia	148
1. Fontes documentais	148
2. Referências	154

Introdução

Minha trajetória acadêmica e pessoal está inextricavelmente ligada à questão central desta pesquisa: a relação dinâmica, conflituosa e constitutiva entre esferas da vida social que, em tese, a modernidade secular procurou separar. Nascido e criado na zona rural do município de São Cristóvão, em Sergipe, fui o primeiro da minha família a acessar o ensino superior, um percurso que, além das dificuldades materiais, representou uma profunda reconfiguração identitária. O ingresso na Universidade Federal de Sergipe e na graduação em Ciências da Religião foi um processo de desnaturalização do mundo, onde a educação se revelou, nas palavras do sociólogo Frédéric Vandenberghe, um dispositivo central na coprodução do indivíduo e da sociedade.

Essa perspectiva entende que indivíduo e sociedade não existem separadamente, mas são produzidos e constituídos por meio de sua implicação mútua e da mediação da cultura, em processos e práticas sociais concretas. Foi nesse laboratório de ressignificação que minha curiosidade pelo fenômeno religioso encontrou o rigor analítico das ciências humanas, permitindo-me transitar de uma visão comum para uma postura de cientista da religião.

No último período da graduação, em 2023, um projeto para a disciplina “Métodos e técnicas em Ciências da Religião” levou-me a eleger um objeto empírico. Movido por uma inquietação com os dramáticos eventos político-religiosos que marcavam o Brasil pós-2018, voltei-me para um episódio específico e amplamente noticiado: a controversa participação do então presidente Jair Bolsonaro no Círio de Nazaré de Belém do Pará, em outubro de 2022, no ápice da campanha eleitoral.

Aquele trabalho inicial, intitulado “Religião e política: o caso do Círio de Nazaré nas eleições de 2022”, funcionou como uma sonda lançada em um território complexo, marcando um ponto de virada na minha trajetória. Sua aceitação e o consequente ingresso no mestrado permitiram transformar a sonda em uma expedição mais aparelhada, dando origem a esta dissertação. O memorial, portanto, não é um preâmbulo dissociado, mas a genealogia do problema de pesquisa, localizando a motivação subjetiva na intersecção entre uma trajetória de transformação via educação e a emergência de um objeto que encapsula tensões agudas da sociedade brasileira.

A problemática que esta dissertação se propõe a investigar emerge justamente dessa conjunção entre trajetória pessoal e urgência social. O episódio do Círio de 2022 não foi um fato isolado, mas um sintoma condensado de questões históricas e estruturais de longa duração. Por um lado, evidencia a permanência e a resiliência do entrelaçamento entre religião e política no Brasil, uma relação simbiótica que remonta ao projeto colonial português, onde a cruz e a coroa eram braços de um mesmo corpo, e que persiste, de formas renovadas, mesmo após a constituição de um Estado laico. Por outro lado, explicita as novas configurações desse entrelaçamento no século XXI. A presença de Jair Bolsonaro, um político que, embora de batismo católico, construiu sua base principal no evangelicalismo pentecostal, em uma festividade católica de massa, com nítido objetivo eleitoral, e as reações veementes que provocou, colocam em cena uma série de controvérsias fundamentais.

Estas controvérsias dizem respeito aos limites do espaço religioso, à autenticidade da devoção, à instrumentalização da fé, aos contornos práticos da laicidade estatal e às próprias transformações no campo religioso brasileiro. A laicidade é entendida aqui não como separação absoluta entre Estado e religiões, mas como um conjunto historicamente variável de dispositivos legais e negociações cotidianas que regulam essa fronteira. Neste campo, a hegemonia católica tradicional convive, de modo conflituoso, com o crescimento evangélico e a presença das religiões de matriz africana, em um cenário de intensa competição simbólica.

A pergunta que orienta esta pesquisa, portanto, desdobra-se em duas dimensões interligadas: Como o processo histórico-cultural de formação do Círio de Nazaré, desde o século XVIII, constituiu um símbolo religioso de tal magnitude que o torna um alvo cobiçado e um palco privilegiado para disputas políticas? E, de modo mais específico, o que a análise das controvérsias deflagradas em 2022, com seus atores, discursos, alianças e rupturas, pode revelar sobre as dinâmicas atuais do campo religioso brasileiro e suas interfaces com a política partidária em um contexto de alta polarização?

A hipótese que percorre este trabalho é a de que o Círio, enquanto forma simbólica densa, funciona como um nó de controvérsia onde se cruzam e se tornam visíveis fios de diferentes ordens: históricos, teológicos, políticos, econômicos e identitários. Sua análise permite, assim, usar um evento singular como uma lente de aumento para observar transformações mais amplas na relação entre religião e espaço público no Brasil. Esta perspectiva é corroborada por autores como Emerson Giumbelli, para quem, no Brasil, a relação entre Estado e religião é configurada menos por princípios

abstratos de laicidade do que por dispositivos práticos, que frequentemente permanecem camuflados pelas dinâmicas políticas e sociais. O caso do Círio em 2022 é um exemplo paradigmático desse jogo de dispositivos e fronteiras.

O Círio de Nazaré se estabelece, assim, como um objeto privilegiado para essa investigação por sua própria natureza de complexo cultural-religioso. Principal celebração religiosa da região Norte e uma das maiores do país, ele mobiliza anualmente milhões de fiéis e uma imensa estrutura logística, turística e midiática. Como destacam diversos estudos, sua realização ultrapassa em muito o exercício da devoção católica, impactando profundamente a economia, o comércio e o tecido social local, o que inevitavelmente atrai e constitui uma miríade de interesses, inclusive políticos.

Esta pesquisa se inscreve no campo das Ciências da Religião, mais especificamente na linha das ciências empíricas e aplicadas, que busca compreender como as religiões se constroem na interação social, transformam-se historicamente e orientam comportamentos coletivos. Portanto, analisar as controvérsias em torno do Círio é também uma forma de refletir sobre o processo de produção de conhecimento científico sobre a realidade vivencial das religiões.

O contexto eleitoral de 2022 fornece o cenário ideal para observar esse entrelaçamento. Como apontado em reportagens da época, a presença de Bolsonaro no Círio fazia parte de uma estratégia eleitoral direcionada ao eleitorado católico, dado que pesquisas de intenção de voto mostravam sua desvantagem significativa nesse segmento em comparação com seu principal oponente.

Sua participação, portanto, não pode ser lida como um ato de devoção desinteressada, mas como um cálculo político explícito, uma tentativa de se associar ao capital simbólico da festa para conquistar apoio eleitoral. Essa tentativa, contudo, não foi pacífica, sendo confrontada por vaias e protestos de parte dos fiéis, que viram naquela presença uma indevida politização de seu momento de fé, e por críticas públicas de autoridades religiosas e políticas locais, que defendiam o caráter apartidário da celebração. Esse embate torna visível a disputa pelo sentido e pelo controle do espaço ritual.

A relação entre religião e política, longe de ser um resquício do passado, mostra-se assim uma força viva e reorganizadora do presente. Ela não se limita a uma aliança de cúpulas, mas se manifesta de forma aguda no nível das micropolíticas, dos embates cotidianos e das disputas pelo imaginário social. A sociologia, como subárea das Ciências da Religião, oferece as ferramentas necessárias para desvendar essa complexidade.

Neste trabalho, a sociologia relacional de Vandenberghe e as abordagens das controvérsias fornecem um quadro teórico capaz de capturar a dinâmica de coprodução entre indivíduos, instituições e significados em jogo no episódio estudado. Trata-se de compreender como os agentes envolvidos (políticos, clérigos, fiéis, mídia) negociam, conflitam e redefinem, na prática, os limites entre o sagrado e o profano, o público e o privado, o religioso e o político.

A escolha por focar em uma controvérsia específica permite fugir de generalizações abstratas e mergulhar na textura densa do social. Como aponta a antropologia, as controvérsias são janelas privilegiadas para observar a manipulação de formas discursivas por diferentes agentes, sem precisar assumir que todos compartilham um mesmo campo ou visão de mundo. No caso em tela, vemos discursos de respeito à tradição, de defesa da pureza religiosa, de acusação de invasão e de protesto popular coexistindo e colidindo. Mapear esses discursos e as redes de apoio e oposição que os sustentam é crucial para caracterizar o atual campo religioso local e nacional, marcado por fissuras internas, concorrência entre grupos e uma laicidade constantemente tensionada.

Além do percurso formal nas disciplinas da graduação e da pós-graduação, os subsídios teóricos e metodológicos para esta dissertação foram substancialmente enriquecidos pela minha participação efetiva no grupo de pesquisa “Religião, Poder e Política – REPOP”, coordenado pelo Prof. Dr. Edemir Antunes Filho. A atuação neste grupo tem sido fundamental para o aprofundamento das abordagens que dialogam com a Sociologia Pragmática, a Antropologia das Ciências e das Técnicas e a Antropologia Política, linhas de força que explicitamente orientam as investigações do coletivo. Mais especificamente, o projeto desta dissertação insere-se e dialoga de forma orgânica com a linha de pesquisa do REPOP intitulada “Políticas públicas, atuação religiosa e processos políticos”, cujo foco está nos processos pelos quais as políticas públicas se estabelecem, enfatizando as práticas de indivíduos ou grupos religiosos, tema nuclear para a análise aqui proposta.

Para responder às questões propostas e testar a hipótese levantada, esta dissertação estabelece um objetivo geral e três objetivos específicos. O objetivo geral consiste em examinar criticamente o uso da festividade religiosa do Círio de Nazaré no contexto político eleitoral de 2022 no Brasil. Para alcançá-lo, propõe-se: primeiro, refletir teoricamente sobre os conceitos de processo histórico-cultural, controvérsias religiosas e públicas, e espaços religiosos e públicos; segundo, compreender como ocorreu o processo

histórico-cultural do Círio, desde seu surgimento no século XVIII até sua utilização no contexto político de 2022; e terceiro, analisar as controvérsias político-religiosas deflagradas durante a festa do Círio de Nazaré em 2022.

Para conduzir esta investigação, a dissertação estrutura-se em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo, “Arquitetura da trama: cultura, controvérsia e espaço público”, constrói o instrumental analítico necessário. Divide-se em três eixos.

O primeiro eixo, “Processo histórico-cultural”, dialoga com Marshall Sahlins e John B. Thompson. De Sahlins, toma-se a noção de que a cultura é um sistema dinâmico que estrutura a experiência histórica, onde eventos externos são interpretados e incorporados a partir de esquemas culturais preexistentes, que por sua vez se modificam nesse processo. Thompson complementa essa visão ao insistir na análise das formas simbólicas, como o Círio, em seus contextos sócio-históricos de produção, transmissão e recepção, sempre permeados por relações de poder.

O segundo eixo, “Controvérsias e sociedade”, operacionaliza o conceito central de controvérsia a partir da sociologia das associações de Bruno Latour, da sociologia dos campos de Pierre Bourdieu, da sociologia das controvérsias de Francis Chateauraynaud e, fundamentalmente, da perspectiva antropológica de Paula Montero, para quem a controvérsia permite observar manipulações de formas discursivas por diferentes agentes sem a necessidade de supor que todos disputam no interior de um mesmo campo.

O terceiro eixo, “Espaços religiosos e públicos”, posiciona o debate no terreno específico da religião na modernidade, partindo da teoria da esfera pública de Jürgen Habermas e dialogando com autores brasileiros como Patrícia Birman, Emerson Giumbelli e Ari Pedro Oro, que mostram como os espaços religiosos e públicos se interpenetram de formas complexas e locais.

A exigência de um capítulo inicial que articule, primeiramente, o referencial teórico e, em seguida, a opção metodológica não decorre de mera convenção acadêmica, mas da própria lógica da produção do conhecimento nas Ciências Empíricas da Religião, especialmente em sua vertente sociológica. Esse capítulo fundamenta-se na premissa de que o fenômeno religioso não se apresenta à observação de forma neutra ou autoevidente, ao contrário, sua delimitação, seus aspectos relevantes e as questões formuladas a seu respeito dependem diretamente da teoria sociológica da religião adotada. É a teoria que define o que se busca compreender e, conseqüentemente, quais procedimentos empíricos

são adequados. Sem essa explicitação prévia, o(a) leitor(a) não teria condições de avaliar a coerência interna da pesquisa, tampouco a pertinência dos métodos escolhidos.

Além disso, como é comum nas subáreas das Ciências Empíricas da Religião, o capítulo teórico-metodológico cumpre uma função adicional de posicionamento disciplinar. Uma pesquisa que se pretende sociológica, ainda que inserida em um contexto interdisciplinar, precisa demarcar claramente suas fronteiras. Desse modo, o capítulo inicial assegura a manutenção da identidade sociológica da investigação, evitando um ecletismo metodológico que possa fragilizar a consistência dos resultados. Ele funciona, portanto, como uma âncora epistemológica: a teoria fornece o horizonte interpretativo, e a metodologia traduz esse horizonte em procedimentos verificáveis, garantindo que o esforço empírico esteja efetivamente orientado pela pergunta sociológica, e não por técnicas aplicadas de modo descontextualizado.

Por fim, esse capítulo atende a uma necessidade prática e formativa própria da pós-graduação: demonstrar que o pesquisador domina o arcabouço teórico que mobiliza e sabe operacionalizá-lo em um desenho de pesquisa concreto. Ao expor, inicialmente, as categorias fundamentais (como secularização, habitus religioso, mercado de bens de salvação ou comunidade de crenças) e, posteriormente, os instrumentos de coleta e análise (entrevistas semiestruturadas, observação participante, análise de redes etc.), o autor torna seu percurso transparente e passível de crítica. Isso é particularmente relevante na sociologia da religião aplicada a contextos empíricos sensíveis, nos quais pressupostos teológicos ou militâncias implícitas podem enviesar a investigação. Um capítulo teórico-metodológico bem construído não apenas legitima a pesquisa diante da banca, mas também oferece ao leitor as chaves para compreender os limites, o alcance e a consistência das interpretações apresentadas nos capítulos subsequentes.

O segundo capítulo, “Invenção do Círio: devoção, espetáculo e capital simbólico”, fornece a espessura histórica e cultural sem a qual o evento de 2022 permaneceria opaco. Reconstitui o processo histórico-cultural que transformou uma simples procissão no século XVIII em um megaevento religioso, turístico e midiático. O capítulo percorre três etapas.

A primeira, “Culto mariano colonial e evangelização na Amazônia: origens”, investiga o surgimento do culto a Nossa Senhora de Nazaré em Belém, no contexto colonial português, relacionando-o às devoções marianas lusitanas e ao processo de evangelização e territorialização na Amazônia. A segunda etapa, “Profissionalização, midiáticação e turistificação: transformações”, concentra-se nas intensas mudanças

ocorridas a partir dos anos 1970, com base significativa na tese de doutorado de Ivone Correa, que mapeou a profissionalização da festa, sua crescente espetacularização e atração turística, bem como as tensões internas à Igreja Católica. A terceira etapa, “Complexo cultural-religioso e fato social total: atualidade”, sintetiza o status do evento no século XXI como um poderoso símbolo de identidade paraense e amazônica, um fato social total que mobiliza milhões de pessoas, gera enorme movimentação econômica e constitui um capital simbólico de alto valor, cujo controle e associação são alvo de disputa.

O terceiro capítulo, “Nó de controvérsias: o Círio de 2022 e as fronteiras do político-religioso”, é o momento da análise empírica. Organiza-se em três partes articuladas. A primeira, “Construção das fronteiras: contexto político-religioso brasileiro”, contextualiza o evento no marco mais amplo da ascensão da nova direita brasileira e do bolsonarismo como fenômeno político-religioso, onde fronteiras entre messianismo, moralismo e projeto de poder se confundem.

A segunda parte, “Discursos em disputa: políticos, clérigos e fiéis”, é o núcleo da análise das controvérsias. Por meio de metodologia qualitativa de análise de discurso e de conteúdo, examinam-se as diferentes posições e narrativas que emergiram: o discurso do candidato Bolsonaro e seus apoiadores, que buscavam apresentar sua presença como uma demonstração de respeito à tradição e à fé popular; o discurso crítico de autoridades eclesiais católicas, que alegavam a defesa do caráter estritamente religioso e apartidário da festa; o discurso de políticos opositores, que enquadraram o ato como uma invasão e um desrespeito; e, de modo crucial, as manifestações dos fiéis presentes, capturadas em vídeos e reportagens, que vão desde a adesão entusiástica até a rejeição ruidosa.

A terceira parte, “Fissuras e alianças: o campo religioso local em perspectiva”, interpreta o mapa discursivo traçado, argumentando que o episódio funcionou como um teste de realidade para os limites da laicidade e para as alianças no campo religioso, revelando fissuras dentro do próprio catolicismo, a concorrência entre grupos religiosos e a agência dos fiéis como atores coletivos.

Metodologicamente, esta pesquisa se inscreve no paradigma qualitativo, característico das ciências humanas, e adota um desenho de estudo de caso instrumental, no qual o episódio do Círio de 2022 é investigado não apenas por seu valor intrínseco, mas por sua capacidade de iluminar questões teóricas mais amplas. As técnicas de coleta

de dados são a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. A primeira abrange a literatura teórica e histórica já referida.

A segunda é central para a análise do terceiro capítulo e envolve a coleta e a análise de matérias jornalísticas de veículos de imprensa nacional e regional, como Folha de São Paulo, O Globo, CNN Brasil e G1 Pará, publicadas em outubro de 2022; a análise de pronunciamentos oficiais divulgados pela Arquidiocese de Belém e por políticos locais; o exame de posts e materiais publicados em redes sociais, especialmente Twitter e Instagram, do candidato Jair Bolsonaro e de seus apoiadores influentes durante o período da festa; e a revisão de vídeos e registros audiovisuais do evento disponíveis em plataformas como YouTube. A análise será conduzida a partir da triangulação entre essas fontes, buscando reconstruir os diferentes enquadramentos e as linhas de tensão que constituíram a controvérsia, com foco nos atores, em seus argumentos e nas formas como mobilizam elementos religiosos, políticos e identitários para sustentar suas posições.

Cumprir registrar que esta pesquisa se baseia exclusivamente em fontes documentais e midiáticas disponíveis publicamente, não contemplando entrevistas, observação participante ou outros procedimentos de pesquisa de campo. Essa opção metodológica, embora limite o alcance das conclusões ao plano dos discursos e representações públicas, é coerente com o desenho de estudo de caso instrumental adotado e com o recorte temporal do evento analisado.

Vale observar que a proposta desta pesquisa não é realizar uma análise discursiva ou de conteúdo, mas sim uma análise crítica das controvérsias explicitadas a partir dos materiais coletados em diferentes sites jornalísticos. Esses materiais foram selecionados de forma criteriosa, desde que apresentassem consonância com os objetivos desta dissertação. Dessa forma, o método utilizado atende a todos os requisitos necessários para a compreensão dessas controvérsias.

Por fim, esta introdução prepara o leitor para um percurso que busca ir além da mera descrição de um fato político midiático. Ao integrar reflexão teórica cientificamente ancorada, reconstrução histórica densa e análise empírica rigorosa, a dissertação pretende demonstrar que o Círio de Nazaré de 2022 foi um evento-limite onde as habituais fronteiras entre religião e política, entre público e privado, entre devoção e estratégia, se mostraram porosas e contestadas. A conclusão retomará as principais descobertas de cada capítulo, ressaltando como a análise das controvérsias em torno desse símbolo religioso permite compreender, em microescala, os mecanismos através dos quais o campo

religioso brasileiro contemporâneo se constitui, se transforma e interage com a esfera política em um contexto democrático.

Espera-se, com isso, contribuir não apenas para os estudos específicos sobre o catolicismo popular ou sobre religião e política no Brasil, mas também para o refinamento das ferramentas teóricas das Ciências da Religião para abordar fenômenos sociais complexos, nos quais a força simbólica da religião permanece um operador central de identidades, conflitos e poder.

I – Arquitetura da trama: cultura, controvérsia e espaço público

1.1. Processo histórico-cultural

A análise da relação entre religião e política no Brasil contemporâneo, tendo como objeto central o Círio de Nazaré e sua utilização no contexto eleitoral de 2022, exige um instrumental teórico capaz de captar a complexidade das transformações sociais, culturais e simbólicas que atravessam esse fenômeno. Não se trata de um evento isolado, mas de um processo histórico-cultural de longa duração, que envolve a produção, a circulação e a disputa de sentidos em torno de uma das maiores manifestações religiosas do país. Nesta seção, apresenta-se a noção de processo histórico-cultural tal como desenvolvida pelo antropólogo Marshall Sahlins (2003) e pelo sociólogo John B. Thompson (1999; 2002), autores que, embora provenientes de tradições distintas, oferecem ferramentas analíticas complementares e fundamentais para a compreensão do objeto desta pesquisa.

É inegável que tanto a religião quanto a política possuem profundas conexões históricas e que, sempre que esses dois universos se entrelaçam, emergem conflitos de interesse e disputas por legitimidade. Há décadas, a política enxerga na religião um espaço estratégico para dialogar com diferentes segmentos da população, sobretudo porque o fiel também representa um potencial eleitor. Entretanto, não se pode ignorar que a própria religião, em determinados contextos, também se beneficia dessa aproximação com o campo político.

Assim como a política identifica no fiel um possível apoio eleitoral, grupos religiosos também buscam utilizar essa relação como mecanismo de fortalecimento institucional, social e simbólico. Não é novidade que a esfera política brasileira procura estabelecer diálogo com os fiéis das mais variadas religiões, principalmente com aquelas capazes de mobilizar grandes multidões em festas, romarias e manifestações públicas. Em praticamente todas as grandes celebrações religiosas do país, seja em metrópoles, seja em pequenas cidades, é comum a presença de lideranças políticas em busca de visibilidade e aproximação com o público.

Vivemos em um contexto no qual diferentes campos sociais passaram por intensas transformações, sobretudo nos âmbitos econômico, político e religioso. A modernidade foi marcada por profundas mudanças estruturais decorrentes de grandes revoluções, entre elas a Revolução Francesa, que alteraram significativamente as formas de organização da vida social. É justamente nesse cenário de mudanças que a sociologia emerge como campo de conhecimento voltado à compreensão das transformações da sociedade moderna.

Nesse sentido, torna-se evidente a relevância do pensamento sociológico para interpretar os fenômenos sociais contemporâneos, independentemente da área em que atue, seja científica, política, cultural ou educacional. Ao longo do tempo, as próprias teorias sociológicas também passaram por reformulações e renovações conceituais, uma vez que novos autores e novas abordagens passaram a questionar modelos anteriores e a propor diferentes formas de interpretar a realidade social. Assim, a teoria social deixou de estar restrita a uma sociologia centrada exclusivamente na compreensão das relações sociais tradicionais para incorporar perspectivas mais amplas, dinâmicas e relacionais.

Para Marshall Sahlins (2003), a cultura não é um mero reflexo das condições materiais nem um receptáculo passivo de acontecimentos externos. Ao contrário, ela constitui um sistema simbólico dinâmico que organiza ativamente a experiência histórica. Quando um evento inesperado irrompe em uma sociedade, ele é interpretado e incorporado a partir de esquemas culturais preexistentes. Contudo, esse processo não ocorre de maneira mecânica, pois, ao serem incorporados, os acontecimentos também modificam os próprios esquemas que os interpretam.

Sahlins (2003) propõe, assim, uma relação de dupla determinação entre cultura e história, na qual a reprodução do sistema cultural nunca ocorre de forma idêntica, sendo constantemente acompanhada por processos de transformação. Essa perspectiva é particularmente útil para compreender como o Círio de Nazaré, ao longo de mais de dois séculos, incorporou sucessivas camadas de significado devocionais, turísticas, econômicas e políticas sem perder sua centralidade simbólica, mas transformando-se a cada nova incorporação.

A abordagem de Sahlins (2003) permite compreender que o Círio de Nazaré não constitui uma tradição estática e imutável, mas um fenômeno vivo que se reinventa continuamente. Cada novo elemento incorporado à festa seja uma inovação tecnológica, a presença de uma autoridade política ou novas formas de devoção popular é filtrado pelos esquemas culturais já existentes, ao mesmo tempo em que produz alterações nesses

próprios esquemas. É nesse sentido que se pode falar em um processo histórico-cultural: o Círio não está fora da história, mas é constituído por ela, assim como também contribui para transformá-la.

John B. Thompson (1999; 2002) complementa essa perspectiva ao propor uma análise das formas simbólicas em seus contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção. Para Thompson (1999), formas simbólicas como rituais, imagens, discursos e celebrações estão sempre inseridas em relações de poder e são mobilizadas por atores sociais em contextos específicos. Dessa forma, analisar uma manifestação simbólica como o Círio exige investigar não apenas seu conteúdo religioso aparente, mas também as condições sociais de sua produção, os meios técnicos e institucionais por meio dos quais ela circula e os modos pelos quais diferentes públicos a recebem e reinterpretam.

Thompson (2002) destaca que toda forma simbólica é produzida e difundida em campos atravessados por assimetrias de poder, o que significa que o significado do Círio não é único nem estável, mas permanentemente disputado entre diversos agentes, como a hierarquia católica, os devotos, o poder público, os políticos, a mídia e os comerciantes.

A contribuição de Thompson (1999) é especialmente relevante para esta pesquisa porque permite compreender o Círio não apenas como expressão de fé, mas também como um espaço de disputa simbólica, no qual diferentes atores procuram impor sua definição legítima da festa. Quando um político como Jair Bolsonaro participa do Círio em pleno período eleitoral, mobiliza uma forma simbólica densa, carregada de significados históricos e afetivos, buscando produzir determinados efeitos sobre o público. Da mesma forma, quando autoridades eclesiais ou fiéis criticam essa participação, também disputam o sentido legítimo da celebração e os limites da relação entre religião e política.

A articulação entre Sahlins (2003) e Thompson (1999) possibilita compreender o Círio de Nazaré como um processo histórico-cultural em sentido preciso. Trata-se de um fenômeno que não pode ser reduzido nem a uma essência religiosa imutável nem a uma simples instrumentalização política, mas deve ser analisado como uma forma simbólica historicamente construída, constantemente transformada e permanentemente disputada por diferentes agentes sociais que buscam fixar seu significado legítimo.

A sociologia, enquanto campo de conhecimento que emerge justamente para interpretar as transformações decorrentes das revoluções modernas, oferece ferramentas fundamentais para essa análise. Entre as renovações teóricas mais recentes, destaca-se a chamada virada relacional, que Frédéric Vandenberghe (2017) identifica como um

movimento pluralista composto por diferentes perspectivas sociológicas. A proposta teórica de Vandenberghe (2017, p. 341) contempla uma sociologia que atua em múltiplas dimensões analítica, pragmática, cultural, moral, pública e relacional, caracterizando-se como uma perspectiva pluralista capaz de se aproximar da complexidade social e desenvolver análises críticas mais profundas.

As teorias sociais discutidas por Vandenberghe (2017) buscam descrever esses movimentos teóricos a partir de uma perspectiva moderna. Contudo, não se trata de um modelo fechado ou definitivo. Pelo contrário, esses conceitos permanecem abertos a reformulações e adaptações ao longo do tempo. No campo acadêmico, assim como em outras áreas do conhecimento, coexistem perspectivas divergentes, disputas interpretativas e constantes reformulações conceituais. Assim, novas formas de pensar e interpretar os fenômenos sociais surgem continuamente, independentemente do contexto em que estejam inseridas.

Para compreender um determinado campo, seja ele acadêmico, político ou religioso, é necessário adotar um ponto de vista capaz de responder às múltiplas questões que atravessam esses universos. Esses campos não existem de maneira isolada; ao contrário, relacionam-se constantemente e atribuem significados uns aos outros. A sociologia, nesse contexto, apresenta-se como uma área fundamental justamente por abranger diferentes vertentes analíticas, entre elas a sociologia da religião e a sociologia relacional desenvolvida por Vandenberghe (2017). No interior desta pesquisa, tais abordagens desempenham papel central na busca por compreender as relações entre política, religião e controvérsia.

Partindo do pressuposto de que a sociologia relacional de Vandenberghe (2017) está vinculada à integração de diferentes contextos teóricos, torna-se possível analisar as segmentações existentes nessa abordagem. Vandenberghe (2017, p. 343) esclarece que uma teoria social relacional não deve ser confundida com uma teoria universal, mas entendida como um esforço de integração de múltiplas interpretações em torno de um horizonte teórico amplo. A teoria relacional, portanto, constitui um campo subdividido que busca articular diferentes perspectivas em uma estrutura mais condensada e coerente.

Seguindo essa lógica integradora, a teoria relacional deve ser compreendida a partir de suas estruturas fundamentais, especialmente pela distinção entre um eixo relacional-estrutural e outro interacionista-processual, conforme destaca Vandenberghe (2017, p. 343). A partir dessa diferenciação, torna-se possível compreender como política,

religião e o próprio processo histórico do Círio de Nazaré podem ser analisados dentro de uma perspectiva relacional.

Para compreender o universo político e a festividade religiosa, é necessário entender também suas estruturas simbólicas e organizacionais. A política brasileira, por exemplo, consolidou-se, após a Proclamação da República, como uma república federativa presidencialista, estruturada pela relação entre União e estados, além de símbolos nacionais que reforçam a ideia de pertencimento coletivo, como a bandeira e o hino nacional. Por outro lado, a estrutura que envolve o Círio de Nazaré também é composta por elementos religiosos, simbólicos e organizacionais próprios. Para a população paraense, o Círio representa o ápice simbólico da experiência católica regional, tendo como elementos centrais a imagem da santa e seu manto.

Dessa maneira, tanto a sociologia relacional quanto os campos político e religioso possuem estruturas fundamentais que precisam ser compreendidas de forma articulada e coerente nos âmbitos acadêmico, científico e social. Como já mencionado anteriormente, a teoria social relacional não possui um padrão único nem uma estrutura organizacional completamente definida. Ainda assim, apresenta capacidade de transcender seus próprios limites teóricos ao incorporar aspectos metodológicos e epistemológicos diversos. Contudo, para que essa integração seja plenamente consolidada, é necessário um esforço maior de articulação entre suas múltiplas interpretações. Vandenberghe (2017) ressalta justamente essa dificuldade ao afirmar que a sociologia relacional ainda não alcançou uma totalidade teórica plenamente estruturada.

Vandenberghe (2017, p. 344), ao citar Cantó-Milà, caracteriza a virada relacional mais como uma “virada” do que como uma verdadeira mudança paradigmática, aproximando-a das viradas linguística, cultural, interpretativa, narrativa, reflexiva, performativa e ontológica que a precederam. Assim como essas transformações anteriores, a virada relacional foi conduzida inicialmente pela teoria sociológica, mas possui potencial para ultrapassar os limites da sociologia e alcançar outras áreas do conhecimento, tornando-se multi, inter e até transdisciplinar. Nesse sentido, a virada relacional não representa necessariamente uma ruptura total com modelos anteriores, mas redefine a importância das relações como elemento central da análise sociológica.

A sociologia relacional altera a maneira pela qual determinados fenômenos sociais passam a ser interpretados. Em todas as áreas do conhecimento surgem constantemente novos conceitos, teorias e pesquisas, acompanhando as transformações da própria sociedade. Essas mudanças produzem novas relações sociais, perceptíveis na

convivência entre os indivíduos, nas relações entre política e religião, entre religião e fiéis e até mesmo no interior da própria sociologia. As relações sociais, portanto, tornam-se fundamentais para aproximar diferentes perspectivas teóricas e compreender a complexidade da vida social contemporânea.

No contexto da teoria proposta por Vandenberghe (2017), percebe-se que, apesar dos avanços obtidos, o campo da sociologia relacional ainda não se consolidou como um modelo plenamente acabado. Isso ocorre porque seu desenvolvimento permanece em construção, especialmente no que diz respeito às dimensões ontológica, epistemológica e metodológica. Vandenberghe (2017, p. 346) afirma que somente quando esses níveis forem integrados sistematicamente em um único *focus imaginarius* a sociologia relacional poderá emergir como uma perspectiva singular e plenamente articulada. Até o momento, entretanto, esse processo ainda está em curso.

A sociedade, por sua vez, procura constantemente modelos capazes de interpretar as transformações políticas, religiosas e culturais que atravessam o mundo contemporâneo. Nesse contexto, o indivíduo não pode ser compreendido de forma isolada, pois a sociedade se constitui justamente por meio das conexões estabelecidas entre pessoas, grupos e instituições. Essa perspectiva torna-se especialmente importante ao analisarmos as relações dos indivíduos com organizações políticas, religiosas e sociais. Muitas pessoas acabam se vinculando a determinados grupos políticos, religiosos ou ideológicos, estabelecendo relações de pertencimento e identificação com esses campos sociais.

No interior dessa discussão sobre a sociologia relacional, destaca-se também o sociólogo Mustafa Emirbayer, um dos principais autores dedicados ao aprofundamento dessa abordagem nas ciências sociais. Emirbayer propõe uma perspectiva centrada nas conexões e relações sociais, afastando-se de interpretações excessivamente rígidas ou classificatórias. Conforme destaca Vandenberghe (2017, p. 346), o manifesto de Emirbayer representa um marco importante para a sociologia relacional pragmatista. Influenciado por autores como Pierre Bourdieu e por correntes filosóficas associadas ao neokantismo, Emirbayer procurou apresentar ao campo sociológico um modelo relacional fundamentado em interações múltiplas e dinâmicas.

Embora tenha dialogado com pensadores como Ernst Cassirer e John Dewey, Emirbayer buscou estruturar sua perspectiva relacional sobretudo a partir de cientistas sociais como Karl Marx e Marcel Mauss. Os fundamentos teóricos desses autores continuam relevantes para a compreensão contemporânea da sociologia relacional. Além

deles, Gabriel Tarde e Georg Simmel também desempenham papel fundamental na construção dessa perspectiva, uma vez que ambos enfatizam as relações sociais como elemento central da vida coletiva.

Enquanto Karl Marx enfatiza as relações sociais e os conflitos que estruturam a sociedade, Marcel Mauss desenvolve uma reflexão voltada para a reciprocidade e para as trocas simbólicas entre indivíduos e grupos. Gabriel Tarde, por sua vez, distancia-se da perspectiva durkheimiana ao defender que a sociedade deve ser compreendida a partir das relações e interações entre os indivíduos, e não apenas como uma estrutura coercitiva. Já Georg Simmel entende que a coletividade se constitui fundamentalmente por meio das interações mútuas e das formas simbólicas produzidas pelos sujeitos.

Segundo Vandenberghe (2017, p. 348), Simmel considera o relativismo não como uma doutrina negativa, mas como uma perspectiva capaz de integrar diferentes formas simbólicas como ciência, religião, arte e filosofia em um mesmo horizonte interpretativo. Dessa forma, o relativismo simmeliano permite compreender a multiplicidade de interpretações presentes na vida social sem reduzir a realidade a uma única perspectiva absoluta.

Diante desse conjunto de autores e perspectivas, é possível perceber o quanto cada um contribuiu para a consolidação da visão relacional nas ciências sociais. Vandenberghe (2017, p. 350) identifica quatro eixos centrais dessa sociologia relacional: estruturalismo, processualismo, interacionismo e simbolismo. Esses elementos constituem uma constelação teórica integrada, na qual cada eixo desempenha uma função específica. O estruturalismo enfatiza as relações que organizam a coletividade; o processualismo destaca o caráter dinâmico e mutável da vida social; o interacionismo privilegia as interações entre os indivíduos; e o simbolismo evidencia o papel dos significados e das formas simbólicas na organização da sociedade.

Mesmo partindo de perspectivas distintas, esses quatro eixos estão profundamente conectados e atuam de maneira integrada na constituição de uma sociologia relacional ampla. Tal perspectiva permite compreender como os fenômenos sociais são construídos, transformados e ressignificados por meio das relações e dos símbolos presentes na vida coletiva. Assim, torna-se possível entender a sociedade como um espaço permanentemente atravessado por disputas, adaptações e transformações, influenciadas tanto por fatores políticos quanto religiosos. A sociedade vive de relações, e essas relações moldam continuamente os modos de pensar, agir e interpretar o mundo social.

Independentemente do contexto em que a relação é analisada, seja no âmbito da ontologia, da epistemologia, da filosofia ou da teoria social relacional, o conceito de relação, para Vandenberghe (2017, p. 355), deve ser compreendido como um vínculo entre elementos conectados. Esse vínculo implica, geralmente, a ativação de três operadores: um sujeito, uma base e os elementos relacionados. Na filosofia, a relação é pensada como uma ligação entre sujeitos e objetos, sendo esses elementos fundamentais para que tal conexão se estabeleça.

A sociologia constitui uma ampla área do conhecimento, especialmente por sua capacidade de interpretar a sociedade em sua complexidade. Nesse sentido, a sociologia relacional torna-se fundamental para a compreensão do contexto social, pois oferece um olhar atento às relações que estruturam a vida coletiva. Tal perspectiva aproxima sociologia e filosofia, uma vez que ambas, cada uma a seu modo, buscam compreender os vínculos entre indivíduos, instituições e objetos sociais. Vivemos em uma pluralidade de ideias que contribuem para estruturar as formas pelas quais nos relacionamos em sociedade, ao mesmo tempo em que essas relações participam da construção das identidades individuais e coletivas.

A teoria social relacional destaca, portanto, a centralidade das relações na estruturação do contexto social. A relação entre os indivíduos e os elementos sociais interfere diretamente na constituição da individualidade e no desenvolvimento do pensamento analítico. Para Josiane Magalhães (2004, p. 230), a identidade surge a partir da atualização do processo de identificação e envolve a noção de grupo, especialmente de grupo social, de modo que a construção identitária integra o processo de socialização do indivíduo. Dessa forma, compreende-se que a identidade se forma por meio da relação entre o sujeito e a comunidade.

Na concepção de Magalhães (2004, p. 230), apoiada em Oliveira (2000), a identidade não se fundamenta em uma percepção sinestésica do ser, mas em uma autoapreensão de si em situação. Assim, a construção da identidade envolve também a apreensão de um mundo ideologizado. Em outras palavras, a identidade do indivíduo é formada ao longo do tempo, a partir das diferentes situações vivenciadas e das relações estabelecidas no decorrer da vida. Os conhecimentos, valores e experiências acumulados pelo sujeito contribuem para a formação de uma identidade orientada por relações, convicções e pertencimentos sociais.

Tanto a identidade quanto a ideologia possuem papel relevante na formação do indivíduo e da sociedade. Ambas contribuem para a construção de uma compreensão mais

ampla da vida social, levando em consideração as relações, a reciprocidade e a maneira como o sujeito percebe aqueles que estão ao seu redor. Nesse sentido, identidade e ideologia orientam a forma como o indivíduo se posiciona no mundo social e estabelecem direções para sua atuação em sociedade.

Viver em sociedade significa enfrentar dilemas cotidianos e estar submetido a normas, valores e expectativas coletivas. O indivíduo passa por situações determinadas pela própria sociedade, de maneira espontânea ou coercitiva. Em muitos casos, é necessário seguir regras para ocupar determinados espaços e participar de certos grupos. Isso influencia diretamente a maneira como os sujeitos se conectam, opinam e se posicionam diante de temas como política, religião e relações sociais. A sociedade também impõe uma ordem simbólica que contribui para moldar a forma como os indivíduos imaginam e organizam suas relações. Com o passar do tempo, o ser humano transforma sua maneira de agir socialmente, podendo deslocar-se de uma lógica mais comunitária para uma postura mais individualizada.

Magalhães (2004, p. 232) entende que esse processo auxilia na compreensão da relação entre indivíduo e sociedade, permitindo identificar tanto os mecanismos de manutenção das bases sociais quanto as possibilidades de mudança. A autora destaca a importância de compreender essa dinâmica para avaliar de que modo a coletividade se perpetua e como pode ser transformada. Nesse contexto, a educação exerce papel decisivo, pois contribui para a circulação de ideias, para a formação de identidades e para o desenvolvimento da consciência dos indivíduos.

A autora observa ainda que, geralmente, os indivíduos estão inseridos em processos sociais que reafirmam, por meio das rotinas, o status quo da sociedade em que vivem. Isso pode ser percebido na repetição do cotidiano: levantar-se sempre no mesmo horário, realizar as mesmas tarefas, estabelecer os mesmos contatos e manter vínculos sociais semelhantes (Magalhães, 2004, p. 233). Seguindo essa linha de pensamento, pode-se afirmar que a repetição diária dos hábitos contribui para a reprodução de padrões sociais, mantendo a sociedade em uma condição de aparente estabilidade e continuidade.

Entretanto, esse status quo também pode conduzir os indivíduos a caminhos distintos. Quando perdem reconhecimento ou valor em determinados espaços sociais, como no mundo do trabalho ou em outros setores da vida coletiva, eles podem buscar novas formas de pertencimento em outras comunidades. Essa mudança pode produzir novos olhares sobre a realidade e gerar transformações nos modos de vida. Contudo, tais deslocamentos também podem provocar insegurança, descontentamento e instabilidade

emocional. Sem apoio e orientação, indivíduos em situação de fragilidade podem tornar-se mais suscetíveis à manipulação e à alienação, seja no campo político, religioso ou educacional.

Seguindo essa reflexão sobre a influência da educação na formação da identidade e na orientação dos indivíduos, é possível afirmar que a política e a religião também exercem papel significativo na construção identitária. Ambas podem modificar hábitos, princípios e formas de interpretação da realidade social. O campo político pode influenciar preferências, posicionamentos e ações sociais, enquanto a religião pode orientar convicções, valores e escolhas individuais. Assim, política e religião podem atuar tanto como espaços de pertencimento e formação quanto como mecanismos de direcionamento e, em determinados contextos, de alienação.

Antecipando uma discussão que será aprofundada no terceiro capítulo desta dissertação, é possível observar esse processo de manipulação e alienação nos acontecimentos de 8 de janeiro de 2023, quando ocorreu a invasão das sedes dos Três Poderes, em Brasília. Apoiadores do então presidente Jair Bolsonaro, influenciados por discursos de desinformação sobre o resultado das eleições de 2022, participaram de atos antidemocráticos que culminaram em uma tentativa de ruptura institucional. Nesse caso, parte dos indivíduos foi mobilizada por uma ideologia política que recusava a legitimidade do resultado eleitoral.

Independentemente do tipo de interação que o indivíduo estabelece na sociedade política, religiosa, econômica ou acadêmica, é possível compreender que a sociedade não é apenas uma organização externa, vinculada às instituições, mas também uma realidade interiorizada pelos sujeitos. Princípios, crenças e valores contribuem para assegurar sua continuidade. Dessa forma, compreender como a pessoa se torna sociável é essencial para interpretar os processos sociais, já que a comunidade está em constante construção, renovação e transformação. Os comportamentos, as convicções e os modos de interpretar o mundo não apenas constituem a identidade individual, mas também sustentam a sociedade e suas instituições.

Magalhães (2004, p. 234) sintetiza essa ideia ao afirmar que cada indivíduo carrega em si as bases que mantêm a sociedade tal como ela se configura. Não se trata apenas da soma de individualidades, mas de elos presentes em cada sujeito, responsáveis por unificar ações, valores e visões de mundo. Esses elos compõem simultaneamente a identidade particular do indivíduo e a manutenção das instituições sociais, interpretadas a partir da internalização dos valores que sustentam a sociedade. Assim, a sociedade não

se forma a partir de uma singularidade isolada, mas de um contexto plural, coletivo e relacional.

A estruturação da sociedade fundamenta-se na convivência entre os indivíduos e no diálogo estabelecido entre eles, produzindo costumes, padrões e organizações. Essas convivências geram hábitos e formas de pertencimento que influenciam a construção da identidade individual e coletiva. Com o passar do tempo, a identidade se molda e se transforma justamente porque é produzida nas relações sociais. Assim, o indivíduo não é apenas um reflexo da comunidade, mas também participa ativamente de sua continuidade ou transformação.

Até aqui, é possível compreender que as interações sociais são atravessadas por construções simbólicas, como linguagens corporais, escritas e faladas, que aproximam e identificam as pessoas em diferentes espaços de convivência, incluindo posicionamentos políticos, religiosos, étnicos, de gênero e de sexualidade (Magalhães, 2004, p. 239). Essas construções simbólicas contribuem para unir indivíduos, produzir pertencimentos e constituir identidades sociais.

Pode-se dizer que a sociedade estabelece modelos de ação considerados aceitáveis, produzindo determinadas convicções predominantes. Em muitos casos, o indivíduo é pressionado a se encaixar em grupos e a seguir padrões previamente definidos, nos quais algumas condutas são vistas como adequadas, enquanto outras são classificadas como desviantes ou inaceitáveis. Essa padronização aproxima-se do conceito foucaultiano de normalização social, compreendido como um sistema que qualifica, classifica, avalia e hierarquiza os indivíduos, possibilitando seu controle por dispositivos de segurança e garantindo certa estabilidade social (Nascimento; Justo; França, 2009, p. 644). Dessa forma, a normalização social estabelece parâmetros de conduta e define aquilo que passa a ser reconhecido como normal em determinado contexto.

A construção da identidade, portanto, depende de múltiplos fatores, incluindo a maneira como o indivíduo se movimenta no interior da sociedade. A identificação do sujeito relaciona-se diretamente às situações em que ele vive, às possibilidades de reconhecimento disponíveis e aos dispositivos sociais que o classificam. Nesse ponto, a discussão aproxima-se da chamada virada praxiológica nas ciências sociais. Gabriel Peters (2020, p. 167) define essa virada como um movimento teórico que, apesar de suas diferenças internas, compartilha uma ontologia processual, compreendendo o mundo social como domínio de práticas.

A perspectiva praxiológica recusa a ideia de que o social possa ser explicado apenas por estruturas fixas ou categorias estáveis. Ao contrário, enfatiza que a realidade social é continuamente produzida e renovada pelas práticas dos agentes. Assim como a identidade do indivíduo se transforma à medida que ele participa de novos espaços sociais, as instituições e normas também podem ser modificadas quando ressignificadas pelos grupos sociais.

Peters (2020, pp. 167-168) identifica conexões entre diferentes teorias, como o estruturacionismo de Anthony Giddens, a etnometodologia de Harold Garfinkel, o modelo neo-hermenêutico da ação social de Charles Taylor, a teoria da prática de Pierre Bourdieu e a teoria do ator-rede de Bruno Latour. Apesar das diferenças entre essas abordagens, todas compartilham a compreensão de que o social deve ser observado como algo em constante movimento, e não como uma realidade fixa ou estagnada.

Esses autores e suas respectivas perspectivas tiveram papel fundamental no desenvolvimento da teoria sociológica, especialmente a partir da segunda metade do século XX. Suas teorias devem ser compreendidas em diálogo com diferentes tradições filosóficas do período. Peters (2020, p. 168) afirma que essas perspectivas desenvolveram não apenas uma praxiologia como teoria das práticas sociais, mas também um retrato mais amplo da conduta humana e da vida societária. Nessa abordagem, as práticas são entendidas como o *locus* fundamental da existência do mundo social, do qual derivam diretrizes metodológicas para seu estudo empírico.

De modo geral, essa perspectiva apresenta a realidade social como um campo no qual as práticas constituem parte essencial da vida coletiva. Peters (2020, p. 168) acrescenta que, seguindo um caminho semelhante ao de teóricos sociais que buscaram superar a oposição entre objetivismo e subjetivismo, Theodore Schatzki defende uma ontologia do social como domínio de práticas. Tal perspectiva evita as dificuldades presentes em abordagens que tomam como ponto de partida exclusivo tanto a individualidade quanto a totalidade social.

Analisando essa ontologia a partir da perspectiva de Schatzki, percebe-se que o mundo social não deve ser compreendido apenas a partir do indivíduo isolado nem de uma estrutura social totalizante. Ao propor uma ontologia social fundamentada nas práticas, o autor apresenta uma forma de compreender a sociedade como realidade dinâmica, na qual práticas são produzidas, reproduzidas e modificadas pelos agentes. Assim, a prática aparece como mediação entre indivíduo e sociedade, evitando tanto o individualismo extremo quanto o estruturalismo rígido.

O olhar praxiológico destaca, portanto, que a realidade social é formada e transformada por meio das práticas. A sociedade não é uma estrutura que simplesmente pressiona os indivíduos de fora para dentro, mas um processo continuamente produzido pelas ações dos agentes. Nesse sentido, grandes teorias sociológicas, como a teoria da estruturação de Giddens e a teoria da prática de Bourdieu, dialogam com abordagens como a fenomenologia, a etnometodologia e a pragmática da linguagem (Peters, 2020, p. 170).

Tanto Giddens quanto Bourdieu inspiram-se nessas tradições para compreender que o comportamento humano não pode ser reduzido a uma simples determinação estrutural. Os indivíduos interpretam, adaptam e transformam o mundo social por meio de suas práticas. Dessa maneira, a sociedade deve ser entendida como um processo em constante transformação, no qual diferentes sujeitos produzem sentidos, disputam posições e constroem formas de pertencimento.

A virada praxiológica, no campo das ciências sociais, evidencia uma realidade social em permanente desenvolvimento. Trata-se de uma perspectiva que compreende a sociedade como resultado das ações e práticas dos indivíduos. Essa virada também opera com um modelo ideal-típico, no sentido weberiano, pois Peters (2020) apresenta seus elementos centrais de maneira analítica, independentemente de eles se manifestarem de forma pura na realidade. Assim, a praxiologia oferece uma forma dinâmica de compreender o indivíduo em sociedade, considerando suas ações, costumes, pertencimentos e práticas na constituição da realidade social.

Como discutido ao longo deste trabalho, a sociologia, desde seu surgimento no século XIX, após as grandes transformações modernas, passou por diversas reformulações teóricas. Durkheim, um de seus precursores, defendia que os fatos sociais deveriam ser tratados como coisas, de modo a garantir a autonomia da sociologia em relação a outras áreas do conhecimento. No entanto, a partir das décadas de 1960 e 1970, autores como Bourdieu e Giddens passaram a propor interpretações que enfatizavam as relações e práticas sociais como centrais para a compreensão da vida coletiva.

Nesse sentido, Corrêa (2014, p. 37) explica que o relacionismo defende a anterioridade das relações em relação aos termos. Assim, aquilo que Durkheim propunha tratar como coisa pode ser compreendido como resultado de um universo de relações anteriores e constitutivas. A teoria relacional, portanto, segue um caminho distinto da perspectiva durkheimiana, pois entende que os fenômenos sociais não são entidades isoladas, mas composições produzidas por interações contínuas. A sociedade, nesse

sentido, não existe de forma solitária ou estática, mas em diálogo permanente entre indivíduos, instituições e práticas.

Com o aporte de sociólogos como Laurent Thévenot e Luc Boltanski, na França da década de 1980, a sociologia pragmática passou a expressar essa perspectiva relacional de modo particular. Essa abordagem procura compreender a sociedade de maneira dinâmica, especialmente a partir das situações de incerteza, conflito e disputa. Corrêa (2014, p. 39) afirma que a sociologia pragmática francesa destaca a importância das situações problemáticas e incertas como forma de captar o social, revelando-o progressivamente como problema. Desse modo, a sociedade aparece como um campo em constante elaboração, no qual relações e ações são debatidas e reformuladas diante de novas adversidades.

Ao buscar compreender como as sociedades se desenvolvem a partir das práticas e relações dos indivíduos, a sociologia pragmática francesa dá atenção especial às situações de disputa e complexidade nas interações sociais. Essa perspectiva se distancia de modelos excessivamente estruturais e mostra sua relevância para o estudo das transformações contemporâneas, sobretudo por observar como os sujeitos agem, justificam-se e organizam suas condutas em contextos de conflito.

Bruno Latour, por sua vez, propõe uma sociologia que busca afastar-se da ideia de um social tradicional concebido como organização fixa e completa. Conforme Corrêa (2014, p. 41), Latour propõe uma reorientação da sociologia clássica, tentando escapar do social substantivo, isto é, do social entendido como quadro explicativo absoluto. Em vez disso, o autor defende uma sociologia sensível às variações, aos critérios de avaliação e aos princípios mobilizados pelos atores em situações problemáticas ou controversas. Assim, Latour não busca explicar os conflitos a partir de uma estrutura social prévia, mas compreender como o social é produzido nas próprias controvérsias.

Nesse sentido, a ordem social é composta e recomposta pelos próprios atores. Para compreender esse processo, Latour destaca a importância das situações críticas, de crise ou de controvérsia, pois é nelas que se torna possível observar como os sujeitos constroem e reorganizam seus mundos (Corrêa, 2014, p. 41). Dessa forma, o social não deve ser visto como causa explicativa das controvérsias, mas como algo que se manifesta justamente nelas. O social é, portanto, relacional, instável e continuamente produzido nas disputas.

Laurent Thévenot e Luc Boltanski seguem uma direção diferente da de Latour. Enquanto este se concentra na forma como os conflitos revelam a ação dos indivíduos e

a composição das redes sociais, Thévenot e Boltanski voltam-se para os modos pelos quais os sujeitos justificam suas ações, especialmente em situações de desacordo. Ambos buscam compreender como os indivíduos fundamentam suas práticas em contextos de conflito, mobilizando valores, princípios morais e regimes de justificação. Assim, quando os sujeitos entram em disputa, eles não apenas expressam divergências, mas também reorganizam os sentidos e valores que estruturam a vida social.

A sociologia francesa, portanto, desenvolveu diferentes abordagens para compreender o social. Enquanto Latour, Thévenot e Boltanski enfatizam controvérsias, justificações e composições relacionais, Francis Chateauraynaud e Didier Torny propõem uma análise voltada às situações de alerta, risco e incerteza. Para esses autores, é fundamental compreender como determinados avisos são reconhecidos ou ignorados, especialmente quando envolvem riscos capazes de afetar a coletividade.

Corrêa (2014, p. 56), ao citar Chateauraynaud e Torny (1999), explica que a descrição dos atos empreendidos por denunciante e agentes avaliadores como responsáveis administrativos, cientistas, redes de vigilância, mídia e representantes eleitos torna visíveis os procedimentos utilizados para produzir julgamentos sobre a realidade do perigo e do risco.

A partir dessa perspectiva, o social não pode ser compreendido apenas pelas divergências ou conflitos explícitos, mas também pela maneira como indivíduos, instituições e coletividades lidam com incertezas, ameaças e riscos. A dúvida sobre o que está por vir e seus efeitos no presente torna-se parte fundamental da configuração do mundo social. Desse modo, o risco é produzido e interpretado por meio das relações entre indivíduos, instituições, discursos especializados, mídia e poder público.

1.2. Controvérsias e sociedade

Se o Círio é uma forma simbólica densa e um processo histórico-cultural, sua análise em situações de conflito exige um instrumental específico capaz de abordar as disputas que o atravessam. Para compreender a relação entre sociedade e controvérsias, é necessário analisar alguns fatores que ajudam a contextualizar essa interação. A sociedade, por si só, já pode ser considerada controversa, uma vez que, em grande medida, é atravessada por disputas em torno de crenças, princípios e até mesmo das ações humanas.

Esses conflitos podem se manifestar em diferentes campos, especialmente no político, que, como se sabe, produz constantes tensões e divergências de interesse. Em qualquer espaço de debate, dificilmente haverá consenso absoluto sobre questões políticas. Isso se tornou particularmente evidente durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, enquanto uma parcela da população o enxergava como a salvação do país, outra se colocava radicalmente contra suas ideias e práticas políticas.

Outro aspecto importante é o campo religioso, que, assim como a política, também produz intensos debates na sociedade, envolvendo questões morais, culturais e identitárias. Essas discussões evidenciam a pluralidade existente tanto nas convicções quanto nas formas de vivência social, demonstrando que os conflitos podem seguir caminhos distintos: de um lado, estimular mudanças sociais; de outro, aprofundar processos de polarização. Nesse contexto, as redes sociais ocupam um papel central, pois ampliam a visibilidade das controvérsias e frequentemente intensificam os embates públicos. Contudo, embora os conflitos de opinião possam produzir radicalizações, eles também podem contribuir para o desenvolvimento do debate público e para a construção de uma sociedade mais consciente e reflexiva.

Nesse ponto, o conceito de controvérsia, tal como desenvolvido por diferentes tradições sociológicas e antropológicas, torna-se fundamental. Esta seção articula quatro contribuições teóricas centrais: a sociologia das associações de Bruno Latour, a sociologia dos campos de Pierre Bourdieu, a sociologia das controvérsias de Francis Chateauraynaud e a perspectiva antropológica de Paula Montero.

Bruno Latour propõe uma reorientação radical da sociologia clássica. Seu objetivo é romper com a ideia de um social substantivo, entendido como quadro explicativo absoluto da realidade, para construir uma sociologia sensível às variações e aos critérios de avaliação mobilizados pelos próprios atores em situações problemáticas. Conforme analisam Lorenzi e Andrade (2012), a abordagem de Latour acompanha os atores e suas redes de disputa pela definição da realidade, sem pressupor antecipadamente o que é social, político ou religioso. Para Latour, o social não explica as controvérsias; ao contrário, ele se torna visível justamente por meio delas. É nas situações críticas, de crise ou de controvérsia, que se torna possível compreender como os atores compõem e recompõem seus mundos sociais.

No caso do Círio de 2022, uma abordagem latouriana implica acompanhar como políticos, clérigos, fiéis e jornalistas definem, em tempo real, aquilo que está em disputa: trata-se de uma manifestação de fé, de um ato político ou de uma invasão simbólica? As

respostas a essas perguntas não antecedem a controvérsia, pois são produzidas no interior dela.

Pierre Bourdieu (2001; 2008), por sua vez, oferece um contraponto produtivo à perspectiva de Latour. Para Bourdieu (2001), as lutas simbólicas ocorrem no interior de campos sociais relativamente autônomos, nos quais os agentes disputam diferentes formas de capital, econômico, cultural, social e, sobretudo, simbólico. O campo religioso possui regras, hierarquias e formas específicas de autoridade, assim como o campo político opera segundo suas próprias lógicas. A análise da controvérsia em torno do Círio de 2022 pode, a partir de Bourdieu (2008), examinar como agentes de diferentes campos, como Jair Bolsonaro, o arcebispo de Belém e os fiéis enquanto consumidores de bens simbólicos mobilizam capitais específicos para impor suas visões legítimas sobre o acontecimento.

A principal contribuição da perspectiva bourdieusiana está em sua capacidade de captar as estruturas objetivas que condicionam a ação dos agentes sem reduzi-los a simples executores dessas estruturas. Como observam Lorenzi e Andrade (2012), a articulação entre Latour e Bourdieu permite compreender as controvérsias por uma dupla perspectiva, considerando simultaneamente as redes de associações e as estruturas de poder.

Francis Chateauraynaud, por sua vez, desenvolve uma sociologia das controvérsias centrada nos processos de argumentação, na formação de coletivos e nos regimes de engajamento ao longo do tempo. Para Chateauraynaud, conforme apresentado por Sales (2019), as controvérsias são excessivamente complexas e atravessadas por múltiplos pontos de variação. Compreendê-las exige ultrapassar a observação do cenário geral e considerar as particularidades das práticas e definições mobilizadas pelos atores envolvidos, que buscam influenciar ou alterar o rumo desses processos.

Mais do que identificar os momentos de conflito, torna-se essencial compreender como a temporalidade é construída e distribuída entre os envolvidos. As decisões sobre quando agir, esperar ou avaliar uma situação podem alterar significativamente o desenvolvimento da controvérsia. Em outras palavras, enquanto determinados grupos defendem respostas imediatas, outros propõem o adiamento das decisões, fazendo do tempo um elemento central da própria disputa.

Sales (2019, pp. 1-2) exemplifica essa complexidade com o caso do amianto, marcado por inúmeros processos judiciais, mobilizações políticas e debates científicos, especialmente em torno das consequências sanitárias provocadas pelas fibras, cuja

proibição na França ocorreu apenas em 1997. Esse caso evidencia os desafios epistêmicos e axiológicos presentes nas controvérsias relacionadas à temporalidade.

Ao mesmo tempo, mostra como a proibição de determinado produto pode gerar conflitos de interesse entre diferentes setores da sociedade. De um lado, encontram-se aqueles que defendem a interdição em nome da saúde pública; de outro, grupos econômicos interessados na continuidade da produção e comercialização do material.

A controvérsia em torno do amianto também permite refletir sobre os princípios morais envolvidos nesses conflitos. Mesmo diante dos riscos já conhecidos, muitos agentes lutaram para impedir sua proibição, evidenciando como interesses econômicos e políticos podem se sobrepor às preocupações coletivas. Assim, compreender uma controvérsia complexa exige considerar não apenas os acontecimentos em si, mas também as convicções, os interesses e as interpretações mobilizadas pelos diferentes atores sociais.

Sales (2019, p. 2) observa ainda que basta examinar os períodos que antecederam e sucederam a Segunda Guerra Mundial para perceber que eram marcados por profundas incertezas. O que muda na contemporaneidade não é a existência da incerteza coletiva, mas a forma como ela emerge em processos controversos de decisão e indecisão. A experiência histórica das guerras, das crises políticas e das transformações sociais modifica a maneira como o risco passa a ser percebido e debatido publicamente. Atualmente, novas “guerras”, como as relacionadas às mudanças climáticas, reconfiguram os modos de interpretar tanto o passado quanto o futuro da sociedade.

Trazendo essa discussão para a realidade brasileira, é possível destacar o golpe militar de 1964, que ainda hoje produz intensas controvérsias sobre sua legitimidade. Uma parcela da população continua negando o caráter autoritário do golpe, entre eles o ex-presidente Jair Bolsonaro. Mais recentemente, os acontecimentos de 8 de janeiro de 2023 recolocaram no debate público a discussão sobre tentativas de ruptura democrática no Brasil. Assim, episódios separados por quase seis décadas continuam produzindo disputas de interpretação entre aqueles que os legitimam, os condenam ou os relativizam.

Desse modo, compreender acontecimentos históricos como a Segunda Guerra Mundial ou golpe militar brasileiro permite analisar como o passado é constantemente mobilizado nas disputas políticas do século XXI. O uso desses episódios históricos contribui para legitimar argumentos e reforçar posicionamentos em controvérsias contemporâneas. Contudo, mais importante do que apenas recuperar fatos históricos é

compreender como os próprios atores interpretam e enfrentam as transformações sociais ao longo do tempo.

Nesse contexto, Chateauraynaud enfatiza que os indivíduos lidam com os resultados de suas ações em situações marcadas pela incerteza, sobretudo dentro de uma perspectiva pragmática e sociológica. O pragmatismo destaca a relevância das consequências na construção do raciocínio social. Ou seja, as ações passam a ser avaliadas pelos efeitos que podem produzir ao longo do tempo, aproximando-se de uma lógica consequencialista. Entretanto, Sales (2019, p. 3) ressalta que a sociologia pragmática acrescenta ao consequencialismo uma dimensão praxiológica fundamental: as consequências são constantemente interpretadas e ressignificadas pelos atores envolvidos nas situações de incerteza.

Assim, a sociologia pragmática introduz uma perspectiva segundo a qual as consequências adquirem sentidos distintos conforme o contexto e os sujeitos envolvidos. Essas interpretações influenciam a forma como indivíduos, instituições e organizações tomam decisões e enfrentam situações de conflito, inclusive aqueles agentes dotados de maior capacidade de influência social. Explorar controvérsias implica compreender como os atores interpretam as consequências de seus atos e de que maneira utilizam o tempo e a história em suas argumentações.

Com o passar dos anos, o mundo passou a conviver com novos riscos e conflitos duradouros, especialmente relacionados às tecnologias e às redes sociais. A internet transformou-se em um poderoso instrumento de mobilização social e política. A partir dela, qualquer tema pode se tornar rapidamente objeto de disputa pública, fazendo da web um espaço privilegiado de controvérsias. Conforme aponta Sales (2019, p. 4), a pragmática das transformações formula hipóteses sobre as diferentes trajetórias assumidas pelas causas sociais, buscando compreender por que determinadas pautas recebem maior atenção e mobilização do que outras. Dessa forma, analisar controvérsias prolongadas exige considerar a temporalidade presente nos discursos e nas estratégias dos atores sociais.

O pragmatismo das transformações oferece, portanto, uma maneira de compreender as controvérsias sociais destacando o papel da temporalidade nos processos de ação e definição dos atores envolvidos. Conforme expõe Corrêa (2019, p. 9), essa abordagem evita interpretações teleológicas do passado ou do futuro, enfatizando que o destino dos atores, dos argumentos e das normas depende da maneira como os potenciais de ação são mobilizados no interior dos processos sociais.

Essa perspectiva demonstra como os atores utilizam a temporalidade para induzir transformações sociais e interferir nos rumos das controvérsias. Tanto indivíduos quanto instituições recorrem ao passado e ao futuro para legitimar determinadas interpretações da realidade. Nesse contexto, os agentes políticos frequentemente mobilizam acontecimentos históricos para sustentar narrativas de progresso, crise ou ameaça, influenciando diretamente a percepção da sociedade.

Até aqui, foi possível compreender que as controvérsias são profundamente complexas e, ao mesmo tempo, essenciais para a dinâmica social. É por meio dos conflitos que os indivíduos se relacionam, disputam sentidos e produzem mudanças. A sociologia pragmática, nesse sentido, vai além de uma análise convencional das controvérsias, buscando compreender como instituições, atores e debates se transformam continuamente. Assim, os próprios atores sociais podem ressignificar suas formas de interação e modificar suas percepções sobre determinados temas ou acontecimentos.

A internet, nesse contexto, ocupa um papel decisivo como espaço de circulação de opiniões e intensificação dos debates públicos. As tecnologias alteraram profundamente a maneira como as informações são transmitidas, debatidas e interpretadas socialmente. Atualmente, qualquer acontecimento pode ser rapidamente discutido em escala global, independentemente do lugar onde ocorreu. Entretanto, essa ampliação da circulação de informações também produz contradições.

Se, no passado, muitos acontecimentos demoravam a alcançar grande repercussão, hoje eles se espalham quase instantaneamente. Ao mesmo tempo, existe uma tensão constante entre a necessidade de acompanhar os acontecimentos globais e as tentativas de controlar ou simplificar determinadas narrativas. Muitas vezes, ao tentar silenciar uma informação, acaba-se reduzindo sua circulação e apagando determinados debates do espaço público.

Para compreender a influência das tecnologias sobre os indivíduos, é necessário observar, como destaca Sales (2019, p. 3), as perspectivas que escapam às formas tradicionais de governo e controle social, bem como aquilo que se apresenta, em determinados contextos, como ingovernável. Isso significa reconhecer que a história não segue um percurso linear ou previamente determinado. As controvérsias emergem de maneira imprevisível, sem um rumo totalmente definido.

A controvérsia também pode ser analisada a partir de dois movimentos distintos. Sales (2019, p. 7), dialogando com Dascal, afirma que ela oscila continuamente entre a cooperação, o consenso e o acordo, ou, em sentido oposto, entre o dissenso, o desacordo

e o conflito. Assim, as controvérsias organizam tanto os pontos de convergência quanto os conflitos de interesse existentes entre os atores envolvidos.

Por fim, a antropóloga Paula Montero (2012) oferece uma contribuição decisiva para a análise das controvérsias no campo religioso brasileiro. Religião e política constituem campos historicamente conflituosos e profundamente conectados. Na antropologia, a religião foi frequentemente interpretada como uma dimensão universal da experiência humana, presente em todas as culturas e associada à própria construção das identidades sociais.

Montero (2012, p. 167) argumenta que a interpretação das cosmologias e universos simbólicos como expressões universais do religioso levou a antropologia clássica a ignorar as transformações históricas do próprio campo religioso, especialmente suas relações com a política. Desde a experiência missionária do século XVI, reconhecer a existência do religioso em culturas não ocidentais tornou-se uma forma de incorporá-las ao universo do ser humano. Essa concepção universalista foi absorvida de maneira acrítica pela antropologia clássica e permanece, ainda hoje, de forma silenciosa no interior da disciplina.

Há uma discordância importante em relação à forma como a antropologia clássica compreendeu o campo religioso, especialmente no contexto das missões religiosas. Além de não problematizar suficientemente o modo como o conceito de religião foi empregado em sociedades situadas fora da Europa e da América, essa tradição acabou reproduzindo uma visão hierarquizante. As religiões passaram por transformações significativas na maneira como são analisadas e compreendidas, sobretudo no campo acadêmico.

Ao observar essas transformações no contexto da antropologia evolucionista, percebe-se que tal perspectiva tendia a classificar as religiões não cristãs como expressões marginalizadas ou primitivas. Assim, práticas como o Candomblé, as tradições indígenas e outras formas religiosas eram frequentemente interpretadas como crenças inferiores, irrelevantes ou destituídas de legitimidade. Contudo, esse olhar hierárquico, produzido por determinado campo antropológico, vem perdendo força, sobretudo diante das críticas contemporâneas às classificações coloniais e eurocêntricas.

Em outras palavras, para compreender a pluralidade religiosa existente na sociedade, Montero (2012, p. 168) defende que os estudos sobre religião precisam enfrentar o desafio político e ideológico de reconhecer a legitimidade cultural e política das múltiplas tradições não cristãs. Dessa forma, essas religiões, antes inferiorizadas,

ocultadas ou desprezadas, devem ser compreendidas como manifestações legítimas de experiência religiosa, cultural e social. A religião, portanto, não pode ser tratada como um objeto fixo ou universal, mas como uma construção histórica, elaborada ao longo do tempo e modelada pelos contextos culturais, políticos e sociais nos quais está inserida.

Montero (2012, p. 168), dialogando com Casanova (1994), Sharf (1992) e Asad (1993; 2003), observa que, em anos recentes, as categorias do religioso e do secular vêm sendo repensadas criticamente por uma vasta literatura. Contudo, muitos estudos sociológicos ainda permanecem vinculados ao modelo weberiano, segundo o qual, a depender da sociedade analisada, a religião aparece ora como elemento de progresso, ora como obstáculo à democratização. Essa visão tende a compreender a religião como algo a ser superado para que os indivíduos se abram à modernidade, à racionalização e à vida social secularizada.

Destaca-se que Weber exerceu grande influência sobre as ciências sociais, particularmente no que se refere à separação entre o domínio religioso e o domínio político (Montero, 2012, p. 169). Essa separação, muitas vezes, é tratada como algo natural ou espontâneo, sem que se examine historicamente como ela foi construída. No entanto, as religiões também contribuem para definir princípios, normas e formas de organização social, interferindo diretamente na maneira como a sociedade distingue ou articula o público e o privado. Enquanto a política costuma ser associada ao espaço público, as práticas religiosas são frequentemente deslocadas para o âmbito privado. Desconsiderar essa função social e histórica das crenças, contudo, pode simplificar excessivamente a complexidade dessa relação.

Montero (2012a, p. 169), citando Talal Asad (2003, p. 8), explica que, enquanto doutrina política, o secularismo exige a distinção entre razões privadas e princípios públicos, bem como a colocação do religioso na esfera privada por meio do secular. A partir dessa perspectiva, a política tende a situar o religioso no campo da vida particular, enquanto o secular é associado à esfera pública. A religião passa, então, a ser tratada como uma experiência individual, pertencente ao sujeito e à sua consciência, enquanto o secular é compreendido como afastamento da religião em relação ao espaço público. Contudo, embora esteja presente nas dinâmicas públicas, o secular nem sempre é suficientemente problematizado.

No campo antropológico, o secular nem sempre foi incorporado como uma categoria metodológica capaz de tensionar o religioso. Nesse sentido, a disciplina muitas vezes não enfrentou diretamente questões como a separação entre Igreja e Estado, o

deslocamento da religião do espaço público para o individual ou a perda de hegemonia da Igreja Católica na sociedade. Assim, pode-se afirmar que Montero critica a ausência de um enfrentamento mais direto entre o secular e o sagrado no interior da própria tradição antropológica.

Para compreender a definição moderna de religião, é necessário retornar ao século XIX, período em que esse conceito começou a ser formulado de maneira mais sistemática. A academia teve papel fundamental nesse processo de conceituação. Naquele momento, a Europa passava por intensas transformações, marcadas pela industrialização, por novas ideologias políticas e por processos de emancipação em relação às instituições religiosas.

Essa experiência europeia foi frequentemente tomada como referência universal. Enquanto a Europa era representada como espaço da razão, da liberdade e da modernidade, outras sociedades eram descritas como presas aos mitos, à magia ou à bruxaria. Assim, o mundo era interpretado a partir de uma oposição hierárquica: de um lado, uma Europa supostamente emancipada; de outro, sociedades consideradas pouco desenvolvidas.

Com as transformações ocorridas na sociedade, na política e no campo acadêmico, observa-se uma historicização crítica das categorias analíticas utilizadas na literatura e a busca por novas abordagens sobre a relação entre fenômenos religiosos e esfera pública (Montero, 2012, p. 169). Essas mudanças permitiram formular novos modos de compreender problemas já existentes. Ou seja, independentemente das transformações sociais e políticas, torna-se necessário analisar como esses contextos impactam o diálogo entre religião e espaço público. Nesse sentido, os pesquisadores buscam revisar criticamente métodos e conceitos empregados para compreender a relação entre religião, sociedade e política.

O campo acadêmico, portanto, procura compreender de que modo tais conceitos se desenvolveram historicamente, levando em conta as conjunturas em que foram produzidos. Trata-se de buscar novos modelos de análise capazes de explicar como as manifestações religiosas se conectam aos debates públicos, sejam eles políticos, culturais ou sociais, considerando que essa relação atinge os indivíduos independentemente de sua classe social.

Montero (2012, pp. 169-170) aponta, no caso brasileiro, algumas transformações especialmente relevantes para a renovação desse campo de estudos. Em vez de compreender a emergência da sociedade civil como resultado do retraimento da religião

para a esfera doméstica, alguns estudos passaram a analisar o trabalho histórico das agências religiosas na própria construção da sociedade civil como esfera relativamente separada.

Em outras palavras, no Brasil, essas transformações são fundamentais para rever a forma como se interpreta a relação entre campo religioso e espaço público, isto é, entre religião e política. A visão tradicional sugeria que a sociedade civil apenas se fortaleceu quando a religião se tornou uma experiência privada e individual. No entanto, análises mais recentes indicam que igrejas e organizações religiosas tiveram papel decisivo na formação da sociedade civil. Assim, religião e sociedade civil não devem ser vistas como esferas totalmente isoladas, pois ambas foram historicamente constituídas em interação.

Montero (2012, p. 170) observa que a transformação da compreensão internacional dos direitos democráticos incorporou as religiões ao campo dos direitos específicos a serem respeitados. Além disso, quando se desloca o foco das instituições religiosas para as práticas efetivas dos indivíduos, percebe-se um descompasso entre modelos teóricos baseados em crenças e comportamentos e aquilo que os sujeitos realmente fazem.

A partir dessa compreensão, entende-se que os direitos democráticos se modificaram ao longo do tempo, assim como mudou a forma de compreender a presença da religião na sociedade. Se antes a religião era vista como algo distante da política e da esfera pública, ela passou a ser reconhecida como parte dos direitos que precisam ser preservados e respeitados. Em um Estado democrático, o indivíduo deve poder exercer sua religiosidade, manifestar sua fé e participar da vida pública sem sofrer hostilidade ou discriminação.

Embora seja um Estado laico, o Brasil permanece fortemente influenciado pelo cristianismo, especialmente pelo catolicismo. A Igreja Católica exerceu papel central na formação histórica da sociedade brasileira, desde o período colonial e os processos de catequização. Por isso, é necessário compreender que essa instituição religiosa interferiu, ao longo da história nacional, na formulação de direitos e na organização da vida social. Montero (2012, p. 170) sintetiza que, do início da República até os anos 1970, a Igreja Católica lutou contra forças positivistas e anticlericais pela definição dos atos civis e da liberdade religiosa; nas décadas de 1970 e 1980, colaborou na construção da ideia de direitos sociais; nas décadas seguintes, alinhou-se às lutas pelos direitos étnicos.

Assim, percebe-se que o papel da religião, especialmente da Igreja Católica, transformou-se ao longo da história brasileira. Ao mesmo tempo em que buscou preservar

sua autoridade diante de propostas que poderiam reduzir sua influência, a instituição também contribuiu para a construção de direitos sociais e para a organização de movimentos populares.

Montero (2012, p. 171) observa que, inspiradas pela Teologia da Libertação, várias lideranças religiosas desempenharam papel fundamental na formação de lideranças populares e na organização de movimentos sociais de base, utilizando a crença como instrumento de transformação social. De modo geral, pode-se afirmar que o catolicismo soube se reorganizar diante das mudanças ocorridas no Brasil, inclusive frente à perda de espaço para outras denominações religiosas, como o protestantismo pentecostal.

Mesmo perdendo fiéis e parte de sua influência, a Igreja Católica ainda ocupa uma posição de destaque na sociedade brasileira. No campo político, sua presença continua significativa, ainda que o crescimento da bancada evangélica no Legislativo brasileiro tenha alterado o equilíbrio das forças religiosas na esfera pública. Essa permanência da influência católica está profundamente ligada ao processo histórico de formação do Brasil. Desde a colonização portuguesa, a Igreja Católica esteve associada ao poder político e à ocupação territorial, tornando-se religião oficial por longo período. Dessa forma, a relação entre religião e política no Brasil possui raízes históricas profundas, o que ajuda a explicar o peso simbólico e institucional do catolicismo no espaço público.

De modo geral, mesmo diante da pluralidade religiosa brasileira, outras tradições não possuem o mesmo grau de influência histórica e institucional da Igreja Católica. Montero (2012, p. 172) afirma que o protestantismo pentecostal parece ser, atualmente, o único grande movimento religioso capaz de desafiar essa hegemonia, devido ao seu rápido crescimento e à conquista progressiva de meios de produção de visibilidade, como canais de rádio e televisão. Ou seja, embora desafiem o predomínio histórico do catolicismo, as igrejas pentecostais ainda enfrentam obstáculos para consolidar plenamente sua legitimidade política e pública.

A autora destaca que, no Brasil, a Constituição de 1988 estimulou a criação de novos arranjos políticos, ampliando a base de representação nos processos decisórios (Montero, 2012, p. 172). Assim, a Constituição Cidadã abriu espaço para novas formas de participação política após o fim da ditadura militar, ocorrida entre 1964 e 1985. Além disso, ampliou a presença de grupos historicamente marginalizados nos espaços públicos, incluindo minorias religiosas e setores populares.

Nesse sentido, Montero (2012a, p. 172) afirma que o secularismo, enquanto doutrina política do Estado, não implicou necessariamente a separação absoluta entre instituições religiosas e instituições governamentais. Ao contrário, colocou em jogo uma dupla transformação: por um lado, as demandas religiosas passaram a se representar nos fóruns decisórios; por outro, agentes religiosos passaram a colaborar na execução de políticas públicas.

Nesse sentido, o secularismo brasileiro não eliminou a presença da religião no espaço público. Ao contrário, criou condições para que demandas religiosas continuassem presentes nos debates políticos e para que representantes religiosos participassem de ações vinculadas às políticas públicas. Isso não significa ausência de conflitos, mas demonstra que a relação entre religião e Estado é marcada por negociações, disputas e acomodações. Diante das transformações sociais e políticas, o fenômeno religioso se adaptou a novos contextos, mantendo uma relação histórica e controversa com a política e com o poder público.

Montero (2012, p. 174) descreve o contexto mais amplo em que emerge o discurso do pluralismo religioso, marcado pela percepção tácita de que as religiões orientais, portadoras de uma vasta e poderosa metafísica, seriam menos propensas do que o cristianismo à modernidade, à racionalidade e à democracia, além de mais resistentes aos processos de secularização. Esse legado das ciências da religião do final do século XIX ainda se projeta sobre o campo contemporâneo dos estudos da religião.

Quando os estudiosos refletem sobre as relações entre religiões, secularismo e política, muitas vezes tendem a reproduzir a ideia de que existiriam dois grandes tipos de religião: aquelas consideradas aptas a desempenhar um papel positivo na esfera pública, geralmente as cristãs; e aquelas vistas como incapazes de fazê-lo, frequentemente associadas à magia, às seitas ou às práticas locais, sendo, por isso, excluídas do círculo de aceitabilidade social.

Motivado por concepções históricas ainda persistentes, o pluralismo religioso revela os limites da aceitação efetiva das múltiplas tradições religiosas. Esse debate mostra que há, muitas vezes de maneira velada, a percepção de que algumas religiões seriam menos compatíveis com a modernidade, a racionalidade e a democracia quando comparadas às religiões cristãs. Essa herança das ciências da religião continua influenciando a forma como a academia compreende a relação entre religião, política e secularismo, contribuindo para uma leitura essencialista da religião. Nessa lógica,

determinadas tradições são reconhecidas como socialmente úteis e legítimas, enquanto outras são desvalorizadas ou mantidas à margem.

No Brasil, esse quadro pode ser observado na comparação entre religiões cristãs e não cristãs. O catolicismo e o protestantismo possuem maior presença no campo político e conseguem se adaptar com mais facilidade às exigências da esfera pública. Já religiões como a Umbanda, o Candomblé e as tradições indígenas, apesar de sua relevância histórica e cultural, ainda enfrentam maior resistência e menor reconhecimento institucional. No entanto, Montero (2012, p. 175) argumenta que, para evitar tipologias essencialistas, é preciso compreender as ações religiosas em seus contextos específicos, uma vez que elas podem desempenhar funções públicas não previstas pelos modelos tradicionais quando as circunstâncias práticas assim exigirem.

Essa situação pode ser observada no caso da Marcha Contra a Intolerância Religiosa, liderada por sacerdotes em 1980. Em reação à violência física e moral praticada por segmentos neopentecostais, lideranças do Candomblé e da Umbanda organizaram-se em uma frente política em defesa da liberdade religiosa (Montero, 2012, p. 175). Esse exemplo demonstra que religiões frequentemente classificadas como restritas ao espaço privado ou ritual também podem atuar politicamente quando confrontadas por situações de violência e discriminação. Portanto, as práticas religiosas não são estáticas; elas se transformam conforme os contextos históricos, especialmente em momentos marcados por intolerância e conflito.

Da década de 1980 até os dias atuais, a intolerância religiosa continua sendo um tema central no debate público brasileiro. No Rio de Janeiro, por exemplo, há diversos casos de ataques a terreiros e espaços religiosos de matriz africana, como ocorreu com o templo Caminho da Paz, localizado na Tijuca, zona norte da cidade. Outro caso emblemático envolve a cantora Anitta, que perdeu seguidores após tornar pública sua ligação com o Candomblé nas redes sociais. Também ganhou repercussão nacional o caso da professora Sueli Santana, que, após ministrar uma aula sobre cultura afro-brasileira, foi atacada por alunos em uma escola da cidade de Camaçari, na Bahia. Esses episódios revelam que a liberdade religiosa, embora assegurada formalmente, ainda enfrenta grandes obstáculos na prática social cotidiana. Muito se fala em políticas públicas voltadas às minorias religiosas, mas sua efetivação permanece limitada e desigual.

Dessa forma, a pluralidade religiosa possui papel fundamental na sociedade brasileira, apesar dos conflitos de interesse que envolvem a política, a sociedade, o poder público e as próprias instituições religiosas. A partir do que foi discutido, compreende-se

que as controvérsias são essenciais para analisar a interação entre o campo religioso e os debates públicos. Elas permitem observar como as manifestações religiosas se articulam com outros setores da sociedade, incluindo a política, a ciência e o direito, produzindo novos conceitos, disputas e formas de interpretação da realidade social.

Portanto, diante do que foi exposto, percebe-se que as controvérsias não se reduzem a simples embates entre posições opostas. Ao contrário, envolvem diversos agentes que entram em disputa de maneira nem sempre organizada, produzindo impactos mais ou menos intensos sobre a trajetória dos dossiês e das causas (Corrêa, 2019, p. 14). Isto é, as controvérsias se manifestam de forma complexa, com múltiplos atores, interesses e consequências. Montero (2012, p. 178) argumenta que a controvérsia permite observar manipulações de diferentes formas discursivas por agentes diversos, sem que seja necessário supor que todos disputam no interior de um mesmo campo ou compartilham uma única visão de mundo.

Essa observação é fundamental para compreender o caso do Círio de 2022, no qual interagem agentes religiosos católicos de diferentes hierarquias, agentes políticos de partidos distintos, fiéis leigos com variados graus de devoção e engajamento político, além da mídia, com seus próprios interesses e enquadramentos. Não se pode pressupor que todos esses agentes compartilham o mesmo campo, os mesmos objetivos ou a mesma definição sobre aquilo que está em jogo. A controvérsia, precisamente, torna visível essa heterogeneidade, revelando como religião, política, mídia e sociedade se articulam em torno de disputas simbólicas, institucionais e públicas.

1.3. Espaços religiosos e públicos

A controvérsia em torno do Círio de 2022 não se limita a uma disputa local entre agentes políticos e religiosos. Ela coloca em evidência um problema mais amplo, que atravessa a teoria social contemporânea: qual é o lugar da religião no espaço público de sociedades democráticas e constitucionalmente laicas? Discutir religião e poder público é, ao mesmo tempo, um exercício complexo e controverso. Essa relação, como se sabe, existe há séculos no Brasil, embora tenha assumido diferentes configurações históricas, sobretudo após a instauração da laicidade em 1890. Ainda que a separação entre religião e Estado tenha sido oficialmente estabelecida, essa interação continua sendo frequentemente interpretada a partir de uma perspectiva normativa.

Para abordar essa questão, esta seção parte da teoria da esfera pública de Jürgen Habermas e, em diálogo crítico com ela, incorpora as contribuições de autores brasileiros como Patrícia Birman, Emerson Giumbelli, Paula Montero e Ari Pedro Oro.

Habermas (2003), em sua obra seminal sobre a esfera pública, descreveu-a como um espaço de debate racional-crítico mediado pela razão comunicativa, no qual cidadãos livres e iguais deliberaram sobre questões de interesse comum, estabelecendo uma mediação entre sociedade e Estado. Em sua formulação clássica, a esfera pública pressupunha a separação entre público e privado, relegando a religião ao âmbito privado e limitando seu protagonismo na deliberação pública. Entretanto, em textos posteriores analisados por Montero (2009), Habermas reconhece o chamado retorno do religioso ao debate público e passa a refletir sobre as condições pelas quais cidadãos religiosos poderiam participar da esfera pública sem violar seus pressupostos procedimentais.

O debate brasileiro acerca da religião e do espaço público, contudo, não pode ser simplesmente derivado da teoria habermasiana. Montero (2009, p. 8) observa que a sociologia e a antropologia da religião no Brasil ainda não conseguiram se libertar completamente das determinações éticas implícitas no paradigma weberiano da secularização, que pressupõe que a modernização conduziria naturalmente à separação entre religião e política. A realidade brasileira, entretanto, demonstra o contrário.

A relação entre religião e espaço público no Brasil é marcada por uma longa trajetória de entrelaçamentos, tensões e rearranjos institucionais que não podem ser compreendidos a partir de um modelo normativo de separação rígida. Ao longo deste debate, percebe-se que a presença do religioso no espaço público evidencia que a separação entre Estado e religião nunca ocorreu de forma absoluta, persistindo mesmo diante do avanço da modernidade.

Desdobrando as reflexões de Paula Montero a partir da leitura de Marcelo Camurça (2018), é possível compreender a relação entre religião e esfera pública a partir de três perspectivas fundamentais. A religião pode ser vivenciada tanto na esfera privada, por meio da prática individual da fé, quanto em contextos coletivos, nos quais a sociedade exerce a liberdade de seguir e expressar publicamente diferentes crenças religiosas. Camurça (2018, p. 43) destaca que Montero propõe interpretações que ultrapassam o caso brasileiro, buscando compreender a diversidade religiosa em diferentes sociedades e a forma como o campo religioso se posiciona no espaço público.

Assim, a autora demonstra que essa relação não é exclusivamente brasileira, podendo ser observada em distintos contextos históricos e culturais. Segundo Camurça

(2018, pp. 43-44), Montero fundamenta sua análise em três modelos principais: sociedades de pluralismo religioso; sociedades em que a Igreja Católica possui forte presença no aparato estatal e na sociedade civil; e sociedades de predominância protestante. Esses modelos permitem compreender o papel das religiões em diferentes formações sociais e observar como os indivíduos lidam com essas dinâmicas no cotidiano.

Quando se analisa a relação entre religião e espaço público no Brasil, é necessário destacar que a transformação do país em um Estado sem religião oficial, após a Constituição de 1891, não significou o rompimento dessa ligação histórica. Como já discutido ao longo deste capítulo, o cristianismo, especialmente a Igreja Católica, continua exercendo significativa influência sobre a política nacional. Dificilmente se observa uma liderança política de projeção nacional, sobretudo ligada à direita conservadora, participando de manifestações religiosas oriundas das religiões afro-brasileiras, ao contrário do que ocorre em festividades cristãs, como no episódio da presença do então presidente Jair Bolsonaro no Círio de Nazaré de 2022. Isso demonstra que essa relação permanece profundamente enraizada na cultura brasileira, enquanto religiões como o Candomblé, a Umbanda e o espiritismo continuam sendo historicamente marginalizadas.¹

Camurça (2018, pp. 44-45) explica que, como estratégia de legitimação e descriminalização, essas religiões marginalizadas buscaram constituir-se institucionalmente à imagem e semelhança do modelo católico, cuja existência já estava assegurada pelas normas constitucionais do regime republicano por meio da liberdade de culto. As religiões afro-brasileiras, historicamente perseguidas, passaram a organizar-se institucionalmente em busca de reconhecimento social e jurídico, tentando se desvincular da violência e do estigma que marcaram sua trajetória. Contudo, mesmo após a Proclamação da República, as práticas religiosas não cristãs continuam sofrendo repressões e discriminações.

Montero (2009, p. 12) documenta que práticas consideradas “mágicas” e, portanto, não religiosas permaneceram perseguidas até meados do século XX. Durante décadas, práticas de cura, danças, tambores, rituais de possessão e sacrifícios de animais foram reprimidos pelo Estado sob acusações de afronta à moralidade pública, perturbação

¹ Para o aprofundamento do estudo sobre a relação entre novas direitas e bolsonarismo no Brasil ver: SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **A direita nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019. E, também: SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

da ordem social ou expressão de barbárie e incivilidade. Tratava-se de um olhar profundamente preconceituoso, que desconsiderava a pluralidade religiosa e cultural do país. Mesmo com o avanço da laicidade, manifestações oriundas das religiões afro-brasileiras continuam sendo alvo de hostilidade, inclusive em espaços públicos.

Ainda sobre o debate em torno da liberdade religiosa no Brasil, Montero (2009, p. 13) afirma que o debate jurídico-político acerca da liberdade de culto concentrou-se, inicialmente, na dissociação entre comunidade religiosa e comunidade política. Esse princípio tornou-se central para a construção do Estado laico, na medida em que buscava impedir que a esfera política favorecesse determinada crença religiosa em detrimento de outras, assim como evitar que normas religiosas fossem convertidas em normas estatais.

Já Emerson Giumbelli (2008; 2014) oferece uma contribuição decisiva para a compreensão dessa relação. Giumbelli (2008, p. 82) argumenta que, no Brasil, mais do que princípios abstratos de laicidade, o que está em jogo são dispositivos concretos que organizam a relação entre Estado e religião, frequentemente ocultados pelas dinâmicas políticas e sociais. A partir de análises históricas e jurídicas, o autor demonstra que a laicidade brasileira não corresponde a uma separação absoluta, mas a um conjunto historicamente variável de negociações, acomodações e exceções. A presença de símbolos católicos em prédios públicos, a colaboração entre Estado e igrejas na implementação de políticas públicas e a concessão de canais de rádio e televisão a instituições religiosas são exemplos de mecanismos que reconfiguram continuamente as fronteiras entre o religioso e o político.

Camurça (2018, p. 45), citando Montero (2006, p. 50), conclui que o processo secularizante no Brasil não implicou o confinamento da religião ao âmbito privado. Ao contrário, ao lado da religião reconhecida constitucionalmente, surgiram novas formas de religiosidade e organização religiosa. Isso demonstra que a secularização brasileira não afastou a religião do debate público, mas permitiu sua reorganização em novas bases. A religião continuou exercendo influência significativa no espaço público, especialmente o catolicismo, que, apesar da perda relativa de fiéis, permanece dominante tanto na esfera política quanto na cultural.

A religião continua intervindo na política e no Estado independentemente do contexto histórico. O que se observa atualmente é que sua presença ainda revela parte da influência que possuía antes mesmo da laicidade. A sociedade brasileira permanece profundamente conectada às crenças religiosas, que seguem influenciando debates políticos e morais. Entretanto, a presença da religião na esfera pública também produz

conflitos e controvérsias. As organizações religiosas atuam politicamente sobretudo quando percebem ameaças às suas convicções ou aos seus interesses institucionais. Isso significa que, ao mesmo tempo em que influenciam a esfera pública, também são influenciadas por ela. Além disso, a tentativa de inserção no espaço público frequentemente produz tensões internas e externas, sobretudo quando suas intervenções geram disputas ideológicas e questionamentos sobre os limites da laicidade.

Camurça (2018, p. 49) afirma que o Brasil constitui um caso emblemático de como a religião ascende ao domínio público, conquistando visibilidade e articulando-se às esferas seculares por meio de sua bagagem cultural, simbólica e moral. A religião no Brasil, portanto, não se restringe ao âmbito privado nem se afasta da política. Ao contrário, participa ativamente da construção do espaço público, levando consigo valores, símbolos e formas de transcendência que moldam a vida social e política, sobretudo no caso da Igreja Católica.

O catolicismo brasileiro exerceu forte influência na definição das relações entre Estado e religião durante a Primeira República, manifestando oposição à separação entre Igreja e Estado. Isso demonstra o esforço da Igreja Católica em preservar sua influência política e continuar exercendo autoridade sobre o espaço público brasileiro mesmo após a promulgação da Constituição de 1891. Embora tenha perdido parte de sua centralidade institucional, a Igreja buscou garantir que sua contribuição histórica ao país continuasse sendo reconhecida pelo Estado.

Giumbelli (2008, p. 82) documenta que parte desses esforços foi recompensada na Constituição de 1934, que autorizou o ensino religioso nas escolas públicas e devolveu validade civil ao casamento religioso. Além disso, o princípio da separação foi relativizado pela possibilidade de colaboração entre Estado e religiões. Essa noção de colaboração forneceu fundamento constitucional para aproximações entre instituições religiosas e o poder público, traduzindo, naquele contexto histórico, conquistas importantes para a Igreja Católica. A Constituição de 1934 representou, assim, uma reaproximação entre religião e Estado, embora sem revogar formalmente o princípio da separação. Na prática, porém, essa aproximação favoreceu sobretudo a Igreja Católica, evidenciando desigualdades históricas entre as diferentes tradições religiosas.

Destaca-se também que, embora inicialmente resistisse à separação, a própria Igreja Católica passou gradualmente a aceitar a liberdade religiosa no país. Conforme aponta Giumbelli (2008, p. 82), o debate sobre a autonomia jurídica das associações religiosas abriu novas possibilidades institucionais para a atuação da Igreja. A legislação

republicana reconheceu personalidade jurídica às igrejas e confissões religiosas, permitindo-lhes adquirir e administrar bens. Entretanto, essa autonomia permaneceu condicionada aos limites impostos pelo próprio Estado, sobretudo em relação ao controle patrimonial e administrativo dessas instituições.

Diante da influência econômica e simbólica da Igreja Católica, o Estado percebeu a necessidade de regulamentar juridicamente sua atuação. Nesse contexto, o debate jurídico buscou definir como as instituições religiosas seriam enquadradas no ordenamento nacional. Ao mesmo tempo, para manter sua posição de destaque mesmo após a separação formal, a Igreja promoveu processos internos de reorganização institucional.

Sobre a autonomia jurídica, Giumbelli (2008, p. 83) destaca que o Código Civil de 1917 reafirmou princípios já estabelecidos em legislações anteriores. Entre eles, três aspectos merecem atenção: primeiro, as associações religiosas não sofreriam restrições específicas sobre sua vida econômica, cabendo aos próprios estatutos definir formas de gestão e organização interna; segundo, as associações religiosas adquirirão personalidade jurídica mediante registro civil, sem necessidade de autorização prévia do Estado; terceiro, essas associações passariam a se submeter ao mesmo regime civil das demais organizações sem fins lucrativos.

Com isso, garantiu-se relativa autonomia jurídica às instituições religiosas, embora permanecessem submetidas aos limites da legalidade e da moralidade pública. Giumbelli (2008, p. 83) ressalta que prevalecia a ideia de que os coletivos religiosos deveriam autorregular-se de modo a permanecer dentro dos limites impostos pelas leis e pelos valores morais socialmente aceitos.

Patrícia Birman, por sua vez, analisa as relações entre diferentes atores sociais no espaço público, demonstrando como agentes religiosos ocupam espaços deixados pelo Estado e como a conversão religiosa pode funcionar como estratégia de reinserção social. Sua obra evidencia que o religioso não constitui uma esfera isolada da vida social, mas atravessa diretamente as dinâmicas urbanas, os processos de marginalização e as disputas por reconhecimento.

Já Paula Montero, além de suas contribuições sobre controvérsias, possui extensa produção acerca da atuação pública de agentes religiosos. Montero (2012b, p. 170) demonstra que a Igreja Católica desempenhou papel fundamental na construção da sociedade civil brasileira, atuando em debates sobre liberdade religiosa, direitos sociais e direitos étnicos ao longo do século XX. Paralelamente, a autora mostra que o crescimento

pentecostal desafiou a hegemonia católica ao introduzir novas formas de presença religiosa no espaço público, sobretudo por meio da mídia eletrônica e da política institucional.

Por fim, Ari Pedro Oro analisa a atuação pública de agentes religiosos pentecostais e neopentecostais, demonstrando como esses grupos construíram expressiva representação parlamentar, ampliaram sua presença midiática e passaram a disputar diretamente símbolos e políticas públicas. Segundo Oro (2012), a presença evangélica no espaço público não é um fenômeno recente, mas ganhou novas proporções e visibilidade a partir da década de 1980, tornando-se central para compreender a política brasileira contemporânea.

De modo geral, as reflexões apresentadas demonstram que a relação entre religião, Estado e espaço público no Brasil é marcada por permanências históricas, disputas institucionais e profundas assimetrias de poder. Todas as religiões enfrentam dificuldades para conquistar reconhecimento jurídico e social, especialmente as tradições não cristãs, historicamente marginalizadas mesmo após a consolidação do Estado laico.

Ao mesmo tempo, embora a Igreja Católica ainda exerça forte influência, o crescimento evangélico alterou significativamente o cenário religioso e político brasileiro, produzindo novas disputas em torno da definição do papel da religião na esfera pública. Nesse contexto, torna-se fundamental pensar políticas públicas e mecanismos institucionais capazes de garantir maior pluralidade religiosa e reconhecimento efetivo às diferentes tradições presentes na sociedade brasileira.

A articulação entre Habermas (2003) e o debate brasileiro, representado por Birman (2003), Giumbelli (2008; 2014), Montero (2009; 2012) e Oro (2012), permite, assim, construir uma abordagem não normativa da relação entre religião e espaço público. Não se trata de perguntar se a religião deve ou não estar presente na esfera pública, mas de compreender como ela efetivamente se faz presente, por meio de dispositivos, estratégias e controvérsias específicas. O episódio do Círio de Nazaré de 2022 constitui um exemplo paradigmático desse processo, pois a presença de um político evangélico batizado católico em uma festividade católica de massa, em pleno período eleitoral, tornou visíveis tensões que normalmente permanecem naturalizadas pelas rotinas institucionais.

II – Invenção do Círio: devoção, espetáculo e capital simbólico

2.1. Culto mariano colonial e evangelização na Amazônia: origens

Antes de explicar todo o contexto existente por trás da origem da manifestação do Círio de Nazaré, é importante mencionar, neste primeiro momento, como ocorreu a chegada e qual foi o papel do catolicismo na região amazônica durante o Brasil Colônia. Com a chegada das expedições portuguesas e espanholas à Amazônia colonial, o catolicismo, juntamente com suas missões, penetrou nesta região. A partir de um projeto simultaneamente político e catequético, tanto as coroas europeias quanto as lideranças católicas se uniram para disseminar seus costumes, sua fé e suas formas de dominação.

Ambos os lados tinham interesses próprios nessa união: a ocupação territorial e a propagação da Igreja Católica na região. Conforme argumenta Lima (2024, p. 15), as coroas da Espanha e de Portugal precisavam da Igreja para justificar a ocupação e a dominação, enquanto a Igreja almejava disseminar a fé católica, unindo interesses de modo que tanto a instituição religiosa quanto as coroas alcançassem seus objetivos. Tratava-se, portanto, de uma relação vantajosa para ambos.

Enquanto a Igreja buscava ampliar sua presença na Amazônia por meio das missões e da catequização dos moradores locais, em sua maioria indígenas, os colonizadores, com o apoio católico, procuravam legitimar a invasão, a exploração e a repressão. Foi uma aliança benéfica para as coroas europeias, que se apropriaram das riquezas daquele território, e também para a Igreja Católica Apostólica Romana, que impôs seus conhecimentos e valores de forma opressora aos povos amazônicos.

A procura por novos territórios por parte da Igreja Católica ocorreu, inicialmente, no momento em que a Igreja Protestante começou a ganhar força no Velho Continente. Conforme destacam Pimentel, Reis e Py (2020, p. 322), é importante lembrar o contexto em que essa instituição estava inserida no final do século XVI e início do XVII, período em que a Europa vivia uma intensa turbulência religiosa em função da Reforma Protestante e, posteriormente, do Concílio de Trento, ocorrido entre 1545 e 1563.

O catolicismo não queria ver seu prestígio enfraquecido em outras regiões, como ocorreu na Europa. Diante disso, a Igreja Católica passou a adentrar nas Américas. Como já mencionado, sua chegada à Amazônia ocorreu por meio das chamadas ordens religiosas, mantendo seu poderio e ampliando sua zona de influência, conforme apontam Reis e Carvalho (2016, p. 155). Ou seja, a Igreja pretendia afirmar seu domínio e fortalecer sua soberania nesse território, principalmente por meio da difusão de seus valores entre os indivíduos que ali viviam.

Os missionários católicos, especialmente os padres jesuítas, foram de suma importância para o fortalecimento da doutrinação da Igreja e da ocupação portuguesa no território amazônico, sobretudo com a criação da Companhia de Jesus, fundada por Inácio de Loyola em 1540 e presente na Amazônia a partir de 1622. Seus membros, os jesuítas, foram alguns dos principais responsáveis pela catequização indígena na América Portuguesa (Reis; Carvalho, 2016, p. 155). Assim, tanto a Companhia de Jesus quanto outras missões da Igreja Católica atuaram no processo de submissão dos povos indígenas aos costumes europeus.

O objetivo primordial dos trabalhos de catequese era a evangelização das populações indígenas, consideradas afastadas do verdadeiro Deus e dominadas por vícios e paixões incompatíveis com a fé cristã. Rezende (2006, pp. 102-103) observa que a Amazônia oferecia uma multidão imensa de almas a serem convertidas à fé verdadeira, sendo necessário empreender ações para conquistar esses povos, retirá-los da idolatria e implantar valores católicos e europeus.

Dessa maneira, para os missionários, essas populações não possuíam os mesmos costumes europeus, sendo, portanto, imprescindível transmitir-lhes seus conhecimentos por meio do ensino catequético, que perdurou por muito tempo no Brasil. A cultura e a religiosidade indígenas eram, assim, relegadas a segundo plano. A Amazônia era vista por Portugal e pela Igreja como um território estratégico: o catolicismo era considerado a única e verdadeira religião, e todos deveriam agir e pensar segundo essa lógica.

É importante mencionar outras ordens que, juntamente com os jesuítas, foram responsáveis por propagar a catequização nessa região, como os franciscanos, em 1617, seguidos pela chegada dos carmelitas, em 1627, e dos mercedários, em 1640 (Reis; Carvalho, 2016, p. 155). Percebe-se, até aqui, que as ordens religiosas tiveram grande influência na aquisição de territórios por parte dos governos português e espanhol na Amazônia colonial, sobretudo entre os séculos XVII e XVIII. Embora os primeiros missionários que chegaram à Amazônia tenham sido quatro capuchinhos trazidos pelos

franceses ao Maranhão em 1612, utiliza-se como marco a chegada dos capuchinhos franciscanos em 1617, visto que, a partir daí, iniciou-se a presença sistemática das ordens religiosas na Amazônia (Costa; Sarney, 1999, p. 53).

Embora no século XVII já existisse, na Capitania do Maranhão, a missão religiosa dos capuchinhos oriundos da França, a entrada oficial das missões no território amazônico ocorreu cinco anos mais tarde, em 1617, com os franciscanos. Foi nesse momento que as missões começaram a ganhar força, tanto no âmbito estrutural quanto no institucional, dentro da Amazônia. Conforme assinalam Pimentel, Reis e Py (2020, p. 323), é a partir de São Luís, então capital do Estado do Maranhão e Grão-Pará, instituído em 1621, que se inicia a colonização da Amazônia e, conseqüentemente, as atividades missionárias. Sendo assim, a penetração dos colonizadores e das ordens religiosas na Amazônia do período colonial ocorreu a partir dessa capitania.

Segundo Reis e Carvalho (2016, p. 156), a atividade das ordens religiosas na Amazônia propiciou a aquisição de conhecimentos a respeito da região, o que tinha grande valor estratégico para Portugal. Isso demonstra que os missionários, em especial os da Ordem dos Jesuítas, foram fundamentais para que os europeus conhecessem aquele território, especialmente a província do Grão-Pará e Maranhão. Vale mencionar que, mesmo ocupando uma posição-chave para os interesses coloniais, as missões começaram a perder influência aos olhos de Portugal.

O monopólio religioso sobre a Amazônia, exercido por meio das ordens religiosas, principalmente pelos jesuítas, chegou ao fim com a administração pombalina. Reis e Carvalho (2016, p. 156) explicam que os jesuítas, na visão de Pombal, eram parte de um segmento que ia na contramão dos interesses e das reformas pombalinas, de cunho modernizador no Império Português, impulsionadas pelos ideais do despotismo esclarecido, forma de governar em voga nas casas dinásticas europeias.

Considerando que os ideais da Companhia de Jesus estavam voltados para manter a região do Grão-Pará e Maranhão sob o poder da própria Igreja Católica, já que os jesuítas exerciam grande influência sobre os moradores locais, sobretudo por meio da catequização, o então ministro de Estado, Marquês de Pombal, percebeu que esse enfoque tradicional da Igreja contrariava as mudanças que a Coroa portuguesa desejava implementar na região.

O Marquês de Pombal pretendia enfraquecer o monopólio das missões religiosas para alinhar a Amazônia aos interesses de Portugal, deslocando o processo de colonização de um campo predominantemente religioso para uma esfera mais política e econômica.

Seu objetivo era tornar o território mais lucrativo e melhor explorado. Com o fim desse monopólio, em meados do século XVIII, os missionários católicos, especialmente os padres jesuítas, tiveram de deixar o Brasil.

Quase duas décadas após a expulsão dos missionários da Província do Grão-Pará e Maranhão, em 1759, Santos (2023, p. 5) informa que o Estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em 1772, quando dele se desmembraram dois estados: o Grão-Pará e a Capitania de São José do Rio Negro, e outro estado formado pelo Maranhão e pelo Piauí. Assim, essa separação teve o propósito de demarcar territorialmente as regiões Norte e parte da região Nordeste, fortalecendo, entre outros aspectos, o domínio do Império Português nesses territórios.

Com as mudanças promovidas pelo Marquês de Pombal, como a expulsão dos jesuítas da Amazônia e a criação das províncias do Grão-Pará, tendo Belém como capital, e do Maranhão, com São Luís como capital, houve uma transformação na religiosidade local. A liderança, antes exercida predominantemente pelas autoridades católicas, deu lugar a uma devoção mais popular, ainda ligada ao catolicismo, mas marcada pela identidade cultural da região. Isso ocorreu principalmente pela necessidade de amparo dos próprios moradores, já que o número de padres missionários no território havia diminuído.

Conforme Pimentel, Reis e Py (2020, p. 337), a expulsão dos jesuítas proporcionou a gênese de uma religiosidade popular, combatida, a partir do século XIX, pela Igreja romanizada. Ou seja, a Igreja buscou manter as práticas religiosas alinhadas aos moldes de Roma, em vez de aceitar um catolicismo de caráter popular. Contudo, mesmo diante dessa resistência vinda de Roma, a religiosidade popular que se desenvolveu apresentava, muitas vezes, elementos entrelaçados com aquilo que a própria Igreja romanizada estabelecia. Esse fenômeno pode ser compreendido à luz do conceito de processo histórico-cultural desenvolvido por Marshall Sahlins (2003).

O desenvolvimento dessa religiosidade popular na Amazônia pode ser compreendido a partir do conceito de catolicismo popular, categoria utilizada pelas Ciências Sociais da Religião, pela História e pela Antropologia para analisar formas de vivência da fé construídas pelos próprios fiéis em seu cotidiano. Diferentemente do catolicismo institucional, organizado a partir da hierarquia eclesiástica, das normas oficiais e da atuação direta do clero, o catolicismo popular refere-se às maneiras pelas quais as comunidades incorporam, interpretam e expressam os elementos da tradição católica a partir de suas próprias experiências sociais e culturais (Pantoja e Maués, 2008).

Conforme explica Cesar (1976), o termo “popular” não deve ser entendido apenas como uma referência às camadas sociais que praticam determinada religiosidade, mas principalmente como uma forma específica de apropriação da fé, marcada pela participação dos próprios fiéis na organização das práticas religiosas. Nesse sentido, o catolicismo popular caracteriza-se pela valorização das devoções aos santos, das promessas, das orações coletivas, das festas religiosas, das procissões e de outras manifestações conduzidas pela comunidade.

A formação histórica do catolicismo popular brasileiro está relacionada às próprias características da colonização e da organização religiosa do território. Segundo Azzi (1976), durante grande parte da história do Brasil, especialmente nos períodos colonial e imperial, a presença permanente dos representantes oficiais da Igreja Católica não alcançava todos os espaços da sociedade, fazendo com que grupos locais assumissem funções importantes na manutenção da vida religiosa. Dessa forma, irmandades, confrarias, festeiros e lideranças comunitárias passaram a desempenhar papel fundamental na realização de celebrações, devoções e práticas religiosas. Para Suess (1979), esse processo não deve ser compreendido apenas como uma ausência da instituição católica, mas como uma forma própria de viver o cristianismo, na qual os grupos sociais reinterpretavam os símbolos e ensinamentos da Igreja a partir de seus próprios contextos históricos e culturais.

Essa característica demonstra que o catolicismo popular não representava simplesmente uma reprodução dos modelos religiosos europeus trazidos durante a colonização, mas uma experiência dinâmica, construída pela interação entre a tradição católica e as realidades locais. Conforme observa Passos (2011), essa religiosidade está profundamente relacionada à memória, à tradição e ao sentido do sagrado presente nas comunidades, nas quais os elementos religiosos são preservados e transmitidos entre gerações. Assim, a fé popular não se limitava ao cumprimento de normas religiosas oficiais, mas envolvia experiências simbólicas, afetivas e comunitárias que atribuíam novos significados às práticas católicas no cotidiano dos fiéis.

Entre as principais expressões desse catolicismo encontram-se as festas de santos, as procissões, as romarias e as crenças relacionadas aos milagres, manifestações que articulam religião, cultura e sociabilidade. De acordo com Souza (2013), essas práticas constituem elementos fundamentais do catolicismo popular, pois ultrapassam a dimensão exclusivamente litúrgica e assumem funções sociais importantes, como a criação de vínculos comunitários, a transmissão de tradições e a reafirmação de

identidades coletivas. As celebrações religiosas tornam-se, portanto, espaços nos quais os fiéis demonstram sua devoção, estabelecem relações sociais e fortalecem sentimentos de pertencimento ao grupo ao qual estão inseridos.

Entretanto, a relação entre o catolicismo popular e a Igreja institucional foi marcada por aproximações, tensões e negociações ao longo da história. Segundo Souza (2008), muitas práticas populares eram organizadas por agentes religiosos oriundos das próprias comunidades, como festeiros, rezadores, beatos e outras lideranças reconhecidas pelos fiéis, embora nem sempre possuíssem legitimidade formal concedida pela hierarquia católica.

Essas manifestações frequentemente foram observadas com desconfiança pelas autoridades eclesásticas, especialmente durante o processo de romanização do catolicismo, quando a Igreja buscou fortalecer o controle institucional sobre as práticas religiosas. Contudo, isso não significava necessariamente uma ruptura com a Igreja, pois o catolicismo popular permanecia vinculado aos símbolos, santos e valores da tradição católica (Passos, 2011).

No Brasil, esse processo ganhou novas configurações durante o período de modernização e romanização da Igreja Católica, quando houve uma tentativa de aproximar as práticas religiosas brasileiras dos padrões estabelecidos por Roma. Conforme analisam Campos e Melo (2017), mesmo diante das iniciativas de controle e reorganização promovidas pela Igreja institucional, o catolicismo popular permaneceu presente, adaptando-se às mudanças históricas e mantendo sua força entre diferentes grupos sociais. Dessa maneira, as práticas religiosas populares continuaram coexistindo com a estrutura oficial da Igreja, revelando uma relação marcada tanto por conflitos quanto por formas de convivência e incorporação.

No contexto amazônico, essas características assumiram particularidades próprias em razão da dimensão territorial da região, das dificuldades de circulação e das transformações ocorridas após a redução da presença missionária. Conforme apontam Pantoja e Maués (2008), as festas de santos e outras manifestações coletivas de devoção passaram a ocupar papel central na construção da identidade regional amazônica, articulando religiosidade, memória e pertencimento cultural. Dessa forma, o catolicismo popular amazônico passou a expressar uma maneira própria de vivenciar a fé católica, na qual devoções herdadas da tradição europeia passaram a conviver com experiências históricas e culturais construídas pelas populações locais.

Como argumenta o antropólogo, as formas culturais tradicionais incorporam eventos extraordinários e, ao fazê-lo, recriam distinções de status existentes, reproduzindo a cultura em sua forma constituída, mas também a transformando. No caso amazônico, mesmo após a opressão colonial, os moradores locais souberam incorporar suas práticas e costumes ao assimilarem o conhecimento que chegou nos navios europeus, reinventando-se continuamente. Não se tratou de uma substituição pura e simples da cultura indígena pela europeia, mas de um processo de dupla determinação, no qual os esquemas culturais preexistentes interpretaram e incorporaram os eventos externos, modificando-se nesse próprio movimento.

Um importante exemplo dessa religiosidade própria são as festas de santos, tradicionais em toda a região amazônica, entre elas a mais conhecida: o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, originado no século XVII, na então chamada Vila de Nossa Senhora de Nazaré de Vigia, e que ganhou os contornos hoje conhecidos a partir do final do século XVIII, quando passou a ser comemorado na capital do Grão-Pará, Belém (Pimentel; Reis; Py, 2020, pp. 337-338).

Assim, é possível destacar a importância dos moradores locais na elaboração dessas festividades, que incorporaram suas identidades para construir uma religiosidade popular sem, contudo, afastar-se totalmente da Santa Sé. Dessa forma, o povo amazônico expressou sua fé por meio de celebrações que cultuavam determinados santos, como é o caso de Nossa Senhora de Nazaré. Antes de chegar a Belém, em 1793, a devoção surgiu na cidade de Vigia de Nazaré, em 1697, ou seja, mais de cem anos antes do primeiro Círio de Nazaré na capital da então Província do Grão-Pará.

Apesar da influência da Igreja Católica e da Europa, a população amazônica soube, ao longo dos anos, moldar-se e reinventar-se, mesmo sob forte pressão das autoridades eclesiásticas e da Coroa portuguesa. É importante salientar que este trabalho, especialmente este capítulo, focaliza a origem do Círio na cidade de Belém do Pará, ocorrida no século XVIII, e não aprofunda a festividade do município de Vigia. Vale ressaltar que a devoção em Vigia precede a de Belém, sendo, portanto, considerada a mais antiga. Conta-se que a devoção na capital do então Grão-Pará teve início em 1700, com o surgimento da imagem da Santa. Nesse contexto, existem diferentes versões a respeito da imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Diversos relatos, transmitidos ao longo dos séculos, atribuem a Plácido José de Souza o achado da estátua.

Entretanto, um dos relatos mais conhecidos sobre o surgimento da imagem de Nossa Senhora de Nazaré ocorreu em 1700 e foi documentado pelo bispo da Capitania do

Grão-Pará da época, conhecido como Dom Frei João Evangelista. No documento, Dom João Evangelista conferia veracidade aos relatos de Plácido, que teria encontrado a imagem de Nossa Senhora de Nazaré nas proximidades do Igarapé Murutucu, no Pará. A partir daí, Plácido José de Souza recolheu a estátua da Santa e decidiu guardá-la em sua humilde casa. Contudo, de acordo com os registros do bispo, começaram a ocorrer eventos sem explicação, pois, sempre que amanhecia, a imagem não se encontrava mais na casa do caboclo.

Diante desse acontecimento, houve grande comoção na então Capitania do Grão-Pará. Com toda a movimentação em torno do retorno da imagem ao local onde havia sido encontrada, surgiram debates entre as autoridades locais da época. O governador, querendo obter uma prova concreta, mandou buscar a imagem, trancou-a no prédio-sede do governo e colocou guardas a postos.

No dia seguinte, quando abriram o compartimento onde a imagem havia sido guardada na véspera, encontraram-no vazio (Castro, 2018, p. 31). Dessa forma, percebe-se que, independentemente de onde levavam a imagem, ela sempre retornava ao local onde fora descoberta, no Igarapé Murutucu. Vale destacar também que, no século XVIII, a devoção por Nossa Senhora de Nazaré já estava sendo articulada ao contexto político, o que antecipa uma das dimensões centrais desta pesquisa: a relação entre religião e espaço público, que será retomada adiante.

Diante de sua fé e crença nesse acontecimento, Plácido José de Souza ergueu uma simples capela para Nossa Senhora de Nazaré nas proximidades do Igarapé Murutucu. Observa-se que o número de fiéis cresceu cada vez mais. Castro (2018, p. 31) relata que, vinte anos depois do achado da imagem, já era grande a devoção dos belenenses à Virgem de Nazaré, e Plácido José de Souza havia construído sua choupana nas proximidades do largo de Nazaré, onde hoje se localiza a Praça do Santuário.

Mas como surgiu o Círio de Nazaré? A partir de todos esses acontecimentos em torno da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, mesmo com tantas dúvidas sobre como ela chegou ao Igarapé, anos depois, em 1773, o então bispo João Evangelista decidiu enviar a imagem para Portugal com o intuito de restaurá-la e solicitou à rainha Dona Maria I e ao Papa Pio VI uma licença oficial para honrar a Santa com uma festividade (Muniz, 2024, p. 15).

A própria denominação "Círio de Nazaré" também possui raízes históricas anteriores à realização da primeira procissão em Belém. O termo "Nazaré" deriva da

devoção portuguesa a Nossa Senhora de Nazaré, difundida a partir da vila de Nazaré, em Portugal, e introduzida na Amazônia durante o período colonial (Alves, 2005).

Já a palavra "círio" tem origem no latim *cereus*, que significa uma grande vela de cera utilizada em celebrações religiosas. Nas procissões portuguesas era comum que os devotos carregassem círios como demonstração pública de fé e cumprimento de promessas. Por essa razão, o termo passou a designar as procissões iluminadas por velas e, posteriormente, tornou-se a própria denominação da festividade realizada em honra a Nossa Senhora de Nazaré (Pantoja; Maués, 2008).

Destaca-se que somente no ano de 1792 a permissão para a realização da festa em honra a Nossa Senhora de Nazaré foi concedida, após pedido do bispo, chegando à Capitania do Grão-Pará. A resposta demorou tanto que Dom Frei João Evangelista veio a falecer antes de recebê-la. Contudo, logo após a autorização chegar ao Grão-Pará, o capitão da capitania, Francisco de Souza Coutinho, ao perceber a intensa religiosidade dos fiéis em relação à imagem da Santa na pequena igreja construída por Plácido José de Souza anos antes, demonstrou interesse em realizar melhorias nas proximidades do então igarapé.

Pontua-se, então, que o capitão Francisco de Souza Coutinho, então presidente da província do Grão-Pará, resolveu organizar uma grande feira na qual os produtos agrícolas e extrativistas de toda a província seriam expostos e comercializados (Castro, 2018, p. 31). Salienta-se que, como já havia uma devoção muito forte por Nossa Senhora de Nazaré, venerada pelos fiéis na segunda metade do ano de 1793, foi nesse período que o capitão realizou a feira. Ou seja, religião e política estavam entrelaçadas no planejamento do primeiro Círio de Nazaré.

Conforme documento do Iphan (2000, pp. 14-15), a oficialização da devoção pela Igreja e a feira organizada pelo presidente da província ocorreram no mesmo ano, o que demonstra a popularidade da devoção à imagem e evidencia a preocupação dos poderes instituídos, Estado e Igreja, em exercer controle sobre ela. Alvo das atenções e dos interesses da Coroa e da Igreja, a devoção popular a Nossa Senhora de Nazaré caminhava para uma futura institucionalização.

Entretanto, por ter ficado doente e com receio de não estar presente, o capitão Francisco de Souza Coutinho prometeu que, se sua saúde fosse restaurada e conseguisse inaugurar a feira, a imagem seria levada até o palácio do governo e, de lá, retornaria em procissão para a igreja. Francisco de Souza Coutinho recuperou a saúde e, no dia 8 de setembro de 1793, cumpriu tudo o que prometera (Castro, 2018, p. 33). Dessa forma,

depois de recuperar a saúde, ele, junto com a comunidade, preparou a festividade em honra a Nossa Senhora de Nazaré, e assim aconteceu o primeiro Círio de Nazaré, em 1793, exatos 93 anos após Plácido José de Souza ter encontrado a imagem da Santa no Igarapé.

Nesse período, a cidade era iluminada por lampiões para clarear a noite e conduzir os fiéis até a ermida, o povo levava velas, e o cortejo era acompanhado por carros, cavalos e outros meios de transporte existentes na época (Castro, 2018, p. 31). Isso demonstra como a devoção conseguia ultrapassar as limitações daquele período, especialmente as relacionadas à estrutura urbana.

Segundo Castro (2018, p. 30), no Pará, a devoção foi trazida pelos jesuítas logo no início da colonização. A Virgem de Nazaré foi venerada pela primeira vez na cidade de Vigia, onde havia padres da Companhia de Jesus. De Vigia, essa veneração passou para Belém. Desse modo, após todos esses acontecimentos, surgiu o Círio de Nazaré, destinado a venerar a pequena imagem encontrada por um simples morador. Vale ressaltar que, enquanto o Círio de Nazaré possui 231 anos de tradição, a imagem original de Nossa Senhora de Nazaré tem pouco mais de 330 anos. Símbolo cultural de toda a comunidade católica paraense, a história do Círio confunde-se com a própria devoção desse povo, uma devoção transmitida de geração em geração e que, a cada edição, expressa-se na grandeza dessa manifestação religiosa, reunindo mais de dois milhões de fiéis de diferentes partes do Brasil.

A representatividade do Círio de Nazaré é demonstrada pelos católicos do Pará e pode ser observada ao longo dos mais de quinze dias de celebração, desde o traslado que abre a festividade até o último dia, com a procissão do Recírio, momento culminante dessa grandiosa manifestação, considerada uma das maiores expressões religiosas do mundo. Um dos principais símbolos da romaria é a imagem original encontrada por Plácido José de Souza, que, conforme Castro (2018, p. 47), permanece na Glória, no altar, durante o ano inteiro, dentro da Basílica de Nazaré, sendo retirada uma vez por ano em uma cerimônia conhecida como Descida da Imagem ou Descida da Glória, realizada na véspera do Círio.

Outro símbolo emblemático é o manto usado na imagem de Nossa Senhora de Nazaré, confeccionado sob absoluto sigilo, cuja produção dura cerca de sete meses e só é revelada faltando três dias para a principal romaria do Círio. O manto exerce um papel de grande relevância na vida dos peregrinos. Além dele, destaca-se a corda, outro símbolo importante da romaria, utilizada desde 1885.

Diante de toda essa devoção e simbolismo, Queiroz (2016, p. 197) observa que o Círio expressa a identidade da população do Pará e de toda a região, pois a identidade do homem amazônico, nativo de Belém do Pará, não pode ser separada do Círio de Nazaré. Essa manifestação vai muito além de um simples cortejo religioso. Por ter surgido de um catolicismo popular, o Círio está profundamente entrelaçado aos costumes do povo paraense, algo que dificilmente será desvinculado. Assim, Círio e identidade regional se iluminam mutuamente, ajudando a compreender toda a região.

Falar da Amazônia é expor sua complexidade, tanto territorial quanto identitária. Trata-se de uma construção que reflete a grandeza cultural e religiosa desse povo. Nesse sentido, Pantoja e Maués (2008, p. 60) identificam três elementos fundamentais para pensar uma identidade regional, construída ao longo de sua história e da relação de seus habitantes com as peculiaridades do meio ambiente local: a Cabanagem, o encantado e a festa de santo. Ou seja, a identidade amazônica se fortalece a partir de três aspectos essenciais: a luta expressa na Revolta da Cabanagem, a dimensão espiritual dos encantados e, por fim, a religiosidade católica popular.

Para compreender melhor esses elementos, apresentam-se alguns aspectos de cada um. A Cabanagem, por exemplo, foi uma revolta popular ocorrida na primeira metade do século XIX, durante o Período Regencial, da qual participaram indígenas, negros escravizados, quilombolas e caboclos, embora algumas lideranças, em seu momento inicial, pertencessem às camadas dominantes (Pantoja; Maués, 2008, p. 60). Ou seja, tratou-se de um levante que buscou, entre outras coisas, melhorias para a região, sobretudo nos âmbitos econômico e social, tornando-se exemplo da resistência desses moradores contra aqueles que detinham o poder.

Outro elemento importante é o encantado, que, segundo Pantoja e Maués (2008, p. 60), é um personagem dos mitos regionais, resultado do sincretismo entre crenças indígenas, católicas e africanas, manifestando-se sob três formas: o bicho do fundo, a Iara e o Caruana. Pode-se dizer que o encantado integra a espiritualidade amazônica, ligada ao meio ambiente, já que se trata de um povo profundamente conectado à natureza e às suas mistificadas. O principal personagem dessa espiritualidade é justamente o encantado do fundo, conhecido como uma criatura mitológica da região.

Por fim, destaca-se o catolicismo popular amazônico, especialmente nas festividades dedicadas aos santos. Como mencionado no início deste capítulo, esse tipo de catolicismo, combatido pela Igreja de Roma, permanece extremamente arraigado entre as populações urbanas e rurais, mesmo sofrendo a concorrência do movimento evangélico

(Pantoja; Maués, 2008, p. 60). Manifestar a devoção por meio da celebração de um santo continua muito presente nos hábitos da população, independentemente da localidade, ainda que, ao longo dos anos, tenha perdido espaço para correntes do cristianismo evangélico, sobretudo as pentecostais.

É importante destacar a resistência do povo paraense que, mesmo diante da chegada dos europeus e das tentativas de imposição cultural e religiosa, soube reinventar-se ao longo do tempo, sobretudo após a saída dos missionários. Nesse processo, encontrou diferentes formas de preservar e expressar seus costumes, sua espiritualidade e, acima de tudo, sua devoção. Trata-se de uma devoção profundamente marcada pelas experiências históricas, culturais e simbólicas de seu próprio povo, o que confere ao Círio características singulares no interior do catolicismo brasileiro.

Do ponto de vista do processo histórico-cultural formulado por Marshall Sahlins (2003), o Círio não pode ser compreendido como uma tradição estática simplesmente transplantada da Europa para a Amazônia. Ao contrário, trata-se de um fenômeno que emergiu da interação entre os esquemas culturais dos povos amazônicos e os acontecimentos introduzidos pelos colonizadores.

Cada elemento incorporado à festividade como a devoção mariana, a organização da feira pelo governador e a introdução da corda em 1885, foi reinterpretado a partir das referências culturais locais. Ao mesmo tempo, essas incorporações também produziram transformações nos próprios esquemas culturais já existentes, demonstrando que a cultura se constitui de forma dinâmica, por meio de permanências, adaptações e ressignificações constantes.

2.2. Profissionalização, mediatização e turistificação: transformações

Ao longo do tempo, o mundo vem passando por transformações profundas que impactam diversas esferas da sociedade moderna, como a economia, a política e a cultura, entre outras dimensões sociais. Segundo o sociólogo norte-americano John B. Thompson (2002, p. 47), algumas das características específicas do mundo moderno são resultado de um conjunto de transformações institucionais fundamentais que tiveram início na Europa durante o final da Idade Média e os primórdios da Era Moderna. Ou seja, aspectos oriundos dessa modernidade, como a ciência e até mesmo o capitalismo, surgiram a partir das mudanças institucionais mencionadas por Thompson, iniciadas ainda na Idade Média, fenômeno que, segundo o autor, teve origem no Velho Continente.

Essas transformações eram complexas e variadas; afetaram algumas regiões da Europa e, conseqüentemente, determinadas partes do mundo, mais cedo e de maneira mais profunda do que outras. Tratavam-se, também, de transformações contingentes, no sentido de que dependiam de condições históricas específicas; se algumas dessas condições tivessem sido diferentes, muito provavelmente teriam produzido resultados distintos (Thompson, 2002, p. 47).

Isso demonstra que as transformações históricas nem sempre ocorrem de forma sutil e que cada localidade é afetada de maneira distinta pelos processos de mudança. Naquele contexto, por exemplo, a Europa apresentava um desenvolvimento mais avançado em relação a outras regiões do mundo. Para que mudanças ocorram, tornam-se necessários diversos fatores sociais, religiosos, políticos e culturais. Em outras palavras, toda transformação possui um propósito histórico, assim, quando algum elemento do percurso se altera, o resultado final também tende a ser modificado.

O Círio de Nazaré não escapa desse processo de transformações contingentes. Se refletirmos sobre sua trajetória histórica, o Círio de hoje provavelmente seria diferente caso o catolicismo popular não tivesse desempenhado papel central em sua constituição. Afinal, foram justamente os traços culturais do povo amazônico que possibilitaram o surgimento da devoção a Nossa Senhora de Nazaré, conforme salientado no tópico anterior. Essa manifestação consolidou-se à medida que a Amazônia passava por transformações, tanto em razão das mudanças demográficas posteriores à expulsão dos jesuítas quanto das práticas culturais desenvolvidas por esse povo.

Nessa direção, pode-se compreender que as formas simbólicas ou os sistemas simbólicos não são ideológicos em si mesmos, se são ideológicos, e em que medida o são, depende das maneiras pelas quais são utilizados e compreendidos em contextos sociais específicos (Thompson, 1999, p. 17). Sob essa perspectiva, o Círio pode ser entendido não apenas como uma expressão de devoção religiosa, mas também como um símbolo que adquire relevância à medida que sua utilidade ultrapassa o campo estritamente religioso e alcança, sobretudo, o âmbito histórico-cultural.

Nesse contexto, conforme argumenta Latif (2014, p. 30), a mitologia impregna todas as formas da vida social, os imaginários multiplicam-se e saturam o real, que, por sua vez, os corrobora em declinações simbólicas regionais e localizadas, favorecendo a proliferação de heróis, ídolos e mártires que se convertem em elementos de ligação entre membros incidentais de comunidades afetivas marcadas por intensa labilidade e imprevisibilidade emocional.

Diante disso, é possível compreender como a manifestação religiosa, no caso o Círio de Nazaré, evidência, a partir de um único evento, múltiplos fatores sociais e culturais: a devoção, o sentimento coletivo em torno do simbolismo da imagem da santa e a força da população que, até os dias atuais, contribui para a construção e perpetuação do legado dessa comemoração. Destaca-se que a fé em Nossa Senhora de Nazaré não se manifesta apenas durante a realização da procissão.

Os fiéis mantêm sua conexão com a santa no cotidiano, seja por meio dos pedidos, das promessas ou da própria participação social nessa devoção, ainda que essa participação também revela desigualdades entre determinados grupos sociais. Assim, Thompson (1999, p. 18) argumenta que as relações de poder e dominação que atingem mais diretamente os indivíduos são aquelas caracterizadas pelos contextos sociais dentro dos quais eles vivem suas vidas cotidianas. Dessa forma, essa manifestação religiosa conecta-se diretamente aos hábitos sociais, fortalecendo tanto o grupo social quanto a própria estrutura religiosa que sustenta a festividade.

O Círio é uma celebração que transcende o catolicismo oriundo da Europa. Sua base constitutiva reúne os costumes, o modo de vida do povo amazônida e a devoção à Virgem Maria. Trata-se de uma manifestação criada pelo grão-paraense para o povo paraense e que, como será discutido adiante, expandiu-se para diversas regiões do Brasil. Vale destacar que toda essa devoção começou quando a imagem surgiu, no século XVII, intensificando-se ainda mais com a realização da primeira procissão em honra a Nossa Senhora de Nazaré, no século XVIII, em um espaço ainda desprovido de grandes estruturas, algo comum naquele período histórico.

Conforme destaca Queiroz (2016, p. 204), a festividade começou com uma pequena peregrinação à Casa da Santa e, posteriormente, adquiriu dimensões grandiosas. Ou seja, mesmo diante das dificuldades de levar o Círio às ruas provincianas da capital do Grão-Pará, Belém, a festividade cresceu progressivamente ao longo dos séculos, como será demonstrado no decorrer deste capítulo.

Ao conhecer mais profundamente a história dessa manifestação, torna-se possível perceber algumas mudanças importantes que contribuíram para o crescimento e o desenvolvimento não apenas da própria festividade, mas também da cidade de Belém e dos demais municípios paraenses. Afinal, para compreender as transformações ocorridas no Círio, é necessário observar, igualmente, as mudanças vivenciadas pela cidade ao longo do tempo.

Segundo Ivone Almeida (2015, p. 593), desde o seu surgimento até os dias atuais, Belém cresceu vertiginosamente. Esse crescimento, sobretudo nas últimas décadas, fez com que o espaço geográfico da cidade praticamente se integrasse a outras regiões do entorno. Dessa forma, ao longo desses quase quatrocentos e nove anos, a cidade enfrentou um crescimento populacional acelerado, fator que refletiu diretamente em seu espaço territorial, tanto em relação ao próprio município quanto às cidades vizinhas.

Almeida (2015, p. 593) observa ainda que o rápido crescimento da cidade, especialmente a partir da década de 1960, deixou evidentes as mazelas sociais presentes nos bairros periféricos, extremamente numerosos e populosos, mas precariamente equipados com infraestrutura básica, como saneamento, asfalto, escolas, hospitais e áreas de lazer. Em contrapartida, os bairros centrais passaram a ser reconhecidos como áreas nobres da cidade, ocupadas majoritariamente pelas classes média e alta da sociedade belenense. Isto é, à medida que a cidade se desenvolve sem a implementação de políticas urbanas igualitárias, esse processo evidencia o confronto entre diferentes realidades sociais. Como exposto anteriormente, a Belém desse período revela a profunda desigualdade existente entre aqueles que vivem em áreas marcadas pela ausência de estrutura pública e aqueles que habitam as localidades consideradas nobres. Essa diferença torna-se perceptível nas imagens abaixo.

Figura 1: Bairro periférico de Jurunas em Belém na década de 1965



Fonte: Fragmentos de Belém: uma antologia da cidade (Rodrigues, 2008)

Figura 2: Bairro Central de Campina em Belém na década de 1960



Fonte: Câmara Municipal de Belém: Memorial de Belém (Pinto, s.d.)

Enquanto a primeira foto mostra o bairro do Jurunas em 1965, a segunda retrata o bairro central da Campina na mesma década de 1960. Percebe-se, portanto, como dois bairros relativamente próximos viviam realidades profundamente distintas, evidenciando a desigualdade urbana e a precariedade da infraestrutura existente naquele período. O contraste entre ambos é claramente perceptível e revela como o crescimento da cidade ocorreu de maneira desigual, privilegiando determinadas áreas em detrimento de outras.

Vale destacar que, assim como o crescimento de Belém impactou seus moradores e os municípios vizinhos, o mesmo ocorreu com a romaria de Nossa Senhora de Nazaré. Desde sua origem, a festividade vem se transformando juntamente com a cidade. Pode-se afirmar que o Círio reflete as mudanças territoriais pelas quais Belém passou ao longo do tempo, algo perceptível inclusive nos trajetos da romaria.

Segundo a historiadora Ivone Correa (2010, p. 37), um dos grandes desafios enfrentados pela festa de Nazaré na contemporaneidade está diretamente relacionado ao processo de crescimento acelerado e desigual da cidade de Belém do Grão-Pará, especialmente a partir da década de 1980 do século XX. Com a expansão urbana de Belém, a festividade precisou tornar-se mais diversificada, deixando de restringir-se ao percurso tradicional para alcançar os novos espaços surgidos naquele contexto histórico. A autora salienta ainda que era necessário que a festa acompanhasse a expansão da cidade, sobretudo porque a romaria nasceu de uma religiosidade essencialmente popular.

Diante do que foi exposto até aqui, torna-se pertinente questionar: como ocorreram as transformações do Círio desde sua origem? Inicialmente, o Círio percorria um trajeto totalmente distinto do atual. Do momento em que a imagem da santa foi encontrada por Plácido até a realização da primeira procissão organizada por Francisco de Souza Coutinho, a festividade passou por sua primeira grande transformação. Isso porque deixou de ser um ato solitário, restrito ao episódio do achado da imagem, para tornar-se uma celebração político-religiosa institucionalizada.

Em outras palavras, sua transformação começou justamente com sua oficialização. Para Pantoja (2018, p. 119), a presença de representantes do poder religioso entre a segunda e a terceira década do século XVIII, somada à atuação do poder político no final do mesmo século, conferiu caráter oficial à celebração. Dessa forma, a festa ultrapassou o limite de representar apenas a devoção do povo amazônico, incorporando também interesses políticos e institucionais.

Essa primeira grande transformação do Círio, ao deslocá-lo do âmbito exclusivamente devocional para um evento oficializado pelo Estado e pela Igreja, pode ser compreendida à luz da perspectiva de John B. Thompson (1999) acerca das formas simbólicas. Como argumenta o autor, as formas simbólicas são produzidas, circulam e são recebidas em contextos marcados por assimetrias de poder. Assim, ao ser oficializada, a devoção a Nossa Senhora de Nazaré deixou de constituir apenas uma prática popular para transformar-se também em instrumento de afirmação política e religiosa, disputado por diferentes agentes sociais.

Conforme relata a historiadora Mízar Bonna, em entrevista ao jornalista Diego Beckman para o portal DOL (Beckman, 2023), é possível identificar o primeiro percurso do Círio de Nazaré em 1793. A procissão saiu do Palácio do Governo, percorreu a Rua da Praia, o Igarapé do Piri, o Largo da Pólvora e a Avenida Presidente Vargas, seguindo pela Estrada do Maranhão até chegar à ermida, local onde atualmente se encontra a Basílica de Nazaré. Ou seja, a festividade teve início a partir de uma sede política, pelo menos até 1882, como será discutido adiante. Além disso, mesmo com as transformações urbanas ocorridas em Belém ao longo dos anos, alguns trechos daquele percurso histórico ainda recebem a procissão do Círio. A seguir, apresenta-se um mapa da cidade de Belém datado de 1791, dois anos antes da realização do primeiro Círio.

Figura 3: Mapa de Belém em 1791



Fonte: Dossiê Iphan I: Círio de Nazaré (Iphan, 2006, p. 85)

Esta parte do texto evidencia a primeira grande transformação do Círio: uma devoção originalmente popular que, gradualmente, tornou-se mais organizada e institucionalizada. Esse processo de institucionalização ocorreu desde os primeiros momentos da festividade, demonstrando que, desde sua origem, o Círio vem se moldando e se adaptando às mudanças históricas ao longo dos anos. Destaca-se que, inicialmente, não havia uma data fixa para a realização da festa, podendo ela ocorrer nos meses de setembro, outubro ou novembro.

Além disso, a romaria acontecia no período vespertino e até mesmo durante a noite, razão pela qual o uso de velas se fazia necessário (Iphan, 2006, p. 20). Assim, entre 1793 e 1881, a procissão sofreu poucas alterações, modificando-se apenas diante de acontecimentos extraordinários, sobretudo no que se refere ao dia e ao horário da celebração.

Durante esse período, o Círio realizava-se entre a tarde e à noite. Entretanto, por ocorrer em uma região marcada por intensos períodos de chuva, percebeu-se que esse contexto climático poderia comprometer a realização da festividade. A mudança ocorreu somente a partir de 1854, em decorrência das fortes chuvas que prejudicaram o Círio no ano anterior; a procissão passou, então, a ser realizada no período da manhã (Iphan, 2006,

p. 20). Naquela época, não existiam as facilidades urbanas observadas atualmente, sobretudo em relação ao percurso, que provavelmente ainda não era pavimentado.

Diante dessa realidade, os organizadores decidiram alterar o horário da celebração. Vale salientar que determinadas transformações tornam-se essenciais para a continuidade de qualquer manifestação religiosa, pois, com o passar do tempo, o contexto social ao redor dessas celebrações também se modifica. Nesse sentido, o próprio Círio demonstra como a permanência de uma tradição depende, muitas vezes, de sua capacidade de adaptação histórica.

No final do século XIX, mais precisamente em 1882, ocorreu uma profunda transformação no trajeto do Círio. Foi nesse período que o bispo Dom Macedo Costa, à frente do bispado do Pará entre 1861 e 1890, juntamente com o presidente da província, Justino Ferreira, decidiram que a procissão deixaria de sair do Palácio do Governo para partir da Catedral da Sé (Iphan, 2006, p. 20). Dessa forma, a festividade deixou de iniciar-se em um espaço político para começar em um local estritamente religioso. Esse deslocamento carregava um forte poder simbólico, pois, pela primeira vez em quase cem anos, o ponto de partida da procissão era alterado. Mais do que uma simples mudança de trajeto, essa decisão representava também uma redefinição das relações entre religião, poder político e organização simbólica da festividade.

Figura 4: Catedral metropolitana de Belém em 1904



Fonte: Blog Iba Mendes: Fotos antigas do Estado do Pará (Mendes, s.d.)

Acima, observa-se uma fotografia da Catedral de Belém datada de 1904, publicada no blog Iba Mendes: Fotos Antigas do Estado do Pará. Foi desta catedral que o Círio de Nazaré passou a sair a partir de 1882, conforme já mencionado anteriormente. Essa mudança reforça o processo de institucionalização da festividade, uma vez que a procissão deixou de partir de um espaço ligado ao poder político para iniciar-se em um local diretamente associado ao poder religioso.

Outro ponto importante na história do Círio foi a definição permanente da data de sua realização. Se antes não existia um dia fixo para a celebração, essa realidade mudou no início do século XX, quando se estabeleceu que a festividade ocorreria no mês de outubro, deixando de variar entre setembro e novembro. Em 1901, Dom Francisco do Rêgo Maia fixou o segundo domingo de outubro como a data oficial do Círio (Iphan, 2006, p. 20).

Portanto, o dia atualmente marcado no calendário religioso não surgiu de maneira aleatória, mas resultou de uma decisão institucional tomada naquele contexto histórico, evidenciando a necessidade de organizar e consolidar a celebração. A definição de uma data permanente contribuiu diretamente para fortalecer a identidade do Círio e possibilitar sua continuidade ao longo de mais de dois séculos.

Percebem-se, até aqui, alguns dos momentos mais marcantes da rica trajetória histórica do Círio de Nazaré, cuja origem remonta ao século XVIII. As transformações mais profundas, contudo, ocorreram entre os séculos XIX e XX, mudanças fundamentais para que a festividade se tornasse o que representa atualmente no século XXI. Esse movimento contínuo de transformação, que incorpora acontecimentos externos e os ressignifica a partir de esquemas culturais já existentes, corresponde precisamente ao que Marshall Sahlins (2003) define como processo histórico-cultural.

O Círio, portanto, não constitui uma tradição estática, mas um fenômeno vivo que se reinventa constantemente. Cada alteração no percurso, no horário ou na data da celebração representou não apenas uma resposta às contingências históricas específicas de cada período, mas também uma reinterpretação coletiva acerca do que o próprio Círio deveria representar para a sociedade paraense.

Antes de prosseguir, torna-se imprescindível destacar outro marco importante no processo de transformação da romaria: os meios de comunicação, responsáveis por mudanças significativas na divulgação do Círio de Nazaré, sobretudo quando comparados aos primeiros círios. Muito provavelmente, a festividade não teria alcançado as dimensões

atuais sem os processos de divulgação realizados ao longo dos anos. Nesse contexto, vale mencionar um cartaz do Círio de 1878, atualmente exposto no Museu do Círio, em Belém.

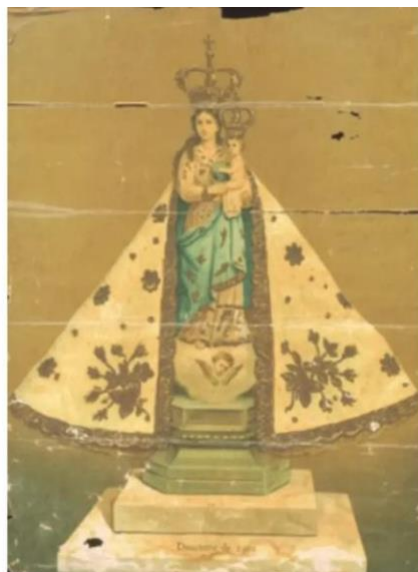
Figura 5: Cartaz do Círio de 1878



Fonte: G1 Pará (Bessa, 2023)

Segundo reportagem do portal G1 Pará, publicada pela repórter Juliana Bessa (2023), o cartaz mais antigo presente no acervo do Museu do Círio, em Belém, é o de 1878. Além da imagem centralizada de Nossa Senhora de Nazaré, o material apresenta a antiga ermida de Nazaré, local onde a imagem teria sido colocada por Plácido. Isso demonstra que, já naquele período, o cartaz exercia um papel que ultrapassava a simples função ilustrativa, constituindo-se também como um importante instrumento de divulgação e fortalecimento simbólico da festividade. Outro cartaz, datado de 1901, evidencia a evolução desse processo de promoção do evento; nessa época, a procissão já partia da Catedral, revelando não apenas mudanças no percurso da romaria, mas também o avanço da própria institucionalização do Círio de Nazaré.

Figura 6: Cartaz do Círio de 1901



Fonte: G1 Pará (Bessa, 2023)

Ao comparar o cartaz de 1878 com o de 1901, percebe-se uma mudança significativa na representação simbólica do Círio de Nazaré. No primeiro, a imagem da santa ainda aparece sem o manto; já no segundo, observa-se a presença desse elemento, atualmente considerado um dos principais símbolos da manifestação religiosa, tema que será discutido adiante. Essa transformação demonstra que o próprio imaginário visual do Círio foi sendo construído e consolidado ao longo do tempo, acompanhando as mudanças históricas e culturais da festividade.

Para que uma celebração religiosa ultrapasse os limites de seu local de origem e seja reconhecida em outras regiões, a visibilidade midiática exerce papel fundamental e, com o Círio de Nazaré, não foi diferente. Segundo Ivone Corrêa (2010, p. 75), desde o início do século XIX, jornais locais já publicavam avisos informando à população que a grandiosa festa estava se aproximando. Isso evidencia que, mesmo diante de recursos limitados em comparação aos atuais, já existiam meios de comunicação impressa responsáveis pela divulgação da festividade. Dessa forma, percebe-se que o crescimento do Círio não ocorreu apenas pela devoção popular, mas também pela ampliação gradual de seus mecanismos de circulação e visibilidade pública.

Entretanto, foi a partir do século XX que ocorreu uma das principais transformações na maneira como os fiéis passaram a expressar sua devoção a Nossa Senhora de Nazaré. Nesse período, os devotos começaram a acompanhar a transmissão

do Círio por meio do rádio, fato que provavelmente representou a primeira grande mudança no campo das transmissões dedicadas à manifestação.

Corrêa (2010, p. 76) destaca que o Círio de Nazaré, por integrar a história e a cultura da cidade de Belém, também foi incorporado aos avanços tecnológicos, o que possibilitou sua expansão crescente para outras regiões. O marco desse processo ocorreu em 1928, com a primeira transmissão ao vivo da procissão realizada pela pioneira e extinta PRC-5 Rádio Clube do Pará. Três décadas depois, mais precisamente em 1954, com a inauguração da Rádio Marajoara, a transmissão do Círio passou a alcançar algumas áreas interioranas próximas à cidade de Belém.

Com esses novos recursos de comunicação, representados pelas duas rádios locais, tornou-se muito mais fácil levar o Círio a regiões distantes da capital paraense, sobretudo em um território marcado por grandes extensões geográficas. A celebração passou, então, a alcançar dimensão estadual e atraiu novos devotos, embora a devoção a Nossa Senhora de Nazaré já estivesse difundida pela região Norte. Essas primeiras transmissões, realizadas em 1928 e 1954, só foram possíveis porque, alguns anos antes, em 1922, o rádio havia chegado oficialmente ao Brasil.

Esses acontecimentos representaram um avanço significativo tanto para a comunicação regional quanto para a nacional, inserindo a principal festividade paraense em um novo patamar de visibilidade. Como observa John B. Thompson (2002, p. 174), antes do desenvolvimento da mídia, a publicidade de pessoas ou acontecimentos dependia do compartilhamento de um mesmo espaço físico, ou seja, um evento tornava-se público quando ocorria diante de uma pluralidade de indivíduos presentes. Com o desenvolvimento dos meios de comunicação, contudo, essa lógica se transformou profundamente. Ao deixar de depender exclusivamente do boca a boca e incorporar um meio de alcance mais amplo, como o rádio, ainda na década de 1920, o Círio ampliou significativamente sua capacidade de difusão.

Durante algumas décadas, as rádios locais foram os únicos meios responsáveis pela transmissão do Círio. Contudo, em 1961, esse cenário começou a mudar com a chegada da televisão ao Pará. Vale lembrar que a televisão chegou ao Brasil em 1950, o que explica o intervalo de aproximadamente dez anos entre um acontecimento e outro, já que, naquele período, implantar uma emissora de televisão no país não era tarefa simples nem financeiramente acessível.

No ano de 1961, a primeira emissora de televisão instalada na cidade de Belém, a TV Marajoara, conseguiu realizar a primeira transmissão televisiva do Círio. Corrêa

(2010, pp. 76-77) descreve que essa transmissão, ainda em preto e branco e executada quase de forma artesanal, reunia, pela primeira vez, o áudio até então exclusividade das rádios e a imagem em movimento. Esse feito foi significativo porque marcou definitivamente a inserção do Círio de Nazaré no fenômeno da globalização, além de possibilitar, do ponto de vista simbólico, uma aproximação ainda maior entre o devoto e a santa. A partir daquele momento, o fiel não apenas ouvia os cânticos e orações, mas também conseguia visualizar a Virgem de Nazaré em sua berlinda, os promesseiros puxando a corda, os pagadores de promessas e os carros dos anjos e milagres.

Com a chegada da televisão ao Pará, modificou-se profundamente a maneira de acompanhar e perceber o Círio de Nazaré. Se antes algumas regiões podiam participar da festividade apenas por meio das transmissões radiofônicas, a inauguração da primeira emissora permitiu que a população assistisse, pela primeira vez, àquela manifestação de fé. Tratou-se de um marco importante não apenas para a Igreja Católica local, mas também para toda a comunidade responsável pela organização e vivência da festa. Surgia, assim, uma nova forma de experienciar o Círio, fundamental sobretudo para aqueles que não podiam estar presentes no dia da romaria, especialmente em um período no qual o deslocamento pelo interior do Pará era muito mais difícil do que nos dias atuais.

Figura 7: Logotipo da TV Marajoara na década de 1960



Fonte: Laboratório Virtual FAU ITEC UFPA (2012)

Essa primeira transmissão, ainda restrita ao contexto local, proporcionou à festividade dois aspectos fundamentais. O primeiro foi a ampliação do número de fiéis, pois, quanto maior a divulgação, maior também a possibilidade de que novas pessoas

conheçam e desejem participar presencialmente da romaria. O segundo aspecto relaciona-se à comercialização da festa por meio das lentes da mídia.

Remédios (2010, p. 7) pontua que, através da comercialização de imagens cujo principal objetivo é causar impacto, nem mesmo a natureza da fé consegue preservar-se diante do olhar incessante produzido pelo aparato midiático. Ou seja, dependendo da maneira como os meios de comunicação retratam a manifestação religiosa, o evento pode adquirir um caráter excessivamente sensacionalista. Nesse sentido, a espetacularização da fé nem sempre favorece a festividade, uma vez que a experiência do fiel que acompanha presencialmente a procissão difere profundamente daquela vivenciada por quem a observa apenas pela televisão.

Entre as décadas de 1970 e 1990, o Círio de Nazaré passou a ocupar espaço em emissoras de maior alcance, como a TV Liberal, afiliada da Rede Globo, ampliando ainda mais sua visibilidade midiática. Conforme Matos (2010, p. 127), citando Alves (2002), em 1970, com o aperfeiçoamento e o maior domínio das novas tecnologias, o Círio passou a ser transmitido a partir de um pool entre a TV Marajoara e a TV Guajará, ampliando os pontos de transmissão ao vivo. Em 1976, a recém-inaugurada TV Liberal transmitiu o Círio em cores, criando estratégias para consolidar-se como a principal referência televisiva na cobertura da celebração.

Com a entrada de um grupo de mídia influente no acompanhamento da festividade, o Círio passou a conquistar ainda mais notoriedade, sobretudo porque ganhou a possibilidade de ocupar espaço na programação nacional da Rede Globo. De certa forma, a festa transformou-se em um espetáculo midiático quando passou a ser transmitida para todo o Brasil, em sinal aberto, no ano de 1992. Foi nesse período que ocorreu a primeira transmissão televisiva do Círio para além do estado do Pará, realizada por um conjunto de emissoras públicas responsáveis pela cobertura nacional do evento. Essa informação evidencia que, gradualmente, a festividade foi conquistando visibilidade em âmbito nacional, ultrapassando o eixo Norte e alcançando outras regiões do país.

É evidente que, diante de toda a divulgação em torno do Círio, iniciada ainda na década de 1960 e perpetuada até os dias atuais, o número de devotos também se transformou significativamente ao longo do tempo, alcançando milhões de romeiros nos últimos anos. Santos (2018, p. 64) observa que a magnitude da festividade vem crescendo gradativamente, com a adesão de romeiros, turistas, artistas, personalidades públicas e lideranças políticas. Desde seu início, em 1793, quando reuniu cerca de dez mil romeiros, o número de participantes dobrou em aproximadamente um século e, posteriormente,

ultrapassou a marca de dois milhões de pessoas, revelando um crescimento proporcional aos mais de dois séculos de existência da festividade.

Como ocorre com qualquer tipo de celebração, religiosa ou não, o Círio de Nazaré passou, ao longo do tempo, a ser percebido sob diferentes perspectivas. À medida que a festividade cresceu, ampliou-se também a participação de pessoas que não estavam necessariamente motivadas apenas pela fé, mas por outros interesses e experiências sociais. Uma celebração de grandes proporções como o Círio movimenta diversos setores da sociedade, independentemente da crença individual de cada participante, especialmente áreas como a economia, o turismo e até mesmo o campo político. Isso ocorre porque a festividade atrai turistas, personalidades conhecidas nacionalmente e diferentes agentes sociais. Nesse sentido, grande parte dessa expansão está diretamente relacionada às transformações midiáticas ocorridas nas últimas décadas.

Destaca-se que o turismo paraense também passou por modificações à medida que a própria festividade religiosa começou a ser divulgada para além das fronteiras do Pará. A mídia exerceu papel fundamental nesse processo de exploração turística da festa. A chegada de turistas durante o período do Círio impacta não apenas a celebração religiosa, mas também diversos setores econômicos, como o de serviços e o alimentício. As agências de turismo, por exemplo, passaram a comercializar pacotes de viagem voltados especificamente para o Círio meses antes de sua realização. É justamente nesse contexto que o Círio ultrapassa os limites da fé e passa a integrar também o processo de mercantilização contemporânea.

Se observarmos sua origem, em 1793, perceberemos que a relação entre o sagrado e o profano já se fazia presente. Antes mesmo da primeira romaria, foi organizada uma feira com os comerciantes da época, evidenciando que a comercialização em torno do Círio não constitui um fenômeno recente. Contudo, nos últimos anos, esse processo tornou-se mais visível e lucrativo, especialmente em razão do crescimento do turismo religioso. A espetacularização promovida não apenas pela mídia, mas também por agências de turismo, hotéis e outros setores econômicos, contribui diretamente para o aumento das receitas, tanto da própria festividade, que passa a atrair mais patrocinadores, quanto dos segmentos econômicos envolvidos nesse processo.

Ao analisarmos os Círios de 2023 e 2024, é possível compreender como, nos últimos anos, a festividade passou a impactar ainda mais o faturamento desses setores. Os dados apresentados a seguir foram disponibilizados tanto pelo DIEESE-PA quanto pela Setur (Secretaria de Estado de Turismo do Pará). Em 2023, a celebração recebeu cerca de

80 mil turistas de outros estados brasileiros e de outros países, movimentando aproximadamente R\$150 milhões na economia estadual (Setur-PA, 2023). Já em 2024, a estimativa foi de aproximadamente 89 mil turistas, com previsão de injeção de cerca de R\$189 milhões na economia paraense (Setur-PA, 2024). Nota-se, portanto, o crescimento tanto no número de visitantes quanto na arrecadação financeira de um ano para o outro.

Essas transformações demonstram que a festividade traduz, simultaneamente, o comportamento da sociedade e a necessidade de manter-se atualizada em relação ao contexto histórico e social que a cerca. O mundo contemporâneo difere profundamente dos séculos XIX e XX, e o Círio soube adaptar-se às transformações urbanas de Belém ao longo do tempo, especialmente à expansão territorial da cidade. Ainda assim, apesar de todas essas mudanças, a festividade não perdeu seu principal fundamento: as pessoas e a religiosidade popular que deram origem à celebração.

Independentemente da data ou do horário, que sofreram alterações ao longo dos 232 anos de existência da festividade, o Círio de Nazaré tornou-se grandioso não apenas por constituir uma manifestação religiosa da Igreja Católica, mas também porque revela, em uma única celebração, a cultura de um povo, de uma região e o próprio sincretismo religioso que a envolve. A festividade reúne traços indígenas, portugueses responsáveis pela introdução da devoção mariana e africanos, uma vez que, no sincretismo religioso, Nossa Senhora de Nazaré corresponde a Oxum. Atualmente, o Círio estabelece diálogo não apenas com a fé, mas também com a economia, a cultura e a comunicação de massa.

Outras transformações também ocorreram ao longo do tempo, como a incorporação de novos símbolos, entre eles a corda e a berlinda, além da criação de novas procissões, como a romaria fluvial, que passou a somar-se às duas procissões originais: a Trasladação e o próprio Círio. Houve ainda acontecimentos históricos marcantes, como a

Revolta da Cabanagem e, mais recentemente, a pandemia de Covid-19. Assim como a festividade evoluiu historicamente, seus símbolos e procissões também precisaram adaptar-se às transformações sociais e culturais vivenciadas pelo próprio Círio.

Pode-se afirmar que os símbolos religiosos constituem a porta de entrada para determinada manifestação de fé, sendo por meio deles que os fiéis estabelecem identificação com o culto religioso. No caso do Círio de Nazaré, além da própria imagem encontrada por Plácido, considerada o maior símbolo da celebração, outros elementos possuem importância fundamental para a construção simbólica da festividade, como a corda, a berlinda e o manto. Cada um desses objetos estabelece uma relação de proximidade entre os devotos e Nossa Senhora de Nazaré. Muitos fiéis, ao final da

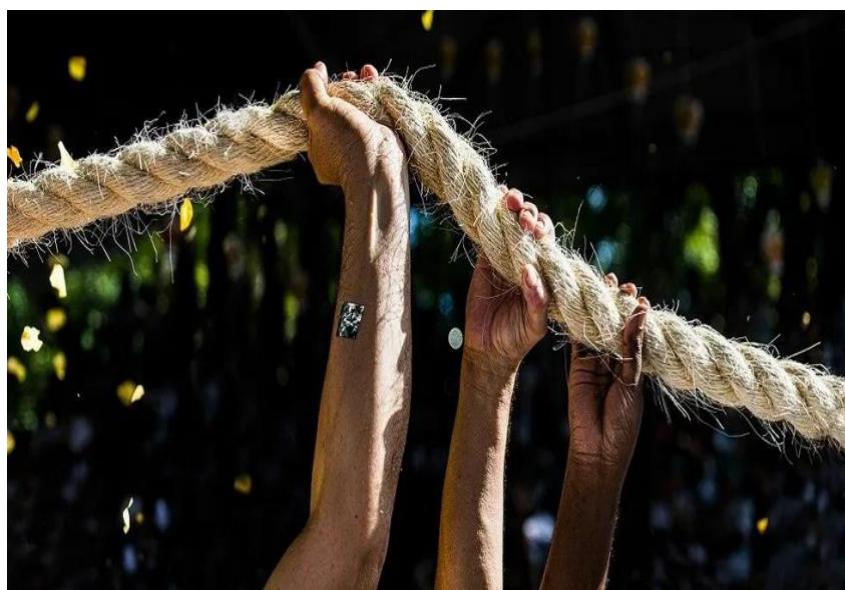
procissão, desejam levar consigo um pedaço da corda, tocar ou confeccionar o manto da santa, ou ainda pegar uma das flores que ornamentam a berlinda. É justamente por meio desses objetos simbólicos que se percebe a dimensão sagrada atribuída ao Círio. Vale ressaltar que todos esses símbolos foram criados, transformados e ressignificados coletivamente ao longo do tempo.

A corda, por exemplo, é considerada o segundo símbolo mais importante de toda a celebração, ficando atrás apenas da própria imagem da santa. Corrêa (2010, p. 82) observa que os fiéis enxergavam nesse elemento, sobretudo no ato de segurá-lo, uma forma de pagar promessas feitas a Nossa Senhora, conduzindo-a simbolicamente até o final da procissão. Dessa forma, a corda representa, para os devotos, uma maneira de estabelecer maior proximidade com Nossa Senhora de Nazaré, razão pela qual milhares de pessoas fazem esforço para tocá-la durante o percurso.

Mesmo em meio à multidão que cerca esse símbolo religioso, cada fiel vivencia uma experiência única e individual ao segurar a corda; é nesse momento que muitos acreditam cumprir sua penitência. Evidentemente, a dimensão plena dessa devoção é sentida principalmente por quem participa diretamente da procissão, embora mesmo aqueles que acompanham à distância consigam perceber o sofrimento, a emoção e o esforço estampados na expressão dos promesseiros.

Símbolo marcante nos últimos 170 anos da história do Círio, a corda, apesar de toda a sua relevância simbólica, somente em 2023 foi reconhecida oficialmente como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará, por meio da Lei nº 9.917/2023, que declarou a Corda do Círio de Nossa Senhora de Nazaré patrimônio cultural imaterial do estado (Alepa, 2023). Assim, ainda que tardiamente, o governo estadual reconheceu a importância da corda não apenas para o Círio de Nazaré, mas também para a própria cultura paraense. Trata-se, portanto, de mais um símbolo que representa o povo do Pará tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo.

Figura 8: Corda do Círio de Nazaré (2023)



Fonte: G1 Pará (Montanheiro, 2023)

Vale destacar que a corda se tornou parte do Círio, literalmente, por acaso e por necessidade. Provavelmente, em 1855, os responsáveis pela festividade jamais imaginariam que aquele objeto viria a transformar-se em um dos principais símbolos da celebração. Em razão do período chuvoso e da precariedade da infraestrutura urbana típica da época, a corda acabou sendo incorporada à romaria.

Ivone Corrêa (2010, p. 81) relata que membros da diretoria da Irmandade de Nazaré tiveram a ideia de providenciar uma grande corda, emprestada às pressas por um comerciante local, para que os fiéis que acompanhavam o cortejo pudessem retirar a berlinda do atoleiro. Se ainda hoje existem regiões sem asfaltamento adequado, pode-se imaginar as dificuldades enfrentadas em 1855. Naquele período, também não existiam os recursos mecânicos atualmente utilizados para retirar veículos atolados, como guinchos ou maquinários semelhantes. Ou seja, foi justamente a partir de uma necessidade circunstancial que a corda passou a integrar, pela primeira vez, a procissão do Círio.

Para Corrêa (2010, p. 82), contudo, sua oficialização ocorreu apenas em 1885, ano em que a corda substituiu definitivamente os animais responsáveis por puxar a berlinda, que passou então a ser conduzida pelos próprios devotos. Isso significa que, embora a corda tenha adquirido relevância desde a procissão de 1855, os membros da Irmandade de Nazaré compreenderam posteriormente a necessidade de oficializar sua utilização, sobretudo porque, para muitos, ela ainda era vista apenas como um objeto comum. Entretanto, ao perceberem a forte relação simbólica construída entre os fiéis e a

corda, os organizadores decidiram incorporá-la definitivamente à festividade. Dessa forma, um elemento inicialmente improvisado transformou-se em um dos maiores símbolos de devoção do Círio de Nazaré.

Outro símbolo marcante do Círio é a berlinda, incorporada à procissão em 1882, portanto, três anos antes da oficialização da corda. Assim como a corda, a berlinda também é reconhecida como patrimônio cultural de natureza imaterial do Estado do Pará. Sua introdução, quase um século após a realização do primeiro Círio, modificou profundamente a maneira como a imagem de Nossa Senhora de Nazaré passou a ser conduzida durante a romaria.

Vale destacar que, até 1881, a imagem era carregada no colo pelo capelão do Palácio do Governo, conforme tradição mantida desde o primeiro Círio, sendo transportada em um palanquim (Castro, 2018, p. 50). Isso evidencia a importância da incorporação da berlinda na história da festividade. Atualmente, seria praticamente impossível transportar a imagem dessa forma, sobretudo em razão da enorme quantidade de devotos que acompanham a celebração.

Figura 9: Berlinda do Círio de 2021



Fonte: G1 Pará (Lima, 2021)

A presença da berlinda modificou profundamente a maneira como Nossa Senhora de Nazaré passou a ser percebida pelos devotos. A imagem deixou de ser transportada em um veículo no qual dividia espaço com outra pessoa e em que, provavelmente, não podia ser vista com clareza pelos fiéis, para ocupar um transporte que a posiciona no centro da celebração, em um lugar de destaque condizente com a importância simbólica da homenageada.

Com a introdução da berlinda, a festividade adquiriu um novo significado e uma nova forma de contemplar a Virgem Maria: posicionada no ponto mais elevado da procissão, ela faz com que os devotos sintam-se mais próximos e abençoados pela santa. A união entre a berlinda, a corda e a própria imagem demonstra a força simbólica desses três elementos religiosos para os fiéis do Círio de Nazaré.

Ao todo, o Círio de Nazaré conta atualmente com quatorze romarias, cada uma possuindo sua própria importância e significado dentro da festividade. As mais antigas existem há 232 anos, enquanto a mais recente possui apenas dois anos de criação. São elas: a Trasladação dos Carros, o Traslado para Ananindeua, a Romaria Rodoviária, a Moto Romaria, a Ciclo-Romaria, a Romaria da Juventude, a Romaria das Crianças, a Romaria dos Corredores, a Romaria da Acessibilidade, a Procissão da Festa e o Recírio, além da Trasladação, do próprio Círio de Nazaré e da Romaria Fluvial, sendo estas últimas abordadas de maneira mais detalhada a seguir.

Vale destacar que a tradição das romarias foi trazida de Portugal durante o período colonial. Como o próprio termo sugere, a romaria corresponde ao ato de acompanhar uma determinada celebração religiosa. Trata-se de um dos momentos em que o peregrino estabelece conexão direta com a manifestação de fé, como ocorre no Círio de Nazaré. Ao observar as quatorze procissões que compõem a festividade, percebe-se que, embora façam parte da mesma celebração, cada uma delas reúne perfis distintos de devotos.

Conforme Castro (2018, p. 39), as romarias são organizadas para atender aos diversos grupos sociais, por essa razão, a diretoria da festa procura, ao longo dos quinze dias de programação, promover diferentes procissões para que toda a sociedade possa expressar sua fé e devoção. Isso revela uma diversidade significativa que evidencia como o Círio foi se transformando historicamente para adaptar-se às diferentes demandas e perfis presentes na sociedade contemporânea.

A primeira Trasladação, realizada em 1793, está diretamente ligada à realização do primeiro Círio de Nazaré. De certa forma, o translado surgiu da necessidade de deslocamento da imagem de Nossa Senhora de Nazaré, uma vez que a santa permanecia na pequena ermida localizada onde atualmente se encontra a Basílica Santuário. A imagem era levada até o Palácio do Governo para que, no dia seguinte, pudesse seguir na grande procissão do Círio (Magno, 2023). Vale destacar que esse deslocamento permaneceu ocorrendo dessa maneira até o ano de 1889.

Diferentemente do que acontecia até então, no ano seguinte a Trasladação sofreu uma importante modificação em relação ao local de saída, que anteriormente era a ermida criada por Plácido, conforme já descrito anteriormente. Segundo o portal G1 Pará, desde o ano de 1906 a procissão passou a sair do Colégio Gentil Bittencourt, localizado na avenida atualmente denominada Magalhães Barata. Cabe destacar, contudo, que, até o final do século XIX, a instituição era conhecida como Nossa Senhora do Amparo. Apenas no início do século XX o traslado passou a ocorrer a partir do então denominado Colégio Gentil Bittencourt. Em número de participantes, essa procissão perde apenas para a principal romaria do Círio de Nazaré.

A procissão do Círio de Nazaré, realizada desde 1793 e celebrada no segundo domingo de outubro, representa o ápice de toda a festividade, reunindo cerca de dois milhões de pessoas. Após ser trasladada para a Catedral da Sé no sábado, a imagem de Nossa Senhora permanece no local até a manhã de domingo, quando sai para a principal procissão da celebração, encerrando seu percurso na Basílica Santuário de Nazaré. Como já mencionado em outras partes deste trabalho, a primeira procissão do Círio era bastante diferente daquela observada atualmente.

Houve transformações no trajeto, no horário, no dia de realização e também no número de devotos participantes. Conforme discutido anteriormente, a procissão acontecia entre a tarde e a noite e apenas em 1854 passou a ser realizada no período da manhã. Além disso, durante muito tempo não existia uma data fixa para a realização da romaria, situação que só foi modificada em 1901, quando a celebração passou a ocorrer oficialmente no segundo domingo de outubro.

Figura 10: Presidente Lula segurando a Imagem de
Nossa Senhora de Nazaré no Círio de 2024



Fonte: Ricardo Stuckert/PR – Agência Brasil (Rodrigues, 2024)

Outro marco importante dos quinze dias oficiais do Círio de Nazaré é a Romaria Fluvial, realizada na Baía do Guajará. Incorporada ao calendário da festividade em 1986, essa procissão surgiu não apenas por motivações religiosas, mas também em razão de interesses políticos, econômicos e turísticos. Sua idealização esteve diretamente vinculada a órgãos dos governos estadual e federal.

Conforme destaca Mattos (2010, p. 223), o evento foi incorporado por iniciativa da Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e passou a integrar o calendário nacional de eventos organizado pela EMBRATUR. Isso evidencia que, ao instituírem a Romaria Fluvial, os órgãos governamentais reconheceram não apenas sua importância religiosa, mas também seu potencial econômico e turístico para o estado do Pará.

Há, inclusive, empresas especializadas no aluguel de embarcações destinadas ao evento, como a Zarpar. Dessa forma, a Romaria Fluvial impacta diretamente diversos setores econômicos, evidenciando a estreita relação entre o campo religioso e o socioeconômico. Trata-se da expressão da cultura amazônica articulada ao turismo religioso, mobilizando diferentes segmentos da sociedade, desde os fiéis e romeiros até comerciantes, empresários e trabalhadores ligados ao setor de serviços.

Figura 11: Anúncio do site Zarpar (2025)

zarp Círio Fluvial 2025: Passagens e Pacotes

Navio Luan – Adulto Voucher Círio Fluvial Inteira com Café da Manhã – Navio LUAN
 R\$ 279,00 – R\$ 299,70
 Ver opções

Balsa Ana Beatriz – Adulto – Voucher Círio Fluvial – Com Café
 Leia mais

PROCURANDO UM BARCO PARA VIAJAR NO CÍRIO FLUVIAL 2025?
Ingressos disponíveis garante seu voucher

- ✓ Momentos de devoção e oração
- ✓ Kit Camisa + Ingressos + Bolsa
- ✓ Personalizada
- ✓ Com Café da Manhã

CRIANÇA CÍRIO FLUVIAL 2025 – SEM CAFÉ
 Romaria Fluvial Criança – Voucher Círio Fluvial Inteira sem Café da Manhã
 R\$ 147,00
 Ver opções

ADULTO CÍRIO FLUVIAL 2025 – KIT COMPLETO
 Balsa Balsa Ana Beatriz VIII – Adulto Voucher Círio Fluvial Inteira com Café da Manhã – Balsa Ana Beatriz VIII
 R\$ 327,00

Fonte: Site Zarpar: Círio Fluvial 2025 – Passagens e Pacotes (Zarpar, 2025)

Destaca-se, contudo, que o Círio Fluvial não pode ser compreendido apenas a partir de seus aspectos econômicos, turísticos ou políticos, embora sua origem esteja diretamente relacionada a esses setores. A romaria ultrapassa essas dimensões e assume

um significado profundamente cultural e religioso para o povo paraense. Para a população local, a procissão representa a continuidade de suas raízes históricas e de sua religiosidade popular, evidenciando a maneira como os devotos expressam publicamente sua fé e devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Assim, mais do que um evento turístico ou midiático, a Romaria Fluvial constitui uma manifestação simbólica da identidade cultural amazônica.

Em 2022, a Romaria Fluvial ganhou ainda mais destaque nos meios de comunicação, embora por razões diferentes das habituais. Naquele ano, o então presidente Jair Bolsonaro participou da procissão, gerando diversas críticas tanto no meio político quanto entre representantes da Igreja Católica e setores da sociedade presentes no evento. O episódio repercutiu amplamente em diferentes veículos de comunicação e tornou-se um dos temas mais debatidos daquele Círio.

Esse acontecimento, que será analisado de maneira mais aprofundada no Capítulo 3, antecipa uma das dimensões centrais da controvérsia: a disputa pelo controle simbólico de um espaço religioso por agentes políticos. Conforme argumenta Paula Montero (2012), a controvérsia permite observar a manipulação de diferentes formas discursivas por distintos agentes sociais, sem que seja necessário pressupor que todos disputam necessariamente no interior de um mesmo campo. No caso da presença de Bolsonaro no Círio Fluvial de 2022, observam-se agentes políticos representados pelo então presidente e seus aliados, agentes religiosos ligados à hierarquia católica local e agentes leigos representados pelos fiéis presentes, atuando a partir de diferentes interpretações acerca do significado e dos limites daquela participação política em um espaço religioso.

Figura 12: Presidente Bolsonaro e aliados na Romaria Fluvial (2022)



Fonte: Divulgação/Gazeta do Povo (Pereira, 2022)

Independentemente das controvérsias ou das transformações ocorridas ao longo do tempo, as romarias continuam sendo espaços destinados, sobretudo, à expressão da devoção dos fiéis à Virgem Maria. A presença de Nossa Senhora de Nazaré nas procissões possui, antes de tudo, um significado religioso e simbólico, voltado à vivência da fé e da religiosidade popular, e não a interesses externos à própria celebração. Assim, sejam amplamente midiáticas ou restritas ao contexto local, as procissões surgiram como manifestações capazes de revelar a cultura, a espiritualidade e as formas de expressão religiosa do povo amazônico.

2.3. Complexo cultural-religioso e fato social total: atualidade

O Círio de Nazaré deixou de ser uma pequena manifestação religiosa, originada a partir do achado de uma imagem no Igarapé do Murutucu, na então província do Grão-Pará, em 1700, envolta em mistérios até os dias atuais, por um morador de ascendência indígena e portuguesa, para transformar-se, já no século XXI, em uma das maiores celebrações religiosas do mundo. Entre 2004 e 2023, o Círio foi reconhecido como patrimônio cultural nas esferas estadual, nacional e internacional, fato que evidencia sua relevância não apenas para o Brasil, mas também para a cultura mundial.

Em 2004, em razão de sua importância histórica, religiosa e cultural, o Círio foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN. O Dossiê Iphan (2006, p. 67) explica que o reconhecimento de um bem de natureza imaterial como patrimônio cultural brasileiro, por meio do Registro, atribui a ele valor representativo da cultura e da identidade nacionais. Ao receber esse reconhecimento, o Círio passou a contar com um respaldo institucional voltado à sua preservação e à continuidade da difusão da cultura paraense e brasileira. Além disso, esse registro contribui para valorizar toda a trajetória histórica da manifestação religiosa e ampliar sua visibilidade, permitindo que diferentes públicos conheçam a festividade e se interessem por sua história.

Nove anos após o reconhecimento nacional, em 2013, o Círio passou a integrar, ao lado do frevo pernambucano, do samba de roda do Recôncavo Baiano e de outras manifestações culturais, a lista de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, título concedido pela UNESCO. No ano seguinte, a festividade recebeu oficialmente da UNESCO o certificado que lhe conferiu esse reconhecimento internacional (Nações Unidas Brasil, 2014). Embora o Círio já fosse conhecido em diferentes partes do mundo, a obtenção desse título elevou ainda mais sua projeção internacional, reforçando não

apenas a valorização das culturas brasileiras, mas também a necessidade de preservação dessa tradição secular.

Depois de mais de dois séculos de existência, em 2023 o Círio de Nazaré também foi declarado Patrimônio Cultural de Natureza Imaterial do Estado do Pará pela ALEPA, por meio da Lei nº 654/2023. Ao conceder essa honraria, o então presidente da Casa, Chicão, afirmou que o Círio representa a principal manifestação popular paraense, constituindo a maior concentração pública de cidadãos e a mais efetiva ação de promoção do estado em suas dimensões econômica, turística, cultural e religiosa (Alepa, 2023). Isso demonstra que, ainda que de forma tardia, o poder público estadual reconheceu a relevância do Círio para diferentes setores da sociedade, além de seu papel na projeção da cultura paraense para além das fronteiras regionais.

Vale destacar que, apesar de sua origem secular, o Círio soube adaptar-se ao mundo contemporâneo sem perder seu principal propósito religioso. A festividade continua expressando a devoção, a fé e o agradecimento dos participantes, especialmente do povo paraense. Além disso, preservou sua essência popular: trata-se de uma celebração construída pelo povo e para o povo, ainda que organizada institucionalmente por uma diretoria. Mesmo diante do crescimento de outras religiões nas últimas décadas, o Círio mantém importância semelhante àquela observada no período em que o Brasil possuía o catolicismo como religião oficial.

Ao mesmo tempo, a festividade expandiu seu alcance para campos como o turismo, a mídia, a economia, a cultura, a sociedade e a política. Esse fenômeno pode ser compreendido à luz do conceito de fato social total, desenvolvido por Marcel Mauss, que define fenômenos nos quais se expressam simultaneamente diferentes dimensões da sociedade, sejam elas religiosas, jurídicas, morais, políticas, estéticas ou econômicas. O Círio, atualmente, representa precisamente isso: uma manifestação em que devoção religiosa, identidade cultural, turismo, economia, política e mídia aparecem profundamente articulados.

Almeida (2013, p. 162) observa que o constante processo de ressignificação do Círio traz consigo novas dimensões para a festividade, uma vez que ela passa a dialogar com diferentes aspectos culturais e múltiplas formas de experienciar a celebração. Isso pode ser percebido tanto nas recentes práticas do catolicismo devocional quanto nas festas populares embaladas pelas grandes aparelhagens de som que mobilizam romeiros, promesseiros e devotos nos bairros periféricos de Belém. Assim, ao observar toda essa diversidade, percebe-se que o Círio consegue manter-se como prática religiosa mesmo ao

incorporar novos elementos culturais. Para permanecer relevante no contexto contemporâneo, a festividade precisou alcançar públicos para além de seu núcleo tradicional. Atualmente, existem diversas maneiras de participar do Círio, não sendo mais necessário estar fisicamente em Belém, durante o mês de outubro, para vivenciar a celebração.

No mundo contemporâneo, o Círio ampliou sua visibilidade nacional a partir das primeiras transmissões em TV aberta, ocorridas no final do século XX, e expandiu ainda mais seu alcance com o advento do universo digital. Aplicativos como Círio de Nazaré Oficial e KDaBerlinda, além das redes sociais, aproximaram ainda mais os fiéis da devoção. Provavelmente, os devotos jamais imaginaram que existiriam aplicativos exclusivos voltados a ajudar na compreensão e no acompanhamento da festividade, o que representa um passo importante para tornar o Círio mais inclusivo e diversificado.

No aplicativo Círio de Nazaré Oficial, o usuário pode acompanhar missas ao vivo, acessar leituras sobre peregrinação e participar de outras atividades relacionadas à santa. Já no KDaBerlinda, é possível acompanhar as quatorze procissões, revisitar edições anteriores do Círio e assistir às transmissões por rádio e televisão. Essas facilidades ampliam e enriquecem a experiência religiosa dos fiéis, sobretudo daqueles que não conseguem participar presencialmente da celebração.

Borges, Souza, Duenhas e Sena (2016, p. 174) destacam que o ambiente virtual de comunicação caracteriza-se pela interatividade e pela liberdade na construção dos caminhos de consumo do conteúdo digital. Antes da ascensão das redes sociais, a sociedade dependia quase exclusivamente dos meios tradicionais de comunicação para ter acesso às informações. Atualmente, contudo, esse cenário foi profundamente transformado pelo ciberespaço e pelas novas plataformas digitais. Esse universo conectado contribui para globalizar ainda mais o Círio de Nazaré. Afinal, já não é necessário permanecer diante da televisão para acompanhar a festividade, pois as redes sociais e os aplicativos permitem que qualquer pessoa participe da celebração a partir de diferentes partes do mundo. Percebe-se, assim, que o Círio consolidou-se, nos últimos anos, como uma tradição multiplataforma.

Essa característica multiplataforma se mostrou fundamental entre 2020 e 2021, durante a pandemia de COVID-19. Tratou-se de um período extremamente desafiador, marcado pela perda de milhares de vidas em todo o mundo. Para conter o avanço da doença, diversos países, incluindo o Brasil, adotaram rígidas restrições sanitárias em 2020. Todos os setores da sociedade precisaram adaptar-se à nova realidade, e o campo

religioso não foi exceção. No caso do Círio, tornou-se necessário reformular a celebração para adequá-la ao contexto pandêmico.

Bernardes e Debortoli (2022, p. 97) destacam que a solução encontrada pela diretoria da festa, em conjunto com as autoridades sanitárias, foi a reformulação completa da festividade. Isso demonstra que tanto a organização quanto o poder público reconheceram a necessidade de repensar a realização do Círio naquele contexto histórico. Diante da crise sanitária, existiam dois caminhos possíveis: o cancelamento total da festa ou a busca de alternativas que evitassem aglomerações. Conforme apontam os autores, optou-se pela reorganização da celebração.

Nesse processo, a televisão e a internet desempenharam papel decisivo para adaptar a festividade. Na época, a Arquidiocese de Belém divulgou uma nota explicando o novo formato do Círio. Segundo o comunicado, a celebração daquele ano consistiria em missas sem a presença de público, transmitidas pela internet, pela TV Círio e por outros meios digitais, além de um sobrevoo de helicóptero com a imagem de Nossa Senhora sobre hospitais de Belém (Fundação Nazaré, 2020). Essa foi a alternativa encontrada para que a festividade pudesse ocorrer, ainda que de maneira limitada. Mesmo assim, ao ser transportada por via aérea, a imagem conseguiu simbolicamente abençoar seus devotos, especialmente aqueles que se encontravam hospitalizados.

Ao mesmo tempo em que a pandemia afetou diretamente a realização do Círio de 2020, também provocou impactos significativos na economia, no turismo e no setor hoteleiro, produzindo um efeito em cadeia em diferentes áreas da sociedade. Se até 2019 a celebração reunia mais de dois milhões de pessoas nas ruas de Belém, em 2020 esse número caiu drasticamente. Bernardes e Debortoli (2022, p. 98) relatam que cerca de 100 mil fiéis estiveram presentes nas ruas durante o domingo do Círio de 2020, em uma procissão marcada pela improvisação. Ao comparar os números, percebe-se que houve uma redução aproximada de 95% no número de participantes de um ano para o outro. Essa queda representou, entre outras consequências, uma significativa diminuição da arrecadação econômica gerada pela festividade.

Com as restrições sanitárias, poucas pessoas puderam participar presencialmente do Círio, fato que repercutiu diretamente na ocupação dos hotéis e no comércio local. Segundo Fernando Soares, representante do SHRB/PA (Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares do Estado do Pará), os meios de hospedagem registraram aproximadamente 25% de ocupação dos quartos, percentual que permaneceu

praticamente o mesmo em 2021 (Vaz, 2021). Esses números ficaram muito abaixo do potencial turístico normalmente alcançado pela festividade em períodos sem pandemia.

Os dados demonstram, portanto, o quanto o Círio impacta diferentes setores econômicos da cidade de Belém e do Estado do Pará. Trata-se de um verdadeiro efeito dominó, quando um setor é afetado, os demais também sofrem consequências diretas. Ainda assim, mesmo diante de tantas limitações, o Círio conseguiu adaptar-se à nova realidade, encontrando novas formas de continuar difundindo a fé e a cultura para seus devotos. Ao consolidar-se como uma celebração multiplataforma e diversificada, a festividade demonstrou grande capacidade de reinvenção.

Destaca-se ainda que, mesmo enfrentando obstáculos históricos como a pandemia de COVID-19, o Círio tornou-se, nos últimos anos, uma celebração mais acessível e diversificada. A organização da festa percebeu a necessidade de incluir diferentes públicos, como as pessoas com deficiência, criando em 2023 a Romaria da Acessibilidade. Mesmo acompanhando a celebração pela televisão ou pelas plataformas digitais, muitas dessas pessoas desejavam participar de maneira mais ativa da festividade. Além disso, é importante considerar que grande parte das cidades brasileiras ainda apresenta limitações significativas em termos de acessibilidade urbana.

Segundo Bruno Chaves (2023), da UFRA, a procissão contou com tradução para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), audiodescrição, distribuição de abafadores de ruído e músicas em volume reduzido, reunindo pessoas com deficiência, pessoas com mobilidade reduzida, pessoas com síndrome de Down, autistas, familiares e outros participantes que necessitavam de acessibilidade. Esse acontecimento representou um marco importante dentro do próprio Círio.

Afinal, por tratar-se de uma festividade popular, todos devem ter o direito de participar plenamente da celebração. Para isso, torna-se necessário ampliar o olhar para grupos que, durante muito tempo, permaneceram parcialmente excluídos desses espaços religiosos e culturais. Ao criar mecanismos voltados à inclusão, os organizadores demonstram reconhecer a importância da presença de diferentes públicos na festividade. Dessa forma, o Círio torna-se uma celebração mais democrática, inclusiva e socialmente acessível.

Figura 13: Fiéis na Romaria da Acessibilidade (2023)



Fonte: Agência Pará (2023)

Nesse contexto social, uma das iniciativas mais recentes da diretoria do Círio foi a criação do projeto social Círio Solidário, em 2020. O objetivo da ação é auxiliar pessoas em situação de vulnerabilidade e necessidade social. Isso demonstra como, atualmente, o Círio ultrapassa os limites do campo estritamente religioso e passa também a atuar em dimensões sociais e humanitárias, reforçando seu papel como manifestação profundamente integrada à realidade da sociedade paraense.

Ao abrir espaço para diferentes públicos em um movimento de inclusão e diversidade, o Círio evidencia que o elemento central da festividade é a devoção e o respeito às pessoas, e não suas deficiências, orientações sexuais ou condições sociais. Mesmo não integrando o calendário oficial do Círio de Nazaré nem sendo reconhecidas institucionalmente pela Arquidiocese de Belém, algumas manifestações culturais revelam o caráter plural e multicultural da celebração.

Entre essas manifestações não oficiais, destacam-se a Festa da Chiquita e o Auto do Círio. Vale mencionar ainda duas importantes festividades culturais vinculadas ao Círio: o Círio Musical, criado em 2004, e o Arraial, cuja origem remonta à feira organizada em 1793 pelo governador da província do Grão-Pará, Francisco de Souza Coutinho. Contudo, neste trabalho será abordada especialmente a Festa da Chiquita, por representar a mais antiga entre as manifestações não oficiais associadas ao Círio.

Ivone Corrêa (2010, p. 48) observa que, na contemporaneidade, da mesma forma que a cidade-metrópole agrega diferentes lugares e grupos sociais, a própria festividade também se expande e se diversifica. Nesse contexto, cada grupo social, ao reconhecer-se como parte integrante da celebração, busca expressar seu amor e sua devoção à Virgem Maria de maneira própria, externalizando sensibilidades distintas e, em determinados casos, até conflitantes na forma de vivenciar o Círio.

Atualmente, cidades como Belém do Pará consolidam-se como importantes polos culturais, nos quais diferentes sujeitos experimentam a cultura segundo suas próprias referências e identidades. Inserido nesse cenário multicultural, o Círio de Nazaré, que há muito tempo se tornou uma manifestação midiática e socialmente ampliada, passou também a expressar sua dimensão plural, especialmente com a presença de manifestações como a Festa da Chiquita.

Essa diversidade de grupos, ainda que alguns deles não sejam reconhecidos ou bem vistos pela hierarquia católica local, demonstra que diferentes sujeitos procuram manifestar sua fé, devoção e admiração por Nossa Senhora de Nazaré de maneiras variadas. É importante destacar que nem todos aceitam a forma como determinados grupos expressam sua religiosidade, o que frequentemente gera tensões e divergências. Entretanto, concordando ou não com essas manifestações, todos compartilham um mesmo eixo simbólico: a celebração em honra a Nossa Senhora de Nazaré.

Esse fenômeno da pluralidade de formas de expressão da devoção, inclusive aquelas não legitimadas oficialmente pela Igreja, pode ser compreendido a partir da discussão sobre espaços religiosos e espaços públicos. Conforme argumenta Paula Montero (2012b), o secularismo, enquanto doutrina política, não significou necessariamente a separação absoluta entre instituições religiosas e governamentais, mas produziu uma dupla transformação: de um lado, as demandas religiosas passaram a ocupar espaços de decisão pública, de outro, agentes religiosos passaram a colaborar com políticas públicas. No caso da Festa da Chiquita, observa-se uma manifestação que, embora não seja reconhecida oficialmente pela Igreja Católica, reivindica seu espaço dentro da Quadra Nazarena e no espaço público da cidade.

Sendo considerada uma das principais manifestações culturais ligadas à comunidade LGBTQIAPN+ no país, a Festa da Chiquita, também conhecida como Chiquita Bacana, foi fundada em Belém na década de 1970. Esse período foi particularmente difícil para a população LGBTQIAPN+ brasileira, uma vez que o país vivia sob o regime da Ditadura Militar.

Segundo Robert Guedes (Instituto Vladimir Herzog, 2023), o regime instaurado entre 1964 e 1985 ficou marcado por diversas violações de direitos humanos e pela forte repressão direcionada aos considerados subversivos e desviantes. Isso significa que grupos ligados à diversidade sexual e de gênero foram duramente reprimidos naquele contexto histórico. Vale ressaltar que, ainda hoje, essa comunidade continua enfrentando preconceitos tanto por parte da sociedade quanto de determinados segmentos religiosos.

Iniciada entre os anos de 1975 e 1976 com o nome de Festa da Maria Chiquita, a manifestação reunia boêmios, intelectuais, acadêmicos, artistas, jornalistas, fotógrafos e curiosos, funcionando inicialmente apenas como um bloco carnavalesco. Contudo, a partir de 1978, quando a festa foi transferida para o sábado da Trasladação, e devido às mudanças em sua estrutura e organização, a Chiquita transformou-se em um dos principais eventos não religiosos vinculados ao calendário do Círio de Nazaré (Filho, 2014, p. 198).

Mesmo sem possuir apoio oficial da organização do Círio, as chamadas “filhas da Chiquita” passaram a representar não apenas o aspecto profano da festividade, mas também a diversidade cultural que marca o Círio de Nazaré como uma celebração aberta a diferentes públicos, independentemente dos conflitos existentes com a Igreja Católica, que não a reconhece oficialmente como parte da manifestação religiosa. Assim, ainda que não faça parte do aspecto estritamente litúrgico do Círio, a Festa da Chiquita consolidou-se, ao longo de quase meio século, como uma alternativa de participação simbólica para aqueles que desejam homenagear Nossa Senhora de Nazaré a partir de outras formas de expressão cultural.

Além disso, a festa representa também uma forma de resistência da comunidade LGBTQIAPN+ diante do preconceito histórico, deixando evidente que esses sujeitos também reivindicam ocupar um espaço significativo dentro do Círio de Nazaré. Afinal, a devoção religiosa não depende da orientação sexual para ser legítima; ela se manifesta na vontade de homenagear, à sua própria maneira, a santa que integra profundamente a cultura regional e estadual. O significado da presença da Festa da Chiquita no contexto do Círio não depende necessariamente da aprovação institucional da Igreja, mas do sentimento de pertencimento e orgulho compartilhado por seus participantes ao integrarem uma celebração dedicada à Virgem Maria. Mesmo considerada profana pela hierarquia eclesiástica, para os participantes da Chiquita a manifestação representa, sobretudo, uma expressão de cultura, diversidade e liberdade.

É o que afirma o organizador Eloi Iglesias, em entrevista ao jornal O Liberal, ao destacar que a festa celebra a cultura e a diversidade e é realizada tradicionalmente durante a Quadra Nazarena, pela qual os organizadores possuem profundo respeito. Segundo ele, contudo, o movimento nunca esteve restrito apenas ao catolicismo (Rocha, 2024). O objetivo, portanto, não é apenas propagar a fé católica, mas promover a pluralidade e a inclusão social. Vale destacar ainda que tanto a Festa da Chiquita quanto

o Auto do Círio foram reconhecidos pelo IPHAN como parte integrante das manifestações culturais associadas ao Círio de Nazaré.

Sendo uma das questões mais debatidas da atualidade, especialmente em razão do aquecimento global, o meio ambiente vem sofrendo profundas transformações ao longo dos últimos anos. Segundo dados da ONU divulgados pelo PNUMA, em 2023 o mundo gerou aproximadamente 2,3 bilhões de toneladas de resíduos, número alarmante diante do cenário ambiental global. No Brasil, no mesmo ano, foram produzidas cerca de 80 milhões de toneladas de lixo, conforme divulgado pela ABREMA. Desse total, apenas aproximadamente 6,7 milhões de toneladas de materiais secos foram destinados à reciclagem, correspondendo a cerca de 8,3% dos resíduos sólidos urbanos gerados em 2023 (Abrema, 2024, p. 32). Trata-se de um percentual extremamente baixo diante do volume produzido pelo país. Isso evidencia a necessidade urgente de ampliar investimentos em educação ambiental, reciclagem e políticas voltadas à sustentabilidade.

No contexto regional, a região Norte apresentou, em 2023, o menor volume de resíduos sólidos produzidos no país, conforme levantamento divulgado pela ABREMA em 2024. Os dados indicam que a região foi responsável por aproximadamente 7,5% dos resíduos sólidos urbanos gerados no Brasil, o que corresponde a cerca de 16,5 mil toneladas diárias, ou aproximadamente 6 milhões de toneladas no decorrer do ano (Abrema, 2024, p. 26). Ou seja, das 80 milhões de toneladas produzidas nacionalmente, apenas 6 milhões tiveram origem na região Norte.

Como discutido anteriormente, apenas cerca de 8% dos resíduos produzidos no país são reciclados. Mas qual a relação entre esse cenário e o Círio de Nazaré? Por reunir milhões de pessoas vindas de diferentes partes do Brasil e até do exterior, a festividade gera uma enorme quantidade de resíduos ao longo dos quinze dias oficiais de celebração. Todo esse material necessita de destinação adequada ao final de cada evento, sendo a reciclagem uma das principais alternativas, especialmente em um estado que ainda apresenta um dos maiores índices de utilização de lixões do país.

Segundo dados da MUNIC (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), divulgados pelo Diário do Pará em 2023, aproximadamente 83,6% dos municípios paraenses ainda utilizam lixões como destino final de resíduos sólidos. Ao observar esse percentual, percebe-se que, mesmo após o prazo estabelecido pelo Congresso Nacional para a erradicação dos lixões em 2024, o problema ainda permanece distante de uma solução definitiva.

Por se tratar de uma festividade de enormes proporções, que reúne mais de dois milhões de pessoas, somente em 2024 foram recolhidas mais de 1.300 toneladas de resíduos ao longo de todos os dias do Círio. De acordo com reportagem do portal G1 Pará (2024), desse total apenas 140 toneladas correspondiam a materiais recicláveis. Isso representa um percentual extremamente reduzido diante do volume total coletado. Na tentativa de conscientizar a população, cooperativas voltadas à reciclagem uniram-se para destacar a importância da preservação ambiental.

Souto (2024) informa que a parceria entre Concaves, Cootaral, ACCSB, Filhos do Sol, Coopetri e a Prefeitura Municipal permitiu que essas cooperativas assumissem a responsabilidade pela coleta de resíduos sólidos durante o evento. Dessa forma, campanhas dessa natureza contribuem para sensibilizar a sociedade acerca da importância da destinação adequada dos resíduos produzidos diariamente. Afinal, a preservação ambiental depende diretamente das ações coletivas da própria sociedade.

Vale destacar ainda que, em 2024, a organização ambiental Greenpeace esteve presente na Romaria Fluvial, na Trasladação e no próprio Círio de Nazaré exibindo cartazes voltados à conscientização ambiental. Entre as mensagens apresentadas estavam: “Nossa Senhora de Nazaré, protegi toda vida que sofre com a crise climática”; “Nazinha, salve nossos rios e florestas”; e “Nossa Senhora de Nazaré, rogai pela Amazônia” (Greenpeace, 2024). Ao utilizar essas mensagens, a organização buscou sensibilizar os participantes acerca da necessidade de preservação ambiental, especialmente da Amazônia, região da qual Nossa Senhora de Nazaré é simbolicamente considerada Rainha.

O mundo transformou-se, modernizou-se e abriu novos caminhos para a evolução da humanidade. Ao longo da história, a sociedade atravessou conflitos violentos, como a Primeira Guerra Mundial, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Russo-Ucraniana, além de pandemias como a gripe espanhola e a COVID-19. Com o Círio de Nazaré não foi diferente, a festividade se transformou e atualizou juntamente com a sociedade brasileira. Se as mudanças climáticas alteraram o cotidiano da população, o Círio adaptou-se às chuvas e modificou horários de procissão; se a mídia surgiu como instrumento de integração nacional, ela contribuiu para ampliar o alcance da festa; e se as redes sociais e os aplicativos aproximaram pessoas em escala global, também ajudaram o Círio a adaptar-se às exigências do mundo contemporâneo.

Atualmente, o Círio de Nazaré dialoga simultaneamente com política, economia, sustentabilidade, diversidade e comunicação. Trata-se de uma celebração inclusiva,

mediática e, acima de tudo, marcada pela devoção e pela cultura do povo paraense. Justamente por ultrapassar os limites de uma simples festa religiosa, o Círio não pode ignorar os diferentes grupos e debates sociais que o cercam. Dessa forma, a festividade segue incorporando novas demandas sem perder sua essência fundamental: a devoção a Nossa Senhora de Nazaré.

Desde 1793, o Círio celebra a religiosidade popular e o encontro de diferentes povos, independentemente da crença individual de cada participante. A Igreja Católica pode até não reconhecer oficialmente determinadas manifestações associadas à festividade, mas o Círio, como declarou a UNESCO, constitui patrimônio de toda a humanidade. Como será discutido no Capítulo 3, é justamente essa multiplicidade de sentidos e a disputa pelo controle simbólico do Círio que transformaram o evento de 2022 em um verdadeiro nó de controvérsias, no qual agentes políticos, religiosos e leigos entraram em conflito em torno da definição sobre o significado da festa e sobre quem possui legitimidade para participar dela.

III – Nó de contravérsias:

o Círio de 2022 e as fronteiras do político-religioso

3.1 Construção das fronteiras: contexto político-religioso brasileiro

Nesse contexto, entende-se que, nos últimos anos, ocorreu uma transformação significativa na forma de compreender as diversidades culturais existentes na sociedade. A partir das reflexões de Paula Montero, é possível assimilar que, durante muito tempo, predominou a ideia de uma identidade social única, o que acabou marginalizando grupos minoritários e apagando suas formas próprias de existência.

Nesse sentido, o modelo histórico anterior de coesão social, baseado na assimilação das diferenças em nome da aculturação e da civilização, perdeu credibilidade como utopia política (Montero, 2012, p. 90). Entretanto, essa concepção de singularidade foi sendo questionada à medida que se reconheceu a importância desses grupos tanto no espaço público quanto no contexto político-religioso. É fundamental reconhecer, em qualquer sociedade, que diferentes classes e grupos sociais contribuem para o desenvolvimento cultural, político e religioso de uma nação.

O Brasil é um país que, gradualmente, passa a reconhecer nas diferentes culturas a necessidade de identificação, valorização e respeito. Trata-se de um país continental, no qual cada região possui formas próprias de pensar, agir e se organizar, seja coletiva ou individualmente. No Brasil contemporâneo, contudo, ainda é possível perceber a marginalização de minorias sociais. Religiões não cristãs, povos originários, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros grupos, continuam enfrentando exclusões e preconceitos.

Destaca-se que o multiculturalismo discutido por Montero transforma essa diversidade de povos em objeto político, justamente porque grupos como os citados anteriormente buscam reconhecimento e participação no espaço público. É diante desse processo de multiplicidade e conflito por direito à voz na sociedade que expressões como a religião passam a receber novas concepções no espaço público. É o caso do Círio de Nazaré, manifestação religiosa de Belém do Pará.

Hoje, o Círio é sinônimo de política, economia, sustentabilidade e diversidade. É inclusivo, midiático e, acima de tudo, uma tradição que carrega a devoção e a cultura

do povo paraense. Por não ser apenas uma festa religiosa, não deve ignorar aqueles que o cercam. Ou seja, o Círio de Nazaré caminha rumo ao novo sem perder sua essência. A devoção a Nossa Senhora de Nazaré permanece viva, independentemente do momento histórico atravessado pela sociedade. Desde 1793, celebra a religiosidade popular e o encontro de povos, independentemente da crença. A Igreja pode até não concordar com todas as expressões que o envolvem, mas o Círio é, como declarou a UNESCO, patrimônio de toda a humanidade.

Desde sua primeira edição, no século XVIII, o Círio tornou-se uma celebração frequentada também por agentes políticos, que passaram a ocupar, com regularidade, espaços destinados originalmente aos religiosos e aos fiéis. Com isso, buscam apresentar aos presentes uma imagem pública confiável. Participar de uma festividade dessa dimensão, que reúne anualmente milhares de pessoas, católicas ou não, torna-se uma vitrine para qualquer figura pública, sobretudo em razão de seu alcance midiático. Assim, a religião deixa de aparecer apenas como devoção de seus seguidores e passa a constituir também um espaço utilizado por agentes políticos para autopromoção, produzindo, desse modo, conflitos simbólicos.

Qualquer evento religioso, independentemente de sua proporção, especialmente quando relacionado ao cristianismo no Brasil, tende a gerar conflitos de interesse quando há participação de agentes políticos, sejam eles convidados ou não pela organização. Esses conflitos não envolvem apenas um lado, mas todos os grupos vinculados à festividade. A mesma barreira que separa os campos religioso e político pode, ao mesmo tempo, ser facilmente rompida, visto que os limites entre ambos são, de certa forma, instáveis e podem se modificar conforme o contexto.

Para compreender os aspectos que reformularam a relação entre política e religião a partir de 2018, intensificando-se em 2022, é necessário observar alguns acontecimentos do cenário político brasileiro nos anos anteriores. Embora o foco recaia sobre as duas últimas eleições presidenciais, é importante analisar o que ocorreu no segundo governo de Dilma Rousseff, do PT, iniciado em 2015 e encerrado com seu impeachment, sendo sucedido por seu vice, Michel Temer, então do MDB. De certa forma, a reeleição de Dilma, ao lado de Temer, foi decisiva para os desdobramentos das eleições de 2018 e para a consolidação nacional do nome de Jair Bolsonaro, aspecto que será explorado em outro momento deste trabalho.

Desde 2013 ao final do governo Temer, observa-se uma escalada de enfrentamento ideológico, marcada pelo surgimento de novos e vigorosos grupos e organizações de direita, como MPL, Vem Pra Rua e Revoltados Online,

que passaram a exigir o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff e a manifestar apoio à Operação Lava Jato e à prisão do ex-presidente Lula (Fuks; Marques, 2020, p. 406).

De forma resumida, em 2016, a então presidenta Dilma Rousseff foi destituída de seu cargo pelo Senado Federal após a abertura do processo de impeachment pela Câmara dos Deputados, presidida naquele momento pelo então deputado federal Eduardo Cunha, do PMDB, atual MDB. De acordo com a Agência Senado (2016), em 11 de abril, a comissão especial aprovou a abertura do processo contra Dilma por 38 votos a 27. No dia 17, após seis horas de sessão e votação nominal, o Plenário da Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment por 367 votos. Foi um episódio de grande repercussão nacional e internacional, tanto pela importância política do tema quanto por envolver o Brasil, uma das principais democracias do mundo. A transmissão ocorreu em emissoras como a Globo e a Record TV.

A partir da aprovação do impeachment pelo Congresso Nacional, surgiu com maior evidência um personagem que, mais tarde, modificaria as estruturas da política e da própria relação entre religião e poder: o então deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro, à época filiado ao PSC. Em sua fala durante a votação na Câmara dos Deputados, Bolsonaro utilizou dois temas que seriam trabalhados futuramente em sua campanha eleitoral: família e religião.

Na ocasião, Bolsonaro declarou: “pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo, e por Deus acima de todos, o meu voto é sim” (Câmara dos Deputados, 2016). Diante desse processo, ocorreu, direta ou indiretamente, uma reconfiguração da ligação entre política e religião no debate público brasileiro.

Se 2016 foi um ano que abalou as estruturas políticas em Brasília, 2018 modificou a forma de perceber o papel da religião na configuração eleitoral daquele ano e, posteriormente, nas eleições de 2022. A eleição presidencial de 2018 começou marcada por uma pergunta central: quem seria o candidato da esquerda brasileira? Essa dúvida surgiu em razão da Operação Lava Jato, iniciada em março de 2014, que abalou o sistema político nacional e levou diversas figuras públicas a serem investigadas, entre elas o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

De acordo com o podcast 15 Minutos, do jornal Gazeta do Povo, Lula “entrou de vez na operação em março de 2016”. Após as investigações, incluindo o caso do triplex do Guarujá, no qual Lula foi condenado pelo então juiz Sérgio Moro, a corrida presidencial de 2018 mudou drasticamente com a prisão do ex-presidente.

Independentemente das interpretações sobre o caráter político ou jurídico do processo, esse foi um dos principais episódios das últimas eleições brasileiras. A partir desse acontecimento e diante da ausência de um nome forte da esquerda, a candidatura de Jair Bolsonaro consolidou-se como uma das principais forças na disputa presidencial.

Em 2018, um candidato declaradamente de direita e ativo no combate à esquerda chegou ao centro da disputa nacional. Com uma campanha marcada por elogios ao período da ditadura militar brasileira, posições conservadoras no campo dos costumes e da segurança pública e ataques à esquerda, pela primeira vez desde 1989 um candidato de extrema direita chegou ao segundo turno das eleições presidenciais brasileiras (Fuks; Marques, 2020, p. 407).

Nesse contexto, observa-se que, ao disputar o principal cargo político do Brasil, o deputado federal Jair Bolsonaro colocou em cena uma nova configuração política. Se antes a disputa presidencial estava concentrada entre nomes como Lula, Dilma, Alckmin e Serra, entre outros, passou a incluir de forma central o candidato do PSL, atual PL. Foi nesse cenário que a extrema direita retornou ao poder.

Na contramão de outros adversários do Partido dos Trabalhadores, Bolsonaro estimulou discursos pautados em temas como corrupção, família e religião. Com o slogan “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, o conservadorismo tornou-se um dos eixos centrais daquela corrida presidencial. Pode-se dizer que esse grupo político percebeu que a fé das pessoas seria um elemento importante na campanha, utilizando-a como recurso de mobilização e convencimento da opinião pública.

Ao abordar temáticas populares de grande repercussão entre setores conservadores, o candidato do PSL soube explorar o descontentamento de parte da população com seu principal adversário, Fernando Haddad. Dialogando diretamente com grupos religiosos, especialmente evangélicos, Bolsonaro conquistou mais da metade dos votos desse segmento em 2018. Um ponto importante a ser considerado sobre esse apoio é o crescimento dos evangélicos no Brasil nas últimas décadas.

Segundo o IBGE, em 2010 o número de evangélicos correspondia a pouco mais de 21% da população, em 2022, esse percentual chegou a quase 27%. É notável, portanto, que o tabuleiro religioso brasileiro vem se modificando com o avanço das igrejas evangélicas e a diminuição proporcional do catolicismo. Essa denominação religiosa transformou o crescimento de fiéis em prestígio político-partidário. Isto é, mesmo não sendo maioria da população, seu poder passou a ecoar em diferentes setores públicos e políticos.

Ao discutir o papel do cristianismo evangélico na política brasileira, compreende-se por que atores políticos de direita intensificaram suas pautas em defesa

da religião. As falas de Jair Bolsonaro com teor religioso consolidaram algo importante, o reconhecimento da religião como parte essencial da esfera pública. A partir do momento em que o candidato recebe a chancela de lideranças cristãs, percebe-se que esse movimento não é casual no contexto político brasileiro iniciado em 2018, mas um acontecimento voltado a reposicionar a Igreja e os grupos religiosos como protagonistas no cenário político. Como afirma Habermas (2003, p. 42), a esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público.

Diante desse aspecto, vale mencionar a reflexão de Habermas sobre a esfera pública, especialmente para compreender a função que o grupo evangélico passou a exercer na política brasileira recente. Para o autor, a esfera pública emerge quando um grupo social específico deixa o âmbito privado e passa a se mobilizar externamente, influenciando o Estado por meio da pressão e do posicionamento da sociedade. Ao aplicar essa ideia ao contexto das eleições de 2018, percebe-se dinâmica semelhante. No entanto, há um elemento distintivo: nessa eleição, o cristianismo evangélico, em especial, foi colocado como peça fundamental na formação da opinião política de um grupo específico.

É perceptível que o primeiro mandato de Bolsonaro, associado ao conservadorismo por ele e por seus apoiadores, expôs uma relação na qual lideranças religiosas e políticas criaram mecanismos capazes de influenciar diretamente os resultados eleitorais. O papel dessa aliança era, entre outras coisas, mobilizar parte significativa da população em torno de ideias contrárias às propostas da oposição. Segundo Habermas (2003, p. 43), a reivindicação de poder que se coloca na argumentação da esfera pública [...] deveria, caso pudesse impor-se, levar a algo mais do que uma mera mudança de uma dominação. Ou seja, a esfera pública deve promover debates que ultrapassem interesses particulares e contemplem diferentes opiniões sociais.

Logo após ser eleito o 38º presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, acompanhado de lideranças religiosas como o pastor Silas Malafaia, fez um discurso no qual atribuiu a Deus e ao povo a vitória nas eleições de 2018. Segundo o portal G1, Bolsonaro afirmou: “nunca estive sozinho, sempre senti a presença de Deus e a força do povo brasileiro”. No mesmo discurso, citou ainda a passagem bíblica: “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará” (João 8:32). Ambas as declarações estão carregadas de profundo teor religioso, demonstrando a crença de que Jair Bolsonaro foi imbuído de uma missão divina ao ser eleito para a Presidência da República (Lopes, 2019, p. 2). Essa fala carrega um viés religioso que o apresenta como alguém destinado a

conduzir o Brasil ao caminho da prosperidade, afirmando também que a democracia prevaleceria em seu governo.

Se as eleições de 2018 colocaram a religião em destaque, as de 2022 consolidaram essa relação. Contudo, entre uma eleição e outra, ocorreram episódios que influenciaram diretamente a disputa eleitoral, tanto no campo da extrema direita, que buscava a reeleição, quanto no campo da esquerda, que pretendia retornar ao poder após o impeachment de Dilma Rousseff e a prisão de Lula no contexto da Operação Lava Jato.

O primeiro governo Bolsonaro foi marcado por baixos índices de aprovação em relação à condução do país e pela pandemia de COVID-19. Ainda que mantivesse boa avaliação entre parte da população evangélica, segundo dados do Ibope divulgados pelo jornal El País, 56% dos cristãos evangélicos confiavam em Bolsonaro e 61% aprovaram sua forma de governar. Entretanto, segundo o mesmo levantamento, apenas 33% da população brasileira aprovava o início de seu mandato. Esses dados indicam que, embora o apoio evangélico permanecesse expressivo, os índices haviam caído em comparação com os quase 70% desse grupo que votaram nele em 2018, conforme reportagem da BBC Brasil.

Esses dados referem-se ao início do governo Bolsonaro, em 2019. Meses depois, em 8 de novembro daquele ano, ocorreu um episódio que marcaria a corrida presidencial de 2022: a soltura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, após o STF proibir a prisão após condenação em segunda instância. Em março de 2021, as ações penais contra Lula foram anuladas. Segundo reportagem do portal Poder 360, o Plenário do Supremo Tribunal Federal anulou as ações penais contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não se enquadrarem no contexto da Operação Lava Jato (STF, 2021). A decisão da Suprema Corte embaralhou o campo político daquele período.

Não se pode esquecer de outro personagem importante nesse processo: o então juiz Sérgio Moro, que durante anos foi apresentado por determinados setores como herói nacional. Para apoiadores da extrema direita, Moro tornou-se símbolo do combate à corrupção; para setores da esquerda, passou a ser visto como figura parcial e politicamente comprometida. A partir da Operação Lava Jato e, posteriormente, da condenação de Lula, Moro tornou-se conhecido em todo o território nacional.

Antes da anulação das condenações e da soltura de Lula, no final de novembro de 2018, Sérgio Moro aceitou o convite de Bolsonaro para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Ao aceitar o cargo, Moro afirmou que “a perspectiva de implementar uma forte agenda anticorrupção e anticrime organizado, com respeito à Constituição, à

lei e aos direitos, levou-me a tomar esta decisão” (G1, 2018). Em 2021, o STF declarou a suspeição do ex-juiz por parcialidade no caso do triplex do Guarujá.

Até aqui, foram destacados pontos cruciais ocorridos no primeiro mandato de Bolsonaro. O último deles, provavelmente o mais importante, foi a atuação de seu governo durante a pandemia de COVID-19. Sendo o Brasil um dos países com maior número de óbitos em decorrência da doença, o então presidente minimizou diversos alertas feitos pela OMS, pelo Instituto Butantan e por vários setores da sociedade e da saúde pública brasileira.

Como foi divulgado por diversos jornais da época, como o Jornal Nacional, da Rede Globo, e o Jornal da Band, da Rede Bandeirantes, além de redes sociais como o Twitter, atual X, Bolsonaro criticou o distanciamento social recomendado pela OMS, a vacinação e as medidas de quarentena. Para ele, a COVID-19 seria apenas uma “gripezinha”. Com o avanço da pandemia, comprovou-se que não se tratava de uma simples gripe. Foi nesse contexto que Lula confirmou seu nome como representante da esquerda para disputar as eleições presidenciais de 2022.

É importante destacar que este trabalho não tem como objetivo julgar quem estava certo ou errado, mas apresentar alguns passos cronológicos que contribuíram para a candidatura de Lula no pleito de 2022. A sociedade precisa compreender que a política não deve ser tratada como assunto proibido nas rodas de conversa, mas como tema que exige seriedade, sobretudo porque vivemos em uma nação democrática.

Essa cronologia ajuda a explicar como 2022 marcou a disputa entre um candidato que buscava retornar ao poder após sua prisão e outro que tentava se reeleger. Assim como ocorreu em 2018, a última eleição presidencial demonstrou que Bolsonaro, então candidato pelo PL, intensificou novamente pautas relacionadas à religião. Nesse cenário, a Igreja Católica passou a ser um dos alvos estratégicos de sua campanha de continuidade no poder, visto que ele já mantinha apoio sólido de setores evangélicos, além de explorar temas como antipetismo, corrupção e a condição jurídica passada de seu principal adversário.

Por meio de sua retórica crítica à esquerda e sustentado por um projeto conservador voltado à defesa de princípios tradicionais, como família, pátria e propriedade, Bolsonaro atraiu o apoio de eleitores que compartilhavam seus ideais e estavam profundamente insatisfeitos com os partidos que governaram o país nas últimas décadas, especialmente o Partido dos Trabalhadores (Rennó, 2022, p. 147).

Isto é, contando com uma base consolidada de pessoas contrárias ao PT, Bolsonaro utilizou estratégia semelhante à de 2018. A intenção foi transmitir à população a ideia de que a esquerda brasileira apoiava temas rejeitados pela ala conservadora do eleitorado, como, por exemplo, determinadas pautas ligadas à população LGBTQIAPN+.

O contraponto que diferenciou a campanha de 2018 da de 2022 foi a centralidade ainda maior do voto religioso para os dois principais candidatos. Houve uma mudança na relação entre os campos político e religioso. Tanto Lula quanto Jair Bolsonaro perceberam que os votos católico e evangélicos seriam decisivos para definir o vencedor da eleição. O último pleito eleitoral para presidência no Brasil, em 2022, evidenciou a intensa interação entre os espectros políticos de direita e esquerda, com destaque para o embate no campo religioso cristão (Moreira; Hofmann, 2024, p. 2). Isso ocorreu porque Bolsonaro buscava ampliar sua presença entre os católicos, enquanto Lula procurava avançar no eleitorado evangélico.

Para alcançar esse voto, o ex-presidente Lula aproximou-se de lideranças evangélicas, isto é, personalidades vinculadas a grandes igrejas. Nesse processo, passou a divulgar um livro direcionado a esse público. Segundo a Gazeta do Povo, a obra tinha como título *Povo de Deus*, de autoria de Juliano Spyder, e abordava o crescimento dos seguidores das igrejas evangélicas nos últimos anos.

Diante disso, percebe-se que a devoção foi novamente inserida no contexto político como estratégia para que agentes públicos alcançassem o cargo de presidente. Assim, os discursos religiosos foram utilizados para legitimar posicionamentos políticos e estes foram ressignificados sob uma perspectiva religiosa (Moreira; Hoffmann, 2024, p. 3). Esse processo seguiu caminho semelhante ao de Bolsonaro, que participou de manifestações católicas, como a festa de Nossa Senhora Aparecida e, posteriormente, o episódio mais emblemático para este trabalho, o Círio de Nazaré.

Tais acontecimentos foram amplamente debatidos pela sociedade, especialmente no que diz respeito às fronteiras entre manifestação de fé e utilização da religião como instrumento da política brasileira. A partir da participação de agentes políticos em celebrações religiosas, passou-se a discutir até que ponto sua presença representa apenas uma expressão pessoal de fé ou uma estratégia para atrair o público religioso ao campo político e conquistar simpatizantes. Dessa forma, a religião consolidou-se como peça-chave nos conflitos políticos contemporâneos, especialmente em um contexto marcado pela polarização entre extrema direita e esquerda

Até que ponto a fé das pessoas deve ser utilizada no campo político? A religião precisa recorrer à devoção para manter sua influência na política? Por vivermos em uma democracia laica, a devoção individual não pode ser tratada como objeto de troca para que determinada religião permaneça influente no espaço político. A sociedade é livre para escolher seus caminhos, independentemente da ideologia política apoiada por sua religião. Embora a manifestação religiosa ocupe lugar importante na esfera pública, ela não deve ser instrumentalizada como ferramenta de poder.

Falar de laicidade no Brasil não é uma tarefa simples. Trata-se de um país em que mais de 80% da população, segundo dados do IBGE, identifica-se com o cristianismo, enquanto os sem religião já apresentam números superiores aos de algumas religiões minoritárias. O Estado brasileiro, portanto, não pode discriminar outras denominações religiosas por elas alcançarem percentual menor da sociedade quando comparadas às igrejas católicas e evangélicas. Em alguns estados da federação, municípios passaram a incluir shows religiosos em seus calendários culturais. Em Sergipe, por exemplo, cidades como Aracaju e São Cristóvão realizam eventos com diferentes grupos religiosos, embora as principais crenças cristãs recebem maior destaque.

Isso demonstra que a relação entre religião e esfera pública continua sendo objeto de debate. Embora exista o direito de manifestação religiosa, no Brasil, a manifestação religiosa de qualquer natureza é respeitada, porém [...] o termo Estado laico vem sendo utilizado como fundamento para a insurgência contra [...] o uso de símbolos religiosos em repartições públicas (Junior, 2022, p. 1152). Dessa forma, entende-se que a laicidade no país está longe de significar uma separação absoluta entre Estado e religião. Contudo, essa relação é atravessada por conflitos, negociações e interesses mútuos.

A presença de símbolos religiosos em diversos espaços públicos, como o crucifixo em destaque na Câmara dos Deputados, em Brasília, além de outros ambientes federais, estaduais e municipais, evidencia essa tensão. Se a laicidade fosse aplicada de maneira plenamente igualitária, o correto seria haver também símbolos de outras religiões, e não apenas os cristãos. Assim, trata-se de um Estado formalmente laico, mas cuja laicidade convive com o livre exercício religioso e com negociações permanentes entre os campos político e religioso.

Segundo Giumbelli (2008, p. 80), as relações entre Estado e religião no Brasil ficam mais inteligíveis se adotamos essa perspectiva histórica capaz de constatar as operações que produzem modos de presença. Para compreender essa relação, é necessário contextualizar como a religião se tornou parte central da esfera pública e como sua

participação foi, de certa forma, naturalizada. Ou seja, embora a laicidade esteja prevista em lei, sua construção no Brasil ocorreu por meio de ajustes históricos, pois, na prática, a Igreja e outros grupos religiosos ainda exercem papel relevante na política nacional.

De certa forma, o autor indica que a presença da religião na esfera pública brasileira vai além da simples implementação do Estado laico, envolvendo a maneira como essa presença foi historicamente construída. A problematização surge justamente porque leis, costumes e práticas sociais permitiram a participação da religião em debates políticos, mesmo em um país juridicamente laico.

No Brasil contemporâneo, a presença de agentes religiosos no campo político tornou-se cada vez mais frequente, especialmente daqueles ligados às igrejas evangélicas, que hoje possuem a principal bancada religiosa no Congresso Nacional. Contudo, o destaque evangélico não é recente, pois setores da sociedade foram estimulados a dar a sua contribuição. Esses grupos puderam influenciar nas decisões dos constituintes [...] o que mais se destacou na atuação no Congresso Constituinte foi o evangélico (Py; Reis, 2015, p. 139). Anos depois da consolidação da laicidade no país, lideranças de igrejas como a metodista começaram sua trajetória no campo político.

No contexto da inserção evangélica na política institucional brasileira, o pastor metodista Guaracy Silveira foi o primeiro evangélico a eleger-se deputado federal, em 1934, representando um marco na participação do protestantismo histórico na esfera política nacional.

A Constituinte de 1934 marcou a estreia dos protestantes na política nacional, favorecida pela nova legislação eleitoral e impulsionada pelas pretensões católicas. Ou seja, o ingresso protestante na política nacional ocorreu, até certo ponto, em reação à intenção católica daquele momento de recatolicizar a sociedade e o Estado. Nessa Constituinte, porém, a presença protestante resumiu-se a um único parlamentar, Guaracy Silveira, paulistano, pastor metodista, que se dizia socialista cristão, eleito praticamente pelo eleitorado evangélico. Ele foi reeleito para o Congresso em 1945, sendo novamente o único evangélico (Oro, 2006, p. 212).

Em uma sociedade polarizada, tanto política quanto religiosamente, as religiões cristãs passaram a disputar protagonismo não apenas em número de fiéis, mas também em disputas eleitorais. O caso citado acima representa apenas uma parte inicial desse processo de inserção do cristianismo brasileiro na política. No caso da Igreja Católica, após séculos de protagonismo nos campos religioso e político, sua influência foi gradativamente diminuindo, especialmente diante do crescimento das igrejas evangélicas no cenário político de um Estado laico.

Esse declínio também se relaciona ao fato de que lideranças religiosas católicas não podem disputar cargos públicos. Desde 1983, o Vaticano proíbe que líderes religiosos, como padres, bispos e arcebispos, participem diretamente da corrida eleitoral. De acordo com o Código de Direito Canônico, promulgado pelo Papa João Paulo II.

Can. 287: § 2. Não tomem parte activa em partidos políticos ou na direcção de associações sindicais, a não ser que, a juízo da autoridade eclesiástica competente, o exija a defesa dos direitos da Igreja ou a promoção do bem comum (Igreja Católica, 2003, p. 50).

A partir desse código, tais lideranças devem participar da política apenas quando necessário, de maneira indireta e não por meio da disputa de cargos.

A Igreja Católica veda a atuação direta do clero e incentiva a participação de leigos na política partidária, como forma de se dissociar do desgaste político e moral dos governos e das contingências do jogo partidário. Prefere atuar no campo político por meio do lobby da CNBB, da pressão direta de lideranças católicas sobre parlamentares e dirigentes políticos e da realização de parcerias com os poderes públicos (Mariano, 2011, p. 249).

Contudo, mesmo diante dessa orientação de participação indireta, há, no Brasil, padres que se filiaram a partidos e disputaram cargos políticos, inclusive para prefeituras. Em Sergipe, por exemplo, dois padres se tornaram prefeitos conhecidos em todo o estado. Um deles foi o ex-prefeito de Japaratuba, já falecido, Padre Gerard Olivier, conhecido como Padre Geraldo. Filiado a partidos como PMDB, atual MDB, e PT, exerceu quatro mandatos como prefeito.

Olivier conseguiu se eleger prefeito da cidade pela primeira vez no ano de 1988 e, no final da década de 1990, desligou-se dessa sigla, vinculando-se ao PT, sigla pela qual conseguiu se eleger prefeito por três vezes (Santos, 2013, p. 1692).

Destaca-se que o líder religioso se afastou das atividades da Igreja, dedicando-se exclusivamente à vida política. Por outro lado, na cidade de Nossa Senhora do Socorro, município da Grande Aracaju, o ex-prefeito conhecido como Padre Inaldo também governou o município por dois mandatos. Mesmo depois de ser desligado do estado clerical, continuou utilizando a denominação religiosa em suas campanhas eleitorais, buscando, de certa forma, manter a admiração de eleitores devotos.

Ao expor esses exemplos, é possível compreender que a Igreja Católica, diferentemente das igrejas evangélicas, buscou manter uma relação próxima com a política sem incentivar diretamente a atuação eleitoral de seus membros clericais. Contudo, alguns líderes contrariaram o que estabelece o Código de Direito Canônico e ingressaram no campo político. Por outro lado, grupos evangélicos encontraram na

política uma forma de propagar sua fé e levar para Brasília pautas como ideologia de gênero, família, costumes e outros temas de interesse religioso.

A participação evangélica na política desenvolveu-se gradualmente ao longo dos anos. O engajamento político dos evangélicos [...] tem crescido substancialmente ao longo das últimas décadas, sendo a Constituinte (1985-1988) o ponto de partida (Ferreira; Fuks, 2025, pp. 2-3). Esse engajamento pode ser observado na presença de personalidades e agentes religiosos ligados a partidos como Republicanos e PL, além de nomes indicados para cargos públicos, como o ministro André Mendonça, indicado por Bolsonaro ao Supremo Tribunal Federal.

Embora tenha sido batizado na Igreja Católica, Bolsonaro construiu uma ligação sólida com diferentes igrejas e lideranças evangélicas. Nomes como a senadora Damare Alves e o ministro André Mendonça, ambos ligados ao universo evangélico, fizeram parte do governo Bolsonaro em pastas ministeriais ou em cargos de destaque. Além deles, diversos deputados federais, como o pastor Sóstenes Cavalcante e Marco Feliciano, também compõem esse campo político-religioso.

Vale destacar também a presença de Silas Malafaia no governo Bolsonaro e em sua tentativa de reeleição. Segundo o jornal Estadão, durante o governo Bolsonaro, mesmo sem ocupar cargo público, Malafaia foi um dos principais conselheiros do presidente. Após 2022, tornou-se um dos principais organizadores dos atos em defesa de Bolsonaro, o que evidencia sua influência junto ao ex-presidente.

Figura importante no campo bolsonarista, Silas Malafaia participou de diversas manifestações ao lado de Jair Bolsonaro, sempre com discursos de forte conotação religiosa e conservadora. Foi o que ocorreu na manifestação de 7 de setembro de 2022, em Brasília, quando afirmou:

Nós cremos em Deus e a maioria vai derrotar essa cambada que quer voltar ao poder. Gente que teme a Deus, que respeita a família, que é a favor da vida e da liberdade. 90% da população é de cristãos, e eles não vão nos calar. É Bolsonaro outra vez, e Deus abençoe Bolsonaro (Uol, 2022).

Esse discurso, expressa a inserção direta da fé no âmbito político. A partir desse contexto político e religioso, nota-se a importância do eixo evangélico no cenário anteriormente exposto. A utilização de expressões religiosas pelo bolsonarismo não ocorre apenas como recurso retórico, mas como mecanismo de construção de identidade política. Ao associar sua candidatura a valores como Deus, família e defesa da vida, Bolsonaro produz um enquadramento discursivo no qual a disputa eleitoral deixa de ser

apresentada somente como uma divergência entre projetos políticos e passa a assumir uma dimensão moral (Vianna e Mendonça, 2023).

Nesse sentido, determinados adversários políticos deixam de ser representados apenas como opositores partidários e passam a ser associados a uma ameaça aos valores defendidos pelo grupo. Essa estratégia discursiva contribui para a formação de fronteiras simbólicas entre “nós” e “eles”, característica presente em movimentos políticos que constroem sua identidade a partir da diferenciação de um inimigo percebido como externo ou ameaçador (Laclau, 2013; Vaquera, 2022).

Deve-se enfatizar o papel da bancada evangélica para o governo bolsonarista, tanto no apoio recebido em 2018 quanto na tentativa de permanência no poder em 2022. Destaca-se que a bancada evangélica foi consolidada após a redemocratização do Brasil.

A partir da Assembleia Nacional Constituinte de 1986, ou seja, após a redemocratização do país, os evangélicos ingressaram em maior número na política e ganharam visibilidade na política brasileira. Nessa ocasião, foi implantada no Congresso Nacional a chamada “Bancada Evangélica”, uma bancada pluripartidária composta por 33 membros, sendo 18 deles do ramo pentecostal (Oro, 2006, p. 213).

Percebe-se que Oro destaca a criação da bancada evangélica em 1986. Contudo, é necessário considerar o aumento significativo de representantes evangélicos no Congresso Nacional. Como já mencionado anteriormente, apenas um deputado representando esse grupo foi eleito na Constituinte de 1934. Cinco décadas depois, esse número subiu para 33 parlamentares, demonstrando um crescimento expressivo. Esse avanço revela que a força evangélica na política brasileira já se encontrava em processo de expansão.

Com o passar do tempo, essa bancada fortaleceu-se e passou a reunir novos adeptos, especialmente em razão da mudança de mentalidade dos evangélicos em relação à participação política. Dessa forma, tal avanço não foi um fenômeno momentâneo, mas um processo que transformaria esse grupo em uma das forças mais influentes da esfera pública brasileira. Para Oro (2006, p. 215), em 2002, vale registrar que a ‘bancada evangélica’ saiu ainda mais fortalecida, com 59 parlamentares, sendo 23 deputados filiados às Assembleias de Deus, 22 vinculados ou apoiados pela Universal, 8 das igrejas batistas e os demais de outras denominações. Diante disso, percebe-se que, já na primeira eleição presidencial dos anos 2000, esse grupo se firmava no cenário político.

Em 2003, a bancada evangélica transformou-se em Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Embora reúna membros de diferentes orientações políticas, atualmente

a maior parte da frente parlamentar tende a apoiar o bolsonarismo em vez do lulismo, mesmo após a derrota de Bolsonaro para Lula em 2022. Destaca-se que o ex-presidente obteve mais votos entre evangélicos do que o atual presidente. Segundo o jornal Poder 360, a FPE é atualmente composta por 202 deputados federais e 26 senadores da República, sendo o PL o partido com maior número de representantes.

Ao analisar esse cenário, entende-se que, independentemente da não reeleição de Bolsonaro em 2022, a base da bancada evangélica dificilmente apoiará majoritariamente a política de esquerda. Como já foi salientado, o ex-presidente soube, ao longo de sua trajetória política, utilizar o contexto religioso para se autopromover e construir uma relação sólida com a Frente Parlamentar Evangélica. Trata-se de uma aliança que produziu resultados políticos concretos.

O fortalecimento dessa articulação entre religião e política contribuiu para a formação de um ambiente favorável ao surgimento e consolidação do bolsonarismo enquanto fenômeno político. Mais do que uma simples identificação eleitoral com Jair Bolsonaro, o bolsonarismo pode ser compreendido como uma forma específica de mobilização política baseada na combinação entre conservadorismo moral, crítica às instituições tradicionais, valorização de uma ideia de ordem social e utilização constante de símbolos religiosos como instrumentos de pertencimento coletivo (Machado et al. 2019; Petrarca, 2021).

Para Almeida (2019), o bolsonarismo articula elementos do conservadorismo nos costumes, do liberalismo econômico e de uma visão política marcada pela oposição a grupos identificados como ameaças à família, à religião e aos valores considerados tradicionais. Dessa maneira, a religião não aparece apenas como uma característica individual dos seus apoiadores, mas como um elemento constitutivo da própria identidade política construída pelo movimento.

Nesse sentido, mais do que uma aliança política circunstancial, essa aproximação revela uma dimensão central do bolsonarismo: sua capacidade de embaralhar as fronteiras entre religião e política. Ao mobilizar valores, símbolos e discursos religiosos como elementos de legitimação política, o bolsonarismo transforma a fé em recurso de ação pública, ao mesmo tempo em que politiza o campo religioso, produzindo uma zona de interseção na qual essas esferas deixam de operar de forma claramente separada.

Figura midiática e muito presente nas redes sociais, Jair Messias Bolsonaro tornou-se, a partir das transformações políticas iniciadas após o impeachment de Dilma

Rousseff e do desconforto de parte significativa da população com a situação do Brasil desde 2014, o principal rosto da extrema direita brasileira e do movimento bolsonarista. A conexão com esse movimento fortaleceu não apenas o campo político-partidário, mas também estimulou debates relacionados à ética, aos valores cristãos e à ideia de que Bolsonaro salvaria o Brasil daqueles que supostamente queriam destruir a família tradicional brasileira. Dessa forma, os limites entre o espaço político e o religioso passaram a se converter em conflitos ideológicos e também eclesiais.

A dupla face do bolsonarismo aparece de maneira significativa na memética, isto é, no estudo formal dos memes, conceito criado por Dawkins na obra *O gene egoísta*. Essa dimensão se revela nas controvérsias e contradições da cultura humana, principalmente ao fundir ideias religiosas com sistemas políticos que permitiram a Bolsonaro, quando candidato à presidência, utilizar slogans como “direitos humanos, esterco da vagabundagem” e “Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (Junior; Fargoni, 2020, p. 19).

O meio utilizado pelo bolsonarismo para propagar seus discursos foi o mesmo por meio do qual Bolsonaro se consolidou publicamente: falas políticas, imagens direcionadas às redes sociais e, sobretudo, menções cristãs, como citações bíblicas. Com isso, percebe-se que o entrelaçamento entre essas esferas tornou-se mais visível e explícito. O movimento compreendeu que as redes sociais teriam papel central na transformação de seus princípios em engajamento político, visto que vários simpatizantes do bolsonarismo possuem milhares de seguidores em plataformas como Instagram e X, antigo Twitter.

Independentemente da situação política de Bolsonaro após as eleições de 2022, sua figura ainda permanece influente dentro do bolsonarismo. Desde 2018, a defesa desse grupo em torno de Jair Messias Bolsonaro tem sido intensa, inclusive em situações desfavoráveis, como sua derrota no último pleito presidencial. Dessa forma, o “bolsonarismo” abarca uma ampla gama de entendimentos, geralmente associados à forma de pensar e agir de pessoas bolsonaristas, isto é, aquelas dispostas a “brigar” por Bolsonaro (Filho, 2024, p. 28). Isso demonstra que o bolsonarismo não é um movimento passageiro, mas um grupo político sólido, disposto a seguir os passos do ex-presidente.

Como foi exposto em outros momentos, vários líderes religiosos, especialmente evangélicos, ligados ou não formalmente ao bolsonarismo, frequentemente apresentam Bolsonaro como alguém enviado por Deus. Em 2019, por exemplo, o pastor Steven Kunda, da República Democrática do Congo, residente na França, afirmou em entrevista à Rede Super, emissora evangélica de Minas Gerais vinculada à Igreja Batista da

Lagoinha, que “Deus lhe informou sobre a missão atribuída a Bolsonaro” (Steven Kunda à Rede Super).

Na mesma entrevista, Kunda declarou: “Eu não moro aqui. Mas falo da parte de Deus. Vocês aceitando ou não, você seja de esquerda ou de direita, o senhor Jair Bolsonaro é o Ciro do Brasil. Deus o escolheu para um novo tempo”. Essa entrevista, concedida a uma televisão evangélica que apoiou o bolsonarismo nas últimas eleições, revela dois aspectos importantes da relação político-religiosa que sustenta esse movimento: primeiro, a utilização de agentes religiosos para propagar a fé em torno de uma liderança política; segundo, a divulgação dessa conotação religiosa por agentes políticos, como o próprio ex-presidente e outros nomes ligados ao movimento, entre eles o então deputado federal Eduardo Bolsonaro.

Aqui cabe uma observação importante, segundo reportagem da revista Carta Capital, a TV Rede Super, vinculada ao pastor André Valadão, recebeu do governo Bolsonaro, em 2022, ano eleitoral, cerca de R\$217 mil em dinheiro público. Diante disso, compreende-se que religião e política passaram a operar em uma espécie de simbiose, na qual uma esfera se beneficia da outra. Ou seja, trata-se de uma aproximação político-religiosa que, de certa forma, articula-se diretamente ao bolsonarismo.

Segundo Moraes (2025, p. 63), a utilização da religiosidade no bolsonarismo se caracteriza como uma faceta estética que reforça uma visão de mundo específica, na qual a política se transfigura em uma espécie de batalha moral entre o bem e o mal. A partir desse ponto de vista, é possível compreender que Bolsonaro não atua apenas como líder político, mas também como parte de uma estrutura simbólica que evidencia o conflito entre as esferas religiosa e política.

Dessa forma, ao analisar a ideia de batalha moral apontada por Moraes no texto *Bolsonarismo: perspectivas estéticas e morais na configuração da extrema direita brasileira*, percebe-se que, para o bolsonarismo, o bem é associado a Bolsonaro e à direita, enquanto o mal é associado a Lula e à esquerda. Essa narrativa refletiu-se concretamente nas eleições de 2022, principalmente na disputa pelos votos da população cristã brasileira, que representa parcela significativa do eleitorado nacional.

Posto isso, a participação do ex-presidente em festas católicas, como o Círio de Nazaré de 2022, não produziu o efeito eleitoral esperado entre os católicos. Segundo dados do Ipec e do Datafolha divulgados pela BBC Brasil antes do primeiro turno, Bolsonaro tinha a preferência de apenas 26% e 27% dos católicos, respectivamente, enquanto Lula liderava com 52% e 54%. Por outro lado, entre os evangélicos, Bolsonaro

registrava 48% e 51% das intenções de voto, enquanto Lula aparecia com 31% e 28%, respectivamente.

De forma geral, até o presente momento, o capítulo apresentou algumas questões centrais relacionadas à religião e à política. Em primeiro lugar, destaca-se que, nas eleições de 2018 e 2022, foi possível perceber uma presença maior de pessoas ligadas a movimentos religiosos no ambiente político. Esses agentes passaram a debater não apenas assuntos do campo religioso, mas também pautas de interesse político. A maior atuação ocorreu entre lideranças religiosas ligadas às igrejas evangélicas, embora isso não signifique ausência de participação católica.

Por possuírem maior aproximação com Bolsonaro, “caciques” evangélicos como os pastores André Valadão, da Igreja Batista da Lagoinha; Silas Malafaia, da Assembleia de Deus Vitória em Cristo; Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus; Valdemiro Santiago, da Igreja Mundial do Poder de Deus, entre outros, utilizam seus espaços religiosos para propagar apoio ao candidato, tornando-se também mediadores políticos.

Além disso, não se deve esquecer a ideia difundida por algumas lideranças religiosas e políticas de que aqueles que não apoiassem Bolsonaro não estariam do “lado certo” da história. Ou seja, o lado correto seria o de Jair Bolsonaro e dos cristãos que o apoiavam. Para isso, como já salientado, utilizaram passagens bíblicas, slogans com expressões religiosas e a ideia de que Bolsonaro seria uma liderança enviada por Deus. Para disseminar essas ideias, recorreram às redes sociais, nas quais os bolsonaristas são bastante ativos, especialmente no X, além de emissoras de rádio e televisão ligadas ao universo evangélico, muitas delas vinculadas às lideranças religiosas citadas anteriormente.

Em segundo lugar, destaca-se que o bolsonarismo não se limita ao espaço político; ao contrário, circula também de forma intensa na configuração religiosa do país. Esse movimento, originalmente político, conseguiu algo que outros fenômenos políticos, como o lulismo, não alcançaram na mesma proporção: consolidar uma base significativa e estável no meio religioso, além de incorporar referências cristãs em seus discursos. O bolsonarismo uniu duas esferas historicamente controversas em torno de uma figura central: Bolsonaro, apresentado por seus apoiadores como o escolhido, o “messias” capaz de salvar o Brasil da suposta tirania esquerdista e progressista. É nesse sentido que o pastor Kunda o chamou de “Ciro do Brasil”.

Outro ponto importante para compreender esse grupo é a utilização de pautas contrárias às agendas associadas à esquerda, como família tradicional e aborto. Trata-se de temas conservadores abordados no bolsonarismo sob uma perspectiva religiosa e não apenas política. Destaca-se ainda que muitos seguidores reproduzem falas preconceituosas, homofóbicas e transfóbicas. Um exemplo que fortalece essa ideia conservadora foi o caso da deputada federal Erika Hilton, do PSOL de São Paulo, quando foi nomeada presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados. Por ser uma mulher trans, diversos apoiadores do bolsonarismo produziram e divulgaram falas transfóbicas, como ocorreu com a deputada federal católica Júlia Zanatta.

Segundo reportagem do portal Metrôpoles, divulgada em março de 2026, Zanatta patrocinou uma postagem que dizia: “agora temos uma comissão da mulher trans”. Isso evidencia a afinidade desse movimento com pautas conservadoras e com discursos de exclusão. Dessa forma, a compreensão do bolsonarismo como fenômeno político-religioso passa pela utilização da fé no âmbito político e pela atuação de lideranças religiosas, com ou sem cargos institucionais, na difusão de temáticas ligadas a princípios religiosos, fortalecendo a conexão entre política e religião.

Em terceiro lugar, embora o Brasil seja um país laico, no qual todas as religiões deveriam possuir os mesmos direitos, sejam elas cristãs ou não, observou-se que a laicidade foi tensionada durante as duas últimas eleições nacionais pela intensificação da relação entre política e religião, especialmente a partir de discursos de forte teor religioso.

Em 2022, por exemplo, lideranças religiosas utilizaram celebrações como a Marcha para Jesus como palanque de apoio a Bolsonaro. Em São Paulo, segundo a revista Carta Capital, o apóstolo Estevam, ao lado do candidato, afirmou: “São Paulo está vendo a maior demonstração de que este país está aos pés de Jesus Cristo e orem por Bolsonaro”. Por outro lado, os próprios políticos passaram a disseminar discursos direcionados ao público cristão, conquistando espaços centrais no debate eleitoral. Assim, a fronteira entre política, religião e laicidade foi tensionada a partir do momento em que um líder político passou a ser apresentado como alguém enviado por Deus, evidenciando a fragilidade de um Estado que, embora se declare laico, convive com forte presença religiosa na esfera pública.

3.2 Discursos em disputa: políticos, clérigos e fiéis

É válido afirmar que as eleições de 2022 ficaram marcadas por diferentes fatores, entre eles o retorno de Luiz Inácio Lula da Silva à disputa eleitoral, a tentativa de Jair Messias Bolsonaro de permanecer no cargo e o acirramento da disputa em torno do voto religioso. Nesse contexto, a participação de agentes políticos em celebrações religiosas tornou-se um elemento significativo da corrida eleitoral.

Ainda que a presença de agentes políticos em manifestações de cunho religioso não seja algo inédito, a participação de um dos candidatos à Presidência da República na principal celebração religiosa católica da região Norte do país, o Círio de Nazaré, desencadeou uma controvérsia social que extrapolou o acontecimento em si, sobretudo no que se refere à discussão sobre o uso da fé na disputa eleitoral. A partir da presença de políticos como Bolsonaro, torna-se possível discutir até que ponto a relação entre religião e política pode interferir no sentido da festa, que, para a população, representa um momento de devoção.

Por se tratar de uma manifestação popular de grande repercussão, o Círio de Nazaré passou a atrair lideranças de diferentes esferas políticas. O caso aqui tratado demonstrou que a celebração religiosa não é utilizada apenas como meio de devoção e expressão da cultura paraense, mas também como um importante espaço de propagação de discursos e, sobretudo, de disputas político-partidárias e simbólicas.

Desse modo, o episódio pode ser compreendido como um campo de disputas sobre a definição de significados e categorias (Montero, 2015, p. 1), no qual a presença de Bolsonaro provocou uma disputa institucional entre as esferas pública e religiosa, além de diferentes manifestações produzidas pelos sujeitos enunciadore aqui tratados: agentes políticos, clérigos e devotos católicos. Houve reações distintas entre aqueles que apoiavam sua participação e aqueles que a repudiavam. A primeira reação partiu da assessoria de Bolsonaro que, segundo reportagem da Rede Liberal, afirmou que sua presença ocorria estritamente na condição de “chefe de Estado”, e não como candidato à reeleição.

Para Paula Montero (2012, p. 177), quem e o que se pode dizer passa sempre por um processo historicamente determinado de produção de legitimidade para falar e produção de legitimidade sobre o que pode ser dito, evidenciando, assim, um conflito em torno das diferentes percepções atribuídas à participação de Jair Messias Bolsonaro na

manifestação religiosa. De um lado, o episódio foi compreendido como um fato político; de outro, como um ato religioso voltado à demonstração de devoção a Nossa Senhora.

Pode-se afirmar que essa narrativa também foi difundida por membros do governo, como o então ministro das Comunicações, Fábio Faria, ao publicar um vídeo em seu perfil na rede social X no qual o candidato aparecia sendo abençoado por um padre presente na embarcação que conduzia a imagem de Nossa Senhora de Nazaré. Contudo, uma publicação feita no antigo Twitter por Eduardo Bolsonaro enfraqueceu essa narrativa. Na postagem, divulgada pelo site independente Ponto de Pauta, Eduardo destacou: “barqueata pró Bolsonaro no Pará agora”.

Figura 14: Post de Eduardo Bolsonaro sobre a Barqueata em Belém após a Romaria Fluvial do Círio de 2022



Fonte: Site de notícias Ponto de Pauta em 2022

A imagem acima, publicada por Eduardo Bolsonaro, faz parte da Romaria Fluvial da qual seu pai participava e foi registrada no dia 8 de outubro de 2022. Entretanto, ao divulgá-la como se as embarcações integrassem um ato político, o deputado reforçou uma interpretação que ultrapassava o campo estritamente religioso. Diante disso, surge a questão: até que ponto a presença de Jair Messias Bolsonaro tratou-se apenas de uma demonstração de devoção?

Evidenciando o caráter controverso do episódio, parte da sociedade discordou da ideia de que se tratava somente de um ato de fé. Para muitos, a imagem transmitida era a de que o governo da época estava instrumentalizando a religiosidade popular, especialmente porque lideranças políticas da região, como o governador do Pará, Helder Barbalho, do MDB, aliado do então candidato à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva,

criticaram o uso do Círio para fins eleitorais. Além disso, outras personalidades políticas, como Flávio Dino, que à época era candidato ao Senado pelo Maranhão e ligado à esquerda, também criticaram a presença de Bolsonaro na festa religiosa, chegando a classificá-lo como um “falso religioso”. Vale destacar que, atualmente, Flávio Dino não possui filiação partidária e ocupa o cargo de ministro do STF. Naquele contexto, o próprio Lula também criticou a participação de Bolsonaro.

Além do meio político, outro setor que repudiou a participação do candidato do Partido Liberal foi o clerical, tanto por representantes da Igreja Católica em Belém quanto pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Ambos ressaltaram que a religião, enquanto instrumento de fé, não deveria ser inserida em uma disputa eleitoral.

Em relação à reação dos fiéis, ela pode ser compreendida de duas formas: houve aqueles que associaram negativamente a presença do político e outros, simpatizantes do então presidente, que saudaram sua participação. Ou seja, enquanto um grupo classificou sua presença como lamentável, outro a interpretou apenas como um gesto direcionado aos fiéis católicos, sobretudo porque outras personalidades políticas já haviam participado anteriormente da celebração.

Diante dessas múltiplas interpretações, a controvérsia se estabelece, segundo Paula Montero (2012, p. 178), quando a multiplicidade de pontos de vista se torna visível e pode ser descrita simultaneamente; e, finalmente, quando uma variedade de atores, não apenas religiosos, pode ser observada em suas interações. Os diferentes enunciados aqui apresentados demonstram como o episódio produziu intensas controvérsias.

A disputa de poder nas eleições de 2022, como já apresentado, extrapolou o contexto exclusivamente político quando Bolsonaro e seus aliados participaram da Romaria Fluvial do Círio de Nazaré não apenas como devotos, mas como agentes inseridos na disputa pela Presidência da República. Essa participação ganhou ainda mais repercussão porque sua ida a Belém ocorreu uma semana após o primeiro turno do pleito, no qual o candidato havia sido derrotado por seu principal concorrente na preferência do eleitorado católico, especialmente no estado do Pará.

Segundo dados do IBGE divulgados pelo jornal O Liberal, o estado concentra a maior proporção de católicos da região Norte do país. A partir dessa perspectiva, percebe-se que a ida de Bolsonaro foi compreendida como um movimento controverso, no qual sua presença em um espaço simbólico como o Círio representava uma estratégia relevante na tentativa de aproximação do voto religioso católico.

O texto já deixou claro que o caso aqui tratado vai além de uma eventual campanha eleitoral. Ele apresenta, entre outros aspectos, um contexto controverso em que cada agente aqui exposto procurou, à sua maneira, oferecer uma interpretação sobre o significado da participação de Bolsonaro na manifestação católica. O mais importante nesse cenário é compreender como os agentes fundamentaram seus argumentos e quais instrumentos utilizaram para construir sentidos legítimos sobre o episódio.

O ponto central da controvérsia, portanto, não está somente na presença física de Jair Bolsonaro no Círio de Nazaré, mas na disputa pelo significado atribuído a essa presença. Enquanto seus apoiadores buscaram enquadrá-la como demonstração legítima de fé de um presidente católico diante de uma manifestação religiosa tradicional, seus críticos interpretaram o episódio como uma tentativa de apropriação política de um símbolo religioso. A disputa ocorreu, portanto, no campo da produção de sentidos. Mais do que definir se houve ou não instrumentalização da religião, interessa compreender como diferentes atores mobilizaram argumentos, símbolos e autoridades para estabelecer interpretações consideradas legítimas sobre o acontecimento (Monteiro, 2012; Vianna e Mendonça, 2023).

Assim, Bruno Latour (2012, p. 44) sugere que a tarefa de definir e ordenar o social deve ser deixada aos próprios atores, não ao analista. É por isso que, para recuperar certo senso de ordem, a melhor solução é rastrear as conexões entre as próprias controvérsias, e não tentar decidir como resolvê-las. Diante disso, a análise aqui proposta não busca legitimar ou apontar quem estava certo acerca da presença do candidato à reeleição no ato religioso, mas compreender como essas diferentes percepções foram construídas no conflito.

Cada narrativa desenvolvida em torno do caso busca sustentar sua própria perspectiva e legitimar sua convicção. Nesse processo, cada enunciado influencia e também pode ser influenciado pelos demais, independentemente do contexto ou da situação. O sistema social apresenta cenários em que interpretações distintas entram em tensão, dificultando, assim, a consolidação de consensos. Ou seja, uma interpretação pode não corresponder ao entendimento de outro agente, visto que as percepções atribuídas ao episódio variam conforme o ponto de vista de cada ator envolvido.

Conforme aponta Bruno Latour, um ator pode deslocar-se entre diferentes grupos à medida que seus princípios vão se modificando. Isto é, ele não permanece fixado em um único agrupamento. Assim, os grupos se desenvolvem de forma diagonal, volúvel, questionável e, principalmente, adaptável. Somos recrutados para participar de um grupo

por uma série de intervenções que dão visibilidade àqueles que argumentam em favor da relevância de um agrupamento e da irrelevância de outros (Latour, 2012, p. 51-52).

Pode-se compreender que os atores envolvidos no contexto do Círio estabelecem relações com diferentes grupos, evidenciando que o agente influenciador pode ser levado a modificar seus valores e, ao mesmo tempo, influenciar outros sujeitos. Dessa forma, a função do observador não é determinar previamente se houve, por parte do político, uso da religião, mas compreender como os demais agentes associaram o candidato à celebração, sobretudo porque a manifestação ocorre em espaço público.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que o acontecimento aqui analisado demonstra que os grupos em torno do Círio não se apresentaram como agrupamentos estáveis ou previamente definidos, mas como elementos em contínua negociação. Os agrupamentos precisam ser feitos ou refeitos constantemente e, durante essa criação ou recriação, os construtores deixam para trás inúmeros traços que podem ser usados como dados pelo informante (Latour, 2012, p. 59). Quando um indivíduo cogita participar de determinada festa, seja religiosa ou não, sua presença tende a gerar algum tipo de julgamento, positivo ou negativo. Sempre existirão questionamentos sobre o real motivo dessa participação, e com Jair Messias Bolsonaro não foi diferente.

Antes mesmo de chegar a Belém do Pará, a simples possibilidade de sua participação no Círio já produzia diferentes interpretações na mídia. Ao marcar presença no evento, Jair Messias Bolsonaro desencadeou, em alguns setores, distintas compreensões acerca de seu comparecimento, e cada grupo procurou validar seu próprio ponto de vista sobre o ocorrido. Contudo, o aspecto central aqui não é legitimar uma narrativa específica, mas compreender como cada uma delas se apresentou na esfera pública. Ou seja, de que maneira, a partir desses agrupamentos, as controvérsias foram sendo construídas.

O entendimento que permanece é que o episódio relacionado ao Círio de Nazaré não deve ser compreendido apenas como um acontecimento religioso, mas também como um espaço em que se evidenciam disputas por poder simbólico, posicionadas na conexão entre três campos centrais: o político, o religioso e o midiático. Nesse cenário, múltiplos agentes competem pela autoridade de estabelecer o significado legítimo do Círio. Assim, agentes políticos, religiosos e midiáticos mobilizam diferentes formas de capital simbólico com o intuito de sustentar interpretações distintas sobre a participação do candidato do PL.

Sob essa perspectiva, cada agente envolvido mobiliza sua autoridade em defesa de sua posição. Isto é, quando um líder religioso explicita sua indignação quanto ao uso político da festa, ele se encontra respaldado por representar o sagrado, detendo, assim, autoridade simbólica. Por outro lado, a visibilidade midiática atua como instrumento capaz de construir e ampliar o capital simbólico desses agentes, além de legitimar determinadas interpretações em detrimento de outras. Já os agentes políticos mobilizam esse capital ao se apropriarem de conotações religiosas, como passagens bíblicas, na tentativa de se aproximar dos devotos.

Nesse sentido, Pierre Bourdieu (2003, pp. 7-8) destaca que o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber a que estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Quando os agentes políticos acenam para os fiéis utilizando essas conotações, trata-se de uma estratégia que tende a ser recebida como legítima. Isso ocorre porque, no momento em que o agente aparece associado à religião, passa a ser percebido como alguém confiável. Ou seja, os devotos muitas vezes não identificam que estão inseridos em uma relação de dominação simbólica.

Seguindo a perspectiva de Pierre Bourdieu e aplicando-a ao contexto do Círio, entende-se que os atores públicos favoráveis a Bolsonaro enxergavam sua presença na festa como algo natural, uma vez que sua figura era apresentada como a de um homem religioso, conferindo-lhe legitimidade. Esse processo ocorre, em certa medida, porque o poder simbólico atua de forma muitas vezes imperceptível tanto para o agente influenciado quanto para quem exerce a influência.

Dessa forma, o poder simbólico se manifesta no momento em que as construções sociais impostas por diferentes autoridades deixam de ser questionadas. Sendo assim, a relação do então presidente com a manifestação religiosa foi interpretada como uma demonstração espontânea de fé, e não como um processo previamente construído, legitimando sua participação perante parte dos devotos.

Para compreender esse processo, é importante destacar que, segundo Pierre Bourdieu (2001, p. 11), as relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material ou simbólico acumulado pelos agentes. Assim, a participação do agente político no Círio insere-se tanto em um diálogo com os devotos quanto em uma estratégia respaldada pelo capital simbólico, produzindo, desse modo, legitimidade.

A sociedade transforma-se ao longo do tempo e, a cada momento, novos conflitos surgem, sobretudo porque os indivíduos se mobilizam por múltiplos regimes que se fortalecem ao longo dos anos. Trata-se, portanto, de um processo dinâmico que vai se moldando a partir das ações de determinados grupos. No caso do Círio de Nazaré, não é diferente, visto que, desde sua origem, há mais de duzentos e trinta anos, a celebração passa por constantes transformações. Trata-se de uma manifestação religiosa marcada por disputas entre diferentes grupos.

Destaca-se que o episódio ocorrido na festa religiosa apresentou peculiaridades relacionadas aos agentes que atuaram nesse caso controverso. Cada um deles expôs sua própria compreensão na tentativa de legitimar seu ponto de vista. Diante disso, percebe-se que, enquanto os representantes religiosos utilizaram a tradição para respaldar a continuidade da festa entendendo, juntamente com os devotos contrários à presença de Bolsonaro, que aquele momento deveria estar voltado estritamente ao campo religioso, a classe política mobilizou argumentos ligados tanto à urgência quanto à oportunidade.

Nesse caso, o contexto representou uma ocasião para setores políticos, favoráveis ou contrários à participação do candidato, exporem publicamente seus argumentos sobre o ocorrido. Além disso, havia o interesse em marcar presença em uma celebração de grande proporção e, consequentemente, consolidar apoio político em um momento decisivo. Já o setor midiático também mobilizou a lógica da urgência e da oportunidade para obter repercussão e audiência em torno de um episódio que ganhou projeção nacional. Ou seja, a rapidez na divulgação de acontecimentos dessa natureza contribui diretamente para a ampliação dos debates públicos.

Vale destacar que é possível compreender o Círio a partir da perspectiva das controvérsias de longa duração, proposta por Francis Chateauraynaud. Segundo o autor, as controvérsias de longa duração, cujos pontos de origem são sempre discutidos e cujo encerramento é incerto, suscitam a questão da lógica de investigação mais apropriada (Chateauraynaud, 2011, p. 1). Desse modo, nota-se que, embora os objetivos centrais da festa permaneçam os mesmos, os agentes e os sentidos atribuídos à festividade modificam-se ao longo do tempo.

Ao analisar essa ideia de controvérsia, percebe-se que ela não possui um ponto fixo, mas um movimento que se atualiza conforme as circunstâncias. Assim, quando um acontecimento ocorre em novos contextos, suas interpretações tendem a ser modificadas, sobretudo porque surgem novos agentes e argumentos. Contudo, essas transformações continuam relacionadas às interpretações construídas anteriormente. Dessa forma, o

evento pode manter seu objetivo central, mas novas compreensões passam a ser formuladas por outros atores.

Em si, a lacuna causada pela atenção aos processos de transformação não pode aparecer senão como elementar do ponto de vista histórico: uma simples troca de argumento em uma arena pública, em um determinado momento, só tem sentido ou impacto em referência a uma longa série de provas anteriores, a partir da qual ela produz uma forma de reescritura ou reinterpretação (Chateauraynaud, 2011, p. 9).

Diante do exposto, compreende-se que as controvérsias se constroem a partir de acontecimentos e disputas anteriores, enfatizando, assim, seu caráter dinâmico e historicamente constituído.

A partir de agora, o trabalho analisará as principais vozes discursivas presentes no caso do Círio de Nazaré durante as eleições presidenciais de 2022. Para melhor compreensão do discurso de cada agente, esta seção foi dividida em quatro eixos. Nesse primeiro momento, a análise terá como personagem principal o candidato à reeleição Jair Messias Bolsonaro e seus aliados.

Assim que chegou a Belém, no dia 7 de outubro, um dia antes da Romaria Fluvial, o candidato afirmou, em uma live, que sua participação ocorreria “como cidadão”, construindo, assim, uma narrativa de que sua presença se daria na condição de fiel, e não de agente político. No dia da romaria, o gabinete do candidato, com o objetivo de desassociar sua participação de um ato político, destacou que aquele momento o representava como chefe do Poder Executivo. Nesse contexto, buscava-se enfatizar que sua presença não deveria ser interpretada como ato eleitoral.

Ao analisar essas duas expressões “como cidadão” e “chefe de Estado”, percebe-se que o então presidente procurou apresentar sua presença como algo natural, sobretudo porque o Círio é um evento público. Alguns de seus aliados, como o deputado federal pelo Pará Éder Mauro, publicaram vídeos em redes sociais, dias antes da ida de Bolsonaro ao Pará, afirmando que “a romaria fluvial, presidente, te aguarda; o povo católico do Pará lhe aguarda”. Ao fazer essas declarações, o deputado constrói uma narrativa de acolhimento e procura amenizar, antecipadamente, possíveis conflitos com a Igreja. Contudo, tais afirmações também poderiam sugerir que todos os presentes acolheriam o presidente de forma homogênea, deixando de lado divergências políticas e ideológicas.

Ao identificar-se como cidadão, o então presidente deslocou sua imagem do campo político para o religioso, especialmente quando, na mesma live, declarou ser “um homem católico”. Ou seja, enquadrou sua presença como um gesto de respeito à fé e à tradição, colocando-se como um indivíduo comum diante dos demais devotos. Ao mesmo

tempo, utilizou a imagem de homem católico como estratégia de aproximação com o eleitorado religioso, especialmente com aqueles que ainda não possuíam posição política definida para o segundo turno das eleições. Outra estratégia utilizada foi sua tentativa de cantar, segundo publicação no Instagram do portal QB News Brasil, a música “Senhora da Berlinda”.

Nesse segundo momento, será analisada a manifestação da hierarquia católica, representada pela Arquidiocese de Belém. Inicialmente, é importante destacar que a Arquidiocese não proíbe ninguém de participar da festividade. Contudo, ao divulgar uma nota sobre o ocorrido, o arcebispo de Belém, Dom Alberto Taveira Corrêa, deixou claro que deveria existir um limite entre a celebração religiosa e a presença de figuras políticas.

Quando o líder católico do Pará afirma que “cabe ao Arcebispo de Belém a condução da imagem peregrina em todas as etapas de embarque e desembarque do navio Garnier Sampaio”, deixa explícito que não haveria permissão para que qualquer agente político conduzisse a santa, sendo essa uma atribuição exclusiva da liderança religiosa. Isso demonstra que o problema não era a participação no ato religioso em si, mas a tentativa de obtenção de benefícios políticos a partir dele.

Na mesma nota, Dom Alberto Taveira Corrêa destaca que “não desejamos e nem permitimos qualquer utilização de caráter político ou partidário das atividades do Círio”. Ao encerrar a nota com esse posicionamento, o arcebispo reafirma quem exerce a liderança da manifestação religiosa. Além disso, o discurso da Igreja enfatiza que o Círio é uma festividade plural, que não se alinha nem à direita nem à esquerda, e que não aceitará instrumentalizações eleitorais. Ou seja, trata-se de uma celebração que não possui partido político.

O terceiro momento expõe o discurso da oposição política, principalmente de dois agentes do Pará: o então prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e o então governador Helder Barbalho. Em vídeo publicado nas redes sociais e divulgado pelo portal G1, o prefeito afirmou que “a fé de todos os paraenses não pode ser sequestrada”. Essa declaração evidencia o forte sentimento de pertencimento que o povo paraense mantém em relação a Nossa Senhora de Nazaré e ao Círio.

Ao utilizar, na mesma frase, as expressões “fé” e “sequestrada”, percebe-se que a religiosidade, a cultura e a história de uma sociedade precisam ser respeitadas, sobretudo porque quem participa do Círio não está em busca de um agente político para glorificar, mas para expressar sua devoção e espiritualidade. Para o prefeito, a ida de Bolsonaro não

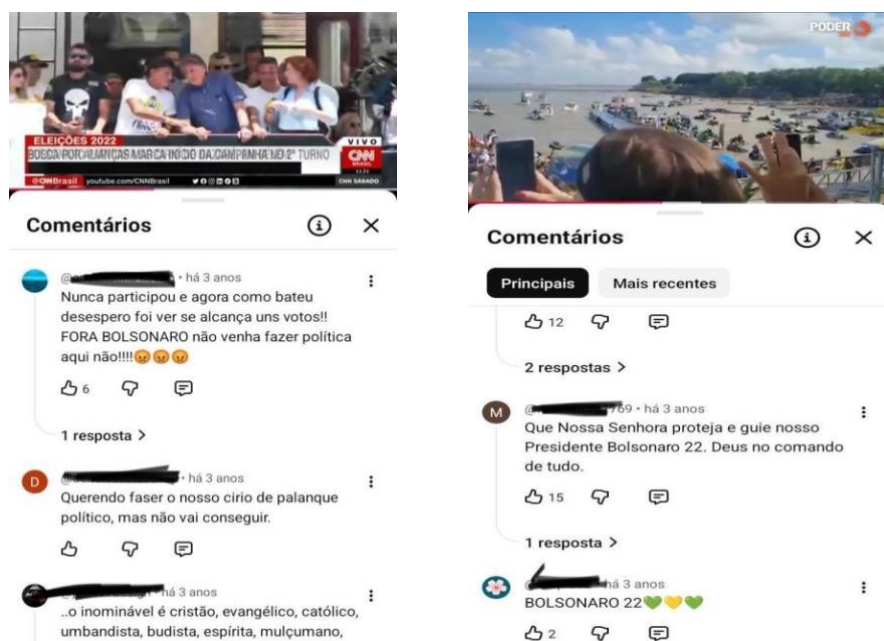
representava apenas uma participação, mas uma tentativa de apropriação simbólica da celebração.

Já na manifestação de Helder Barbalho, em entrevista concedida à GloboNews, o então governador destacou que “o Círio de Nazaré é intocável e nenhum político pode se apropriar”. Esse discurso reforça a ideia de que a festa é inviolável, especialmente quando ações políticas tentam interferir em sua prática religiosa. Além disso, reafirma que qualquer agente político deve compreender que o evento não é realizado para fins eleitorais.

A quarta e última voz discursiva é a dos fiéis presentes na manifestação. As reações das pessoas que participaram da Romaria Fluvial funcionaram como um termômetro para medir o significado da presença de Bolsonaro dentro dessa tentativa de apropriação política do Círio. Como já foi salientado no primeiro capítulo desta dissertação, a população paraense e de outras localidades ficou profundamente dividida diante dessa participação.

Vídeos que circularam na internet à época registraram o momento em que Jair Bolsonaro se dirigia ao trapiche do distrito de Icoaraci, local de saída da romaria, sob gritos de “Fora Bolsonaro”, vaias e expressões como “respeita Nossa Senhora de Nazaré”. Em contrapartida, seus apoiadores reagiram positivamente à sua presença, com aplausos e frases como “Nossa Senhora de Nazaré vai te abençoar”, “obrigado por visitar a gente” e “mito”. Esse contraste também ficou evidente nas publicações feitas no YouTube por canais como CNN e Poder 360, entre outros. Os comentários demonstram claramente a polarização em que o Brasil se encontrava naquele momento e que permanece até os dias atuais.

Figura 15: Comentários feitos nas reportagens da CNN Brasil e do Portal Poder 360 favoráveis e contrários à presença de Jair Bolsonaro na Romaria Fluvial.



Fonte: Páginas do YouTube dos canais CNN Brasil e Poder 360 em 2022

A partir das diferentes reações citadas acima, ficou evidente que, enquanto os grupos contrários não compactuavam com o que estava acontecendo, Bolsonaro era visto por esses atores como uma *persona non grata*, isto é, alguém indesejável naquele contexto. Os fiéis buscaram expor, por meio dessas manifestações, sua contestação ao fato de um agente político utilizar um acontecimento aguardado por milhares de pessoas para promover sua imagem em meio à disputa eleitoral. Em outras palavras, não acreditaram na narrativa de que a participação do candidato ocorria apenas na condição de chefe de Estado, como sua assessoria procurou sustentar.

Por outro lado, o grupo favorável interpretou aquela presença como uma tentativa do então presidente de demonstrar a importância que o evento possuía para o governo. Seus apoiadores compreenderam a participação como uma forma de evidenciar respeito à cultura e à religiosidade do povo paraense. Para esses atores, tratava-se, de fato, de uma visita política, mas que, diferentemente das críticas formuladas pelos opositores, não configurava um palanque eleitoral. Assim, organizaram-se para manifestar apoio e gratidão à presença de Bolsonaro na celebração.

3.3 Fissuras e alianças: o campo religioso local em perspectiva

A partir da análise exposta na seção anterior, a proposta agora é compreender, de maneira mais contextualizada, quais foram os mecanismos organizacionais que permearam o espaço religioso, tendo como foco o episódio de 2022. O comparecimento de Jair Messias Bolsonaro a uma das principais romarias do Círio de Nazaré desencadeou manifestações de diferentes agentes, tanto da sociedade civil quanto do meio político e da própria hierarquia da Igreja, revelando, assim, que o campo religioso representa não apenas um ambiente voltado à religiosidade, mas também um espaço marcado por conflitos e constantes negociações.

Diante da perspectiva de Bourdieu, o campo religioso constitui-se como um espaço em que diferentes grupos buscam assegurar seu poder, estabelecendo, assim, interpretações próprias sobre os hábitos da sociedade. Ou seja, a perspectiva de outro grupo e/ou agente tende a não ser legitimada. Com isso, ao prevalecer nesse conflito, um desses grupos passa a exercer maior controle sobre esse espaço, acumulando, consequentemente, capital simbólico. Em outras palavras, o campo religioso opera a partir da lógica do campo simbólico, uma vez que esse espaço fundamenta a ideia de legitimidade associada à religião.

Entende-se, com isso, que os discursos desses agentes possuem, entre outras funções, a finalidade de defender suas próprias percepções acerca do significado do Círio e das fronteiras simbólicas entre os campos político e religioso. Posto isso, mesmo que ainda desfrute de uma posição influente, a Igreja Católica encontra-se em um processo gradual de perda de espaço, tanto em razão do avanço das igrejas evangélicas em número de fiéis e influência política quanto pela investida de diferentes grupos político-partidários que buscam se beneficiar desse campo, isto é, da religião.

Esse cenário vem ocorrendo tanto no âmbito nacional quanto no regional, como no estado do Pará, tendo como exemplo o caso do Círio de Nazaré na disputa eleitoral de 2022. Esse episódio evidenciou não apenas o uso político da religião, mas também a atuação ativa de uma parcela dos fiéis que, diante dessas discussões, não permaneceu em silêncio. Enquanto alguns devotos, ou mesmo simpatizantes do líder político, legitimaram esse envolvimento na festividade, outros o condenaram de forma veemente, o que ficou evidente por meio de vaías e outras manifestações públicas.

Comprovando, assim, que o campo religioso é composto por conflitos, o episódio escancarou essa realidade. Essas disputas evidenciaram as fissuras que giravam

em torno do caso, principalmente a partir das interpretações contrárias da Igreja em relação aos políticos ali presentes, as quais também se manifestaram entre os próprios devotos, que demonstravam tanto apoio quanto indignação. No entanto, mesmo diante dessas controvérsias entre religião e política, o caso também apresentou tentativas de aproximação entre ambos os campos. Isso porque a presença de políticos na festa não significa, necessariamente, que a Igreja seja contrária a essa participação, podendo essa relação, inclusive, ser benéfica para ambos.

Afinal, a Igreja critica o uso político da fé, mas não a participação de agentes políticos no evento. Dessa forma, ao expressarem suas manifestações, o campo religioso, de certo modo, reconfigurou sua dinâmica: os devotos passaram a se apresentar como parte fundamental, com lugar de fala, e não apenas como ouvintes, enquanto a Igreja buscou não se curvar às tentativas de instrumentalização eleitoral do Círio.

Essa crítica também se manifestou na conduta adotada pela Arquidiocese local, que reiterou, por meio de nota oficial, a independência do Círio e a necessidade de que a celebração religiosa permanecesse afastada dessas disputas. Ao mesmo tempo, a própria CNBB seguiu essa mesma linha ao apresentar críticas ao uso da fé como recurso político. Ou seja, essa posição firme teve como objetivo demonstrar ao campo político que deve existir um limite entre ambos.

Vale frisar que o episódio também evidenciou que a laicidade no Brasil é frequentemente desenvolvida a partir de acordos, conforme dispositivos como leis, uso de espaços públicos, entre outros. Assim, mais do que princípios, o que está em jogo são dispositivos que configuram a relação entre Estado e religião dentro das exigências da laicidade (Giumbelli, 2008, p. 82). Nesse sentido, percebe-se que, no país, a laicidade é implementada por meio de negociações entre a religião e o espaço público, sobretudo através de normas que acabam beneficiando determinados grupos religiosos.

Um exemplo disso ocorreu em 2024, com a permissão pelo STF para a presença de objetos religiosos em repartições públicas, como já salientado anteriormente no texto. No caso, outro órgão público, a PGR, pontuou que a presença desses símbolos não violaria a laicidade no Brasil. Contudo, outros movimentos religiosos, fora do eixo cristão, não são representados nesses espaços. Isto é, todo esse contexto indica que a participação religiosa é coordenada por práticas institucionais ligadas ao Estado brasileiro, as quais proporcionam maior visibilidade e legitimidade aos grupos religiosos predominantes.

Essa situação mostra que, mesmo após a separação entre Igreja e Estado, o cristianismo permanece no centro das atenções, tanto no meio jurídico quanto no social. Assim, o Brasil fomenta uma laicidade em que, na maioria dos casos, há um favorecimento das religiões cristãs em detrimento das demais, especialmente das não cristãs. Esse caso do STF evidenciou isso, visto que, em boa parte das instituições estatais, não há símbolos dessas outras religiões. Nesse sentido, segundo Giumbelli (2008, p. 81), foi no interior da ordem jurídica encimada por um Estado comprometido com os princípios da laicidade que certas formas de presença da religião ocorreram. Essa ideia demonstra que a presença religiosa nessas instituições ocorre dentro da própria lógica da laicidade brasileira.

Nota-se, nesse sentido, a influência desses dispositivos a partir da posição consistente da Igreja no caso do Círio de Nazaré em ano eleitoral, que, por meio das competências que lhe cabem, procurou definir publicamente os limites entre o campo religioso e o campo político. Sobretudo porque lideranças políticas buscaram se apropriar do espaço religioso para, com isso, aproximar-se de uma parcela significativa de indivíduos, tanto daqueles que estavam presentes na celebração quanto dos que residiam em outras regiões, em virtude do alcance midiático da festa.

Com isso, a presença de Bolsonaro mostrou que a laicidade brasileira é constituída por interesses mútuos e que ambos os campos se relacionam a partir de negociações. Ou seja, os agentes envolvidos nesse episódio buscaram expor seus pontos de vista em benefício próprio. Ainda que esse não tenha sido necessariamente o intuito, os agentes contrários a essa presença também utilizaram, de forma indireta, a celebração religiosa. Assim, trata-se de uma prática em que todos os envolvidos conseguem algum tipo de prestígio.

Sob essa perspectiva, e a partir da controvérsia proposta por Montero, é possível compreender melhor esse caso. Como envolve diferentes agentes, o cenário apresentado revela interpretações diversas, nas quais cada um apresenta sua opinião sobre o mesmo episódio. Segundo Montero (2012, p. 177), se a legitimidade não é pensada como uma qualidade dos sujeitos, mas como a resultante de um processo discursivo, o mapeamento das controvérsias se torna um instrumento útil para a compreensão dessa dinâmica.

Assim, fica evidente que a controvérsia expõe, simultaneamente, interesses em disputa. Trata-se de um campo de tensões, no qual há conflitos em prol da legitimidade no espaço público. Dessa forma, a controvérsia se apresenta como um elemento que

evidencia, de maneira explícita, possíveis tensões e opiniões que provavelmente já se encontravam naquele ambiente, mas que dificilmente eram expostas abertamente.

Diante do exposto, percebe-se que as manifestações de líderes políticos governistas, opositores, membros da Igreja e fiéis evidenciam que o episódio do Círio apresentou, em um mesmo evento, posicionamentos heterogêneos no campo religioso. Demonstrando que, mesmo se apresentando, na maioria das vezes, como um campo unificado, ele é constituído por diferentes atores, os quais nem sempre se alinham em determinados assuntos. Foi exatamente o que ocorreu na festa religiosa de Belém.

Em busca de legitimidade, esses agentes atuaram na defesa de suas próprias ideologias, sobretudo porque compreendem que, ao difundirem determinados posicionamentos, há grande probabilidade de alcançarem tanto ouvintes favoráveis quanto contrários às suas ideias. Sempre haverá um público-alvo, pois nenhum discurso é mobilizado sem algum tipo de interesse. Isso ocorre tanto por parte da própria Igreja Católica, que, desde a separação entre religião e Estado, vem perdendo espaço gradativamente e se manifestando de maneira cada vez mais aberta por diferentes meios de comunicação, buscando também preservar sua relevância pública, quanto por parte dos agentes políticos em geral, já que até mesmo aqueles que repudiaram a presença de Bolsonaro se posicionaram, provavelmente, de maneira estrategicamente calculada.

Até porque, se houve rejeição à participação de Bolsonaro, por que ocorreu, por parte de uma autoridade local, um convite direcionado ao candidato da esquerda, no caso, Lula? Será que essa participação também não poderia ser utilizada no contexto da disputa presidencial? Se a ida de Bolsonaro foi associada ao uso político da fé, por que não houve o mesmo tratamento quando o presidente Lula, em 2024, recebeu a imagem da santa na embarcação da Marinha? Ainda que se tratem de contextos distintos, permanece um elemento controverso, sobretudo porque, em 2022, a própria Igreja enfatizou que a condução da imagem caberia exclusivamente ao arcebispo, antes e durante a romaria fluvial.

Esse contexto evidencia como o campo religioso é heterogêneo, uma vez que múltiplos agentes produzem discursos distintos sobre um mesmo acontecimento. Acerca disso, Montero (2012, p. 178) destaca que o conceito de controvérsia nos permite observar as manipulações de diversas formas discursivas por diferentes agentes sem a necessidade de supor que eles estão todos disputando no interior de um mesmo campo e que manejam visões de mundo de um só campo. Dessa forma, entende-se que o campo religioso não é

homogêneo nem unificado, mas caracterizado por conflitos, negociações e interpretações distintas entre os agentes envolvidos.

Por outro lado, o episódio não evidenciou apenas conflitos internos, mas também a maneira como a religião é debatida no espaço público brasileiro. Assim, compreende-se que celebrações religiosas, como o Círio, estão associadas não somente às práticas devocionais, mas também a processos políticos e sociais. A religião, nesse sentido, foi mobilizada por diferentes agentes que buscaram atribuir sentidos específicos ao acontecimento.

Nesse contexto, a presença desses agentes demonstra como o religioso aparece no espaço público, isto é, como um ambiente permeado por disputas, negociações e tentativas de convencimento da opinião pública. Essa compreensão aproxima-se da ideia de espaço público proposta por Habermas (1984, p. 14), a própria esfera pública se apresenta como uma esfera: o âmbito do setor público contrapõe-se ao privado. Diante disso, evidencia-se que, diferentemente do espaço privado, a esfera pública constitui-se como um ambiente no qual os indivíduos podem se expressar e participar dos debates coletivos.

Sendo assim, o espaço público organiza-se a partir da argumentação entre múltiplas ideias, e a legitimidade das manifestações depende diretamente da maneira como elas são transmitidas e debatidas na esfera pública. Nesse sentido, trata-se de um espaço marcado pela diversidade de agentes e, simultaneamente, por conflitos que giram em torno de diferentes interpretações da realidade social.

Nesse contexto, é possível compreender o espaço público a partir de sua contestabilidade e permanente construção, não só como lugar de conversação social pública, mas também de disputas pela modelagem da ordem social que melhor traduziria a imaginação e as demandas de distintos campos sociopolíticos (Burity, 2016, p. 16). Foi exatamente esse cenário que permeou o episódio do Círio, uma vez que os agentes envolvidos não apresentaram posições homogêneas, revelando divergências próprias do espaço público contemporâneo.

Isso demonstra que esse espaço é constituído por debates simbólicos que buscam fazer com que ações e discursos sejam reconhecidos tanto pela sociedade quanto por outras esferas institucionais. Assim, como aponta Burity, essas disputas possibilitam articulações entre diferentes discursos para obtenção de legitimidade perante a sociedade, já que um único agente dificilmente consegue impor sozinho seus interesses em um ambiente democrático como o brasileiro. Dessa forma, as controvérsias ocorridas no Círio

evidenciam que cada um desses agentes contou com o apoio de terceiros para reforçar seus posicionamentos. Ou seja, o governo da época teve sua narrativa legitimada pelas manifestações de seus apoiadores, enquanto a Igreja e a oposição fortaleceram seus discursos a partir das vaias e manifestações vindas de outros fiéis.

Até o momento, ficou evidente que qualquer discurso está sujeito à existência de posicionamentos divergentes e que a sociedade é estruturada por relações de poder. Cada indivíduo ou instituição, seja pública ou privada, busca legitimar sua própria definição do que considera certo ou errado, além de seguir determinados padrões para se inserir em um sistema marcado por disputas de status e reconhecimento. Pode-se dizer que o mundo não seria o que é hoje se todos os indivíduos reproduzissem exatamente os mesmos comportamentos e perspectivas. A própria dinâmica da vida em sociedade reside, entre outras coisas, na possibilidade de divergir daquilo que a maioria tenta impor ao grupo.

Essa característica também está presente entre fiéis e instituições religiosas, visto que o campo religioso não constitui um espaço homogêneo, mas um ambiente marcado por fissuras e tensões, no qual a Igreja pode defender uma visão oposta àquela sustentada pelos próprios devotos, ou vice-versa. Isso ocorre principalmente porque o espaço religioso é conduzido por indivíduos, e nem sempre aquilo que o líder religioso defende é seguido integralmente pelos fiéis, sobretudo quando o tema envolve questões políticas. Dentro do próprio catolicismo, essa ruptura torna-se perceptível. Mesmo tendo como foco o Círio de Nazaré de 2022, a ideia de divisão no interior da Igreja não se restringe ao caso Bolsonaro, mas atravessa outros momentos controversos da própria celebração.

Será que essa divisão ocorre em razão de um agente político específico ou porque, dependendo da circunstância, o cenário poderia assumir outra configuração? Será que um grupo de fiéis que não identificou uso político do Círio por Bolsonaro adotaria a mesma postura caso fosse outro candidato? Essas questões podem ser analisadas quando relacionadas ao Círio de Nazaré de 2024, com a presença do presidente Lula. Após algumas pesquisas, o autor deste trabalho não encontrou posicionamentos da Arquidiocese nem da CNBB semelhantes aos de 2022. Em contrapartida, apoiadores católicos de Bolsonaro questionaram a diferença de tratamento entre os dois episódios, como a própria deputada federal Bia Kicis, presente na celebração de 2022, destacou em matéria divulgada pelo site Metrôpoles, em outubro de 2024.

Assim, o entendimento que permanece é que toda essa situação depende diretamente do contexto em que é inserida, mas também evidencia fissuras entre a Arquidiocese de Belém e parte dos fiéis, como ocorreu em 2022. Embora alguns devotos

tenham seguido a mesma linha de repúdio da Igreja em relação ao uso político da festa, ao mesmo tempo existiram grupos que sustentaram uma interpretação totalmente distinta, evidenciando compreensões divergentes acerca do papel da religião no espaço público entre a hierarquia católica e os fiéis apoiadores da liderança bolsonarista. Ou seja, não houve consenso entre as duas partes.

Ao analisar essa discordância, percebe-se a atuação de dois importantes agentes seguindo caminhos interpretativos distintos e não compatíveis entre si. Ao defender a isonomia político-partidária do Círio, o então arcebispo de Belém, Dom Alberto Taveira Corrêa, em nome da Igreja Católica do Pará, procurou delimitar claramente as fronteiras entre o religioso e o político, reafirmando que o espaço religioso não deve ser instrumentalizado eleitoralmente.

Assim, a Arquidiocese buscou consolidar uma postura de imparcialidade. Em contraposição a essa posição, e demonstrando que o campo religioso católico não é um espaço monolítico, isto é, um ambiente em que todos compartilham das mesmas percepções, fiéis simpatizantes de Bolsonaro presentes na festa apoiaram sua participação, rejeitando a interpretação defendida pela Igreja e por outros devotos de que se tratava de uma ação política, e não devocional. Dessa forma, entende-se que a função da religião no espaço público é configurada por múltiplas interpretações, nas quais cada agente busca construir sua própria legitimidade.

Destaca-se, ainda, que sua presença não desencadeou apenas opiniões divergentes sobre o uso político, ou não, da festa religiosa, mas também chamou atenção o fato de um agente político, conhecido por possuir uma base consolidada entre grupos evangélicos, participar ativamente de um evento católico. Isso escancarou uma disputa simbólica no interior do próprio campo religioso. Ou seja, de um lado estava a manifestação católica e, do outro, a presença de um político batizado tanto na Igreja Católica quanto na evangélica, evidenciando o caráter dinâmico do campo religioso brasileiro.

Isso se torna ainda mais evidente porque, desde 2018, Bolsonaro vem fortalecendo sua relação com lideranças evangélicas e participando ativamente de manifestações religiosas vinculadas a esse segmento. Assim, tanto nas eleições de 2018 quanto nas de 2022, o candidato apresentou preferência majoritária entre os eleitores evangélicos, diferentemente do que ocorreu entre os eleitores católicos, como já foi destacado anteriormente neste trabalho.

Na tentativa de reverter esse cenário em 2022, sobretudo após obter uma porcentagem menor de votos entre católicos quando comparada à de Lula, Bolsonaro e sua base buscaram ampliar a aproximação com esse segmento no segundo turno, tendo como principais agendas a festa de Nossa Senhora Aparecida e o Círio de Nazaré, duas das maiores manifestações católicas do país. Evidenciando, assim, uma estratégia de expansão do voto religioso para além do campo evangélico.

Dessa forma, ao investir no segmento católico, Jair Messias Bolsonaro demonstrou que o campo religioso brasileiro ultrapassa a dimensão estritamente devocional, constituindo-se também como um espaço em que políticos e clérigos disputam visibilidade, reconhecimento e prestígio perante a sociedade civil.

Sob essa perspectiva, e partindo do entendimento de que a laicidade no Brasil foi e continua sendo construída por meio de negociações e disputas, percebe-se que Estado e religião ainda mantêm relações em diferentes esferas. O Brasil é oficialmente laico desde a Constituição de 1891, contudo, essa laicidade nunca significou um afastamento absoluto da religião do espaço público. Assim, segundo Emerson Giumbelli (2008, p. 80-81), a presença da religião no espaço público não foi construída por oposição à secularização, mas, por assim dizer, no seu interior. Dessa forma, o caso do Círio ultrapassa um acontecimento isolado. Mesmo após a separação entre Igreja e Estado, essa relação permaneceu presente, uma vez que figuras religiosas, especialmente ligadas ao cristianismo, continuam exercendo forte influência sobre o cenário político brasileiro, buscando preservar sua legitimidade no espaço público.

Por que a presença de Jair Bolsonaro no Círio não pode ser compreendida como um caso isolado? Porque, enquanto políticos buscam legitimar-se por meio da religião, o mesmo também ocorre no sentido inverso, quando líderes religiosos ingressam ou interferem diretamente no espaço político. Um exemplo disso foi a participação do candidato, em outubro de 2022, em plena campanha eleitoral do segundo turno, discursando em um culto evangélico, conforme apontou reportagem do UOL.

Em outro episódio, envolvendo Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2022, durante encontro com evangélicos, segundo o UOL, ocorreram orações e manifestações cristãs enquanto o candidato buscava ampliar o voto evangélico em sua campanha. Além disso, lideranças religiosas também passaram a participar ativamente de atos políticos, sobretudo ao lado de grupos da extrema direita. Ou seja, esses episódios evidenciam que a laicidade brasileira é marcada por constantes negociações entre diferentes agentes.

Nesse sentido, a presença de Jair Bolsonaro no Círio inseriu-se em uma dinâmica já consolidada na política brasileira.

Assim, o caso analisado evidencia que o bolsonarismo opera não apenas como uma força eleitoral, mas como uma gramática política capaz de reorganizar símbolos, valores e identidades coletivas. A utilização de referências cristãs permitiu ao movimento estabelecer conexões emocionais com determinados grupos sociais, transformando elementos religiosos em instrumentos de interpretação da realidade política. Entretanto, o episódio do Círio demonstra que essa apropriação não ocorre sem resistência, pois o campo religioso também é composto por disputas internas, diferentes interpretações e conflitos acerca dos limites entre fé e política. Dessa maneira, a controvérsia revela que a religião, no Brasil contemporâneo, não funciona como um espaço isolado da política, mas como uma arena pública onde diferentes atores disputam legitimidade, influência e autoridade simbólica.

IV – Conclusão

A presente pesquisa partiu da constatação de que o episódio envolvendo a participação do então presidente Jair Bolsonaro no Círio de Nazaré de Belém do Pará, em outubro de 2022, no auge da campanha eleitoral, não poderia ser compreendido como um fato político isolado ou como uma mera estratégia de marketing eleitoral. Ao contrário, tal acontecimento revelou-se um verdadeiro nó de controvérsias no qual se entrelaçam fios históricos, teológicos, políticos, econômicos e identitários, permitindo observar, em microescala, transformações mais amplas na relação entre religião e espaço público no Brasil contemporâneo. A hipótese que orientou esta investigação, de que o Círio funciona como uma forma simbólica densa cuja análise possibilita compreender as dinâmicas de disputa, negociação e reconfiguração das fronteiras entre o religioso e o político, foi confirmada ao longo dos três capítulos que compõem esta dissertação.

O primeiro capítulo, “Arquitetura da trama: cultura, controvérsia e espaço público”, estabeleceu o instrumental teórico necessário para desatar os nós da controvérsia. Mobilizando as noções de processo histórico-cultural de Marshall Sahlins e John B. Thompson, foi possível demonstrar que o Círio não constitui uma tradição estática, mas um fenômeno vivo que se reinventa continuamente, incorporando acontecimentos externos e ressignificando-os a partir de esquemas culturais preexistentes, que por sua vez se modificam nesse mesmo movimento. A perspectiva de Sahlins (2003) revelou-se particularmente fecunda para compreender como a festividade, ao longo de mais de dois séculos, assimilou sucessivas camadas de significado, devocionais, turísticas, econômicas, midiáticas e políticas, sem perder sua centralidade simbólica, mas transformando-se a cada nova incorporação. Thompson (1999; 2002), por sua vez, complementou essa visão ao insistir na análise das formas simbólicas em seus contextos sócio-históricos de produção, circulação e recepção, continuamente permeados por relações de poder. O Círio, nessa perspectiva, não é apenas expressão de fé, mas também um espaço de disputa simbólica no qual diferentes agentes, como a hierarquia católica, os devotos, o poder público, os políticos, a mídia e os comerciantes, procuram impor sua definição legítima da festa.

Ainda no primeiro capítulo, a articulação entre as abordagens das controvérsias de Bruno Latour, Pierre Bourdieu, Francis Chateauraynaud e Paula Montero forneceu as ferramentas analíticas para compreender o episódio de 2022 como uma arena de disputas discursivas e institucionais. Latour (2012) ensinou que o social não explica as controvérsias, mas torna-se visível justamente por meio delas; é nas situações críticas que se pode observar como os atores compõem e recompõem seus mundos. Bourdieu (2001; 2008) ofereceu o contraponto estrutural, evidenciando que as lutas simbólicas ocorrem no interior de campos relativamente autônomos, nos quais os agentes disputam diferentes formas de capital, econômico, cultural, social e, sobretudo, simbólico. A controvérsia em torno do Círio de 2022 pôde, assim, ser analisada como um conflito no qual agentes de diferentes campos, o político, representado por Bolsonaro e seus aliados; o religioso, representado pela hierarquia católica local e pela CNBB; e o campo dos fiéis leigos, mobilizaram capitais específicos para impor suas visões legítimas sobre o acontecimento. Chateauraynaud (2011) contribuiu com a noção de controvérsias de longa duração, mostrando que os argumentos mobilizados em 2022 não surgiram do nada, mas inscreveram-se em uma longa série de provas anteriores, produzindo uma forma de reescritura ou reinterpretação do sentido do Círio. Por fim, Paula Montero (2012) ofereceu a contribuição decisiva ao demonstrar que a controvérsia permite observar manipulações de diferentes formas discursivas por agentes diversos, sem que seja necessário supor que todos disputam no interior de um mesmo campo ou compartilham uma única visão de mundo. Foi justamente essa heterogeneidade, a presença simultânea de discursos religiosos, políticos, midiáticos e leigos, cada qual com sua lógica própria, que tornou o episódio tão interessante para a análise sociológica.

O debate sobre espaços religiosos e públicos, ancorado em Jürgen Habermas e nos autores brasileiros Patrícia Birman, Paula Montero, Ari Pedro Oro e Emerson Giumbelli, permitiu situar o caso do Círio no quadro mais amplo das transformações da laicidade brasileira. Habermas (2003), em sua formulação clássica, relegava a religião ao âmbito privado, mas em textos posteriores reconheceu o “retorno do religioso” ao debate público. Contudo, como demonstraram Montero (2009) e Giumbelli (2008), a realidade brasileira não pode ser simplesmente derivada do modelo habermasiano. A relação entre religião e espaço público no Brasil é marcada por uma longa trajetória de entrelaçamentos, tensões e rearranjos institucionais que não podem ser compreendidos a partir de um modelo normativo de separação rígida. Giumbelli (2008, p. 82) argumenta que, no Brasil, mais do que princípios abstratos de laicidade, o que está em jogo

são dispositivos concretos que organizam a relação entre Estado e religião, frequentemente ocultados pelas dinâmicas políticas e sociais. A presença de símbolos católicos em prédios públicos, a colaboração entre Estado e igrejas na implementação de políticas públicas e a concessão de canais de rádio e televisão a instituições religiosas são exemplos de mecanismos que reconfiguram continuamente as fronteiras entre o religioso e o político. O episódio do Círio de 2022 exemplificou paradigmaticamente esse jogo de dispositivos e fronteiras, pois a presença de um político evangélico, batizado católico, em uma festividade católica de massa, em pleno período eleitoral, tornou visíveis tensões que habitualmente permanecem naturalizadas pelas rotinas institucionais.

O segundo capítulo, “Invenção do Círio: devoção, espetáculo e capital simbólico”, forneceu a espessura histórica e cultural sem a qual o evento de 2022 permaneceria “opaco”. A reconstituição do processo histórico-cultural do Círio, desde seu surgimento no século XVIII até sua configuração contemporânea, demonstrou que a festividade não é um dado natural, mas uma construção social e histórica. A primeira seção do capítulo, “Culto mariano colonial e evangelização na Amazônia: origens”, mostrou como a devoção a Nossa Senhora de Nazaré emergiu no contexto colonial português, articulando interesses da Coroa e da Igreja na ocupação territorial e na catequização dos povos indígenas. A expulsão dos jesuítas, em meados do século XVIII, criou as condições para o desenvolvimento de um catolicismo popular amazônico, no qual os próprios fiéis assumiram a organização das práticas religiosas, incorporando elementos de suas culturas locais. Esse processo de dupla determinação, no qual os esquemas culturais preexistentes interpretaram e incorporaram os eventos externos, modificando-se nesse próprio movimento, é justamente o que Sahlins (2003) descreve como processo histórico-cultural. O Círio, portanto, não é uma simples transposição da devoção mariana portuguesa, mas uma criação genuinamente amazônica, que articula tradição europeia, cosmologias indígenas e experiências históricas locais.

A segunda seção do segundo capítulo, “Profissionalização, midiaticização e turistificação: transformações”, documentou as intensas mudanças ocorridas a partir dos anos 1970, quando o Círio deixou de ser uma procissão local para transformar-se em um megaevento religioso, turístico e midiático. A análise baseada na tese de Ivone Correa (2010) evidenciou que a profissionalização da festa, sua crescente espetacularização e atração turística não ocorreram sem tensões internas à Igreja Católica, que viu sua autoridade sobre a celebração ser parcialmente deslocada para agentes do poder público, da mídia e do mercado. A introdução da Romaria Fluvial em 1986, por iniciativa da

Companhia Paraense de Turismo (PARATUR) e da EMBRATUR, é um exemplo emblemático desse processo: a procissão nasceu não apenas de motivações religiosas, mas também de interesses políticos, econômicos e turísticos, evidenciando que o Círio já era, antes mesmo de 2022, um espaço de intersecção entre o sagrado e o profano, o religioso e o secular. A midiáticação do Círio, com as primeiras transmissões radiofônicas em 1928, televisivas em 1961 e, mais recentemente, a presença em aplicativos e redes sociais, ampliou ainda mais seu alcance e sua visibilidade, transformando-o em um símbolo de alcance nacional e internacional. O reconhecimento do Círio como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil pelo IPHAN em 2004 e pela UNESCO em 2013 consolidou sua importância não apenas religiosa, mas também cultural e identitária, tornando-o um capital simbólico de alto valor, cujo controle e associação passaram a ser objeto de disputa entre diferentes agentes.

A terceira seção do segundo capítulo, “Complexo cultural-religioso e fato social total: atualidade”, sintetizou o status do Círio no século XXI como um “fato social total” nos termos de Marcel Mauss, no qual se expressam simultaneamente diferentes dimensões da sociedade, religiosas, econômicas, políticas, estéticas, culturais e midiáticas. O Círio, atualmente, não é apenas uma festa da Igreja, mas um evento que mobiliza milhões de pessoas, gera enorme movimentação econômica, cerca de R\$150 milhões de reais em 2023 e R\$ 189 milhões de reais em 2024, atrai turistas de todo o Brasil e do exterior, ocupa espaço central na mídia nacional e internacional e serve de palco para disputas políticas. A diversificação das romarias, atualmente catorze procissões oficiais, incluindo a Romaria da Acessibilidade, criada em 2023, demonstra a capacidade da festividade de incorporar novas demandas sociais e tornar-se mais inclusiva. Paralelamente, manifestações não oficiais como a Festa da Chiquita, vinculada à comunidade LGBTQIAPN+, evidenciam que o Círio é também um espaço de resistência e de reivindicação de pertencimento por grupos historicamente marginalizados. Essa pluralidade de sentidos e de agentes é precisamente o que transformou o Círio em um campo de disputas simbólicas, como ficou evidente no episódio de 2022.

O terceiro capítulo, “Nó de controvérsias: o Círio de 2022 e as fronteiras do político-religioso”, constituiu o momento da análise empírica propriamente dita, na qual as ferramentas teóricas desenvolvidas nos capítulos anteriores foram mobilizadas para desatar os nós da controvérsia. A primeira seção, “Construção das fronteiras: contexto político-religioso brasileiro”, contextualizou o episódio no marco mais amplo da ascensão

da nova direita brasileira e do bolsonarismo como fenômeno político-religioso. A análise demonstrou que a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 e sua tentativa de reeleição em 2022 não podem ser compreendidas sem considerar o papel central que a religião, especialmente as igrejas evangélicas pentecostais e neopentecostais, passaram a ocupar na política brasileira. O bolsonarismo, mais do que um movimento político-partidário, articula elementos do conservadorismo nos costumes, do liberalismo econômico e de uma visão política marcada pela oposição a grupos identificados como ameaças à família, à religião e aos valores considerados tradicionais (Almeida, 2019). Nesse quadro, a religião não aparece apenas como uma característica individual dos apoiadores, mas como um elemento constitutivo da própria identidade política do movimento. A utilização de slogans como “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, a associação de Bolsonaro a uma missão divina por lideranças religiosas como o pastor assembleiano Silas Malafaia e a ideia de que a disputa eleitoral seria uma “batalha moral” entre o bem e o mal evidenciam como o bolsonarismo embaralhou as fronteiras entre religião e política, transformando a fé em recurso de ação pública e politizando o campo religioso.

A segunda seção do terceiro capítulo, “Discursos em disputa: políticos, clérigos e fiéis”, constituiu o núcleo da análise das controvérsias, examinando as diferentes posições e narrativas que emergiram durante o Círio de 2022. A análise dos discursos de Bolsonaro e seus aliados revelou uma estratégia de enquadramento da participação como um ato de devoção pessoal e de respeito à tradição, “como cidadão”, “como chefe de Estado”, “como homem católico”, buscando desassociar sua presença de qualquer intenção eleitoral. Contudo, a publicação de Eduardo Bolsonaro nas redes sociais, referindo-se à Romaria Fluvial como “barqueata pró-Bolsonaro”, desmontou essa narrativa e evidenciou o caráter político da participação. O discurso da hierarquia católica, representado pela Arquidiocese de Belém e pela CNBB, enfatizou o caráter estritamente religioso e apartidário da festa, reafirmando que o Círio “não desejamos e nem permitimos qualquer utilização de caráter político ou partidário das atividades do Círio”. Dom Alberto Taveira Corrêa deixou explícito que a condução da imagem peregrina caberia exclusivamente ao arcebispo, não a qualquer agente político. Os discursos da oposição política, representados pelo prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e pelo governador Helder Barbalho, enquadraram a participação de Bolsonaro como uma tentativa de “sequestro” da fé e de apropriação indevida de um símbolo cultural para fins eleitorais. Por fim, e de modo crucial, as manifestações dos fiéis presentes, capturadas em vídeos e reportagens, revelaram uma profunda divisão: enquanto

apoiadores de Bolsonaro o saudaram com aplausos e bênçãos, outros o vaiaram e expressaram frases como “respeita Nossa Senhora de Nazaré” e “Fora Bolsonaro”. Essa polarização entre os próprios devotos demonstrou que o campo religioso católico não é monolítico, mas atravessado por fissuras políticas e ideológicas que se manifestam mesmo em momentos de devoção coletiva.

A terceira seção do terceiro capítulo, “Fissuras e alianças: o campo religioso local em perspectiva”, interpretou o mapa discursivo traçado, argumentando que o episódio funcionou como um “teste de realidade” para os limites da laicidade e para as alianças no campo religioso. A análise revelou que a controvérsia não se restringiu a um conflito entre religião e política, mas expôs fissuras internas ao próprio catolicismo: de um lado, a hierarquia eclesiástica, representada pela Arquidiocese, defendendo a autonomia e a imparcialidade do espaço religioso; de outro, fiéis simpatizantes de Bolsonaro que rejeitaram essa interpretação e apoiaram sua participação, evidenciando que a identidade religiosa não se sobrepõe automaticamente à identidade política. Essa divisão interna ao catolicismo tornada pública é um fenômeno relativamente recente no Brasil, pois historicamente a Igreja Católica conseguiu manter certa unidade política em torno de pautas comuns. O crescimento do bolsonarismo, contudo, produziu um realinhamento no interior do campo religioso, no qual a adesão a valores conservadores e a uma determinada visão de ordem social passou a ser mais importante do que a filiação institucional. O episódio também evidenciou a concorrência entre grupos religiosos: Bolsonaro, um político com base consolidada entre evangélicos, buscou ampliar seu apoio entre católicos justamente porque reconheceu que o capital simbólico do Círio poderia ser mobilizado para atrair eleitores desse segmento. Essa estratégia revelou que o campo religioso brasileiro é marcado não apenas por disputas entre diferentes tradições, católica, evangélica, afro-brasileira, mas também por disputas internas a cada tradição, nas quais diferentes agentes buscam definir o que é legítimo e o que é ilegítimo em termos de participação política.

A articulação entre os três capítulos permite, agora, responder de forma mais substantiva às perguntas que orientaram esta pesquisa. Em primeiro lugar, o processo histórico-cultural de formação do Círio de Nazaré, desde o século XVIII, constituiu um símbolo religioso de tal magnitude que o torna um alvo cobiçado e um “palco” privilegiado para disputas políticas justamente porque sua trajetória acumulou diferentes camadas de significado: devoção, identidade regional, tradição, memória coletiva, visibilidade midiática e reconhecimento público. O Círio não é apenas uma festa da

Igreja; é um “fato social total” que mobiliza diferentes dimensões da vida social e, por isso, atrai agentes de diferentes campos que buscam associar-se à sua força simbólica. A densidade simbólica do Círio, sua capacidade de produzir pertencimento, identificação e legitimidade, é o que explica por que políticos de diferentes espectros ideológicos procuram marcar presença na celebração. Não se trata, portanto, de uma “instrumentalização” accidental ou excepcional, mas de uma característica estrutural do Círio enquanto forma simbólica que circula em um espaço público marcado por assimetrias de poder.

Em segundo lugar, a análise das controvérsias deflagradas em 2022 revelou que o campo religioso brasileiro contemporâneo é marcado simultaneamente por permanências e transformações. Permanências: a força dos símbolos religiosos, a influência pública das instituições religiosas, a capacidade da religião de produzir pertencimento coletivo e a centralidade do catolicismo na identidade cultural brasileira, especialmente na Amazônia. Transformações: a pluralização do campo religioso, com o crescimento evangélico e a consequente perda de hegemonia católica; a emergência de novas formas de presença religiosa no espaço público, mediadas pela mídia e pelas redes sociais; e, sobretudo, a reconfiguração das alianças entre religião e política, na qual o bolsonarismo introduziu uma gramática política que embaralha fronteiras e transforma a fé em recurso de mobilização eleitoral. O episódio do Círio de 2022 foi, nesse sentido, um evento-limite onde as fronteiras entre religião e política se mostraram porosas e contestadas, revelando que a laicidade brasileira não é um princípio abstrato de separação, mas um campo de disputas práticas, negociações cotidianas e dispositivos institucionais que constantemente redefinem os limites do aceitável e do legítimo.

A controvérsia também demonstrou que os fiéis não são agentes passivos, meros receptores das orientações institucionais da Igreja ou das estratégias dos políticos. Pelo contrário, os devotos que participaram do Círio de 2022 manifestaram-se de forma ativa e divergente, seja apoiando ou repudiando a presença de Bolsonaro. Essa agência dos fiéis como atores coletivos capazes de reagir às tentativas de enquadramento político de seu ritual é um achado importante desta pesquisa, pois desafia visões que tratam o “povo” como uma massa amorfa e manipulável. Os fiéis demonstraram que possuem suas próprias interpretações sobre o que é legítimo ou ilegítimo no uso político da religião, e que essas interpretações não coincidem necessariamente com as da hierarquia eclesiástica ou com as dos agentes políticos. Essa heterogeneidade interna ao campo religioso é um fenômeno que merece ser mais explorado em pesquisas futuras, especialmente no que diz

respeito às motivações e aos valores que orientam a adesão ou a rejeição a determinados projetos políticos por parte de grupos religiosos.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para o refinamento das ferramentas analíticas das Ciências da Religião ao demonstrar a fecundidade da articulação entre diferentes tradições sociológicas, a antropologia histórica de Sahlins, a sociologia das formas simbólicas de Thompson, a sociologia dos campos de Bourdieu, a teoria do ator-rede de Latour, a sociologia das controvérsias de Chateauraynaud e a antropologia política de Montero, para a compreensão de fenômenos religiosos complexos. A noção de “nó de controvérsias”, proposta neste trabalho, mostrou-se experimentalmente produtiva para analisar eventos nos quais diferentes dimensões da vida social, religiosa, política, econômica, midiática, identitária, se entrelaçam e se tornam objeto de disputa. O Círio de 2022 não foi apenas um “caso” de uso político da religião, mas um observatório privilegiado das transformações do campo religioso brasileiro e das novas configurações da relação entre religião e espaço público na contemporaneidade.

A pesquisa também contribui para o debate sobre a laicidade brasileira, ao evidenciar que ela não pode ser compreendida a partir de um modelo normativo de separação absoluta entre Estado e religiões. Como argumentou Giumbelli (2008), a laicidade no Brasil é construída por meio de dispositivos concretos, negociações cotidianas e acomodações históricas que produzem diferentes formas de presença da religião no espaço público. O episódio do Círio de 2022 demonstrou que essa presença é constantemente tensionada e renegociada, especialmente em períodos eleitorais, quando agentes políticos buscam associar-se à força simbólica das religiões para conquistar votos. Contudo, a reação da hierarquia católica e de parte dos fiéis evidenciou que essa apropriação não ocorre sem resistência, e que há limites, ainda que difusos e contestados, para o que é considerado legítimo em termos de participação política em espaços religiosos.

É importante reconhecer as limitações desta pesquisa. O recorte metodológico, baseado exclusivamente em fontes documentais e midiáticas disponíveis publicamente, não permitiu o acesso às percepções e experiências dos fiéis para além do que foi registrado pela mídia e pelas redes sociais. Uma pesquisa de campo com entrevistas em profundidade e observação participante poderia revelar nuances e motivações que escapam à análise documental. Além disso, o foco no episódio de 2022, embora tenha permitido uma análise aprofundada das controvérsias, não contemplou a comparação com

outros momentos em que agentes políticos participaram do Círio, como a presença de Lula em 2024, que poderia enriquecer a compreensão das dinâmicas de disputa simbólica em diferentes contextos políticos. Pesquisas futuras poderiam explorar comparativamente a participação de diferentes agentes políticos no Círio ao longo do tempo, investigando como as estratégias de enquadramento e as reações dos fiéis e da hierarquia eclesial variam conforme o contexto político e o perfil do agente envolvido.

Outra linha de pesquisa promissora diz respeito à análise das redes sociais e dos “memes” como espaços de produção e circulação de discursos sobre o Círio e sua relação com a política. Como observaram Junior e Fargoni (2020), a dimensão “memética” do bolsonarismo foi fundamental para a propagação de seus discursos e para a construção de uma identidade política baseada em símbolos religiosos. O episódio do Círio de 2022 gerou uma intensa produção de “memes” e posts nas redes sociais, que poderiam ser analisados para compreender como diferentes agentes, apoiadores e críticos de Bolsonaro, construíram narrativas concorrentes sobre o significado da participação do presidente na festa. Essa análise poderia revelar como as controvérsias religiosas são mediadas pelas tecnologias digitais e como o espaço público contemporâneo é cada vez mais moldado por dinâmicas de circulação viral de discursos e imagens.

Por fim, a presente pesquisa reafirma a importância das Ciências da Religião como campo de conhecimento capaz de abordar fenômenos sociais complexos nos quais a força simbólica da religião permanece um operador central de identidades, conflitos e poder. O Círio de Nazaré, com seus mais de dois séculos de história, sua dimensão de “fato social total” e sua capacidade de articular diferentes dimensões da vida social, constitui um objeto privilegiado para a análise das transformações do campo religioso brasileiro e de suas interfaces com a política, a economia, a mídia e a cultura. O episódio de 2022, em particular, evidenciou que a religião no Brasil não é um resquício do passado a ser superado pela modernidade secular, mas uma força viva e reorganizadora do presente, que continuará a produzir controvérsias, negociações e rearranjos institucionais nas próximas décadas.

Conclusivamente, o Círio de Nazaré de 2022 foi mais do que uma tentativa de apropriação eleitoral de uma festa religiosa. Foi um evento-limite que tornou visíveis as tensões estruturais entre religião e política no Brasil contemporâneo, revelando ao mesmo tempo a permanência da força simbólica do catolicismo, a emergência de novas formas de presença religiosa no espaço público, a agência dos fiéis como atores coletivos capazes de reagir às tentativas de enquadramento político de seu ritual e a fragilidade, mas também

a resiliência, dos dispositivos de laicidade que regulam essa relação. Ao analisar esse nó de controvérsias, esta pesquisa espera ter contribuído não apenas para a compreensão de um episódio específico, mas também para o refinamento das ferramentas teóricas e metodológicas das Ciências da Religião para abordar fenômenos sociais complexos nos quais a religião, a política e a cultura se entrelaçam de formas que desafiam qualquer tentativa de separação analítica rígida.

V – Bibliografia

5.1. Fontes documentais

AGÊNCIA GOV. **Círio de Nazaré movimentou Belém (PA) e gera impacto econômico em diversos setores.** Via MTur, out. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202410/cirio-de-nazare-movimenta-belem-pa-e-gera-impacto-economico-em-diversos-setores>. Acesso em: 7 maio 2025.

AGÊNCIA PÚBLICA. **Em julho, Bolsonaro dedicou 40% da sua agenda para evangélicos.** Carta Capital, ago., 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-julho-bolsonaro-dedicou-40-da-sua-agenda-para-evangelicos>. Acesso em: 25 abril 2026.

ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira, 2019. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185–213, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 jun. 2026.

A logo da TV Marajoara, Canal 2. Laboratório Virtual FAU/ITEC/UFPA, Belém, mar. 2012. Disponível em: <https://fauufpa.org/2012/03/28/a-logo-da-tv-marajoara-canal-2/>. Acesso em: 19 abril 2024.

ALVARENGA, Poliana; BORGES, Vivian. **Primeira transmissão de rádio no Brasil completa 100 anos do Dia da Independência.** G1 Espírito Santo, Vitória, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/es/espírito-santo/noticia/2022/09/07/primeira-transmissao-de-radio-no-brasil-completa-100-anos-no-dia-da-independencia.ghtml>. Acesso em: 19 abril 2025.

AMORIM, Kleyton. **Silas Malafaia discursa ao lado de Bolsonaro no 7 de Setembro: “Nós somos a maioria”.** Uol, set., 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/videos/2022/09/07/silas-malafaia-discursa-ao-lado-de-bolsonaro-no-7-de-setembro-nos-somos-a-maioria.htm>. Acesso em: 22 abril 2026.

AQUINO, Mariah, **Círio: Bia Kicis questiona permissão dada a Lula e negada a Bolsonaro.** Metrôpoles, 2024. Disponível em: <https://www.metrôpoles.com/brasil/cirio-bia-kicis-questiona-permissao-dada-a-lula-e-negada-a-bolsonaro>. Acesso em 07 abril 2026.

AZZI, Riolando. **Elementos para a História do Catolicismo Popular.** *Revista Eclesiástica Brasileira*, Petrópolis, v. 36, n. 141, p. 95-130, 1976. DOI: 10.29386/reb.v36i141.4077. Disponível em: <https://doi.org/10.29386/reb.v36i141.4077>. Acesso em: 15 jun. 2026.

BARIFOUSE, Rafael. **Guaracy Silveira: quem foi o 1º deputado evangélico do Brasil, que era contra religião na escola e Deus na constituição.** BBC News do Brasil, São Paulo, dez., 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-59677785>. Acesso em: 24 abril 2026.

BENTO, Gabriela. **Professora denuncia ter sido apedrejada por intolerância religiosa na Bahia.** CNN Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/professora-denuncia-ter-sido-apedrejada-por-intolerancia-religiosa-na-bahia/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

BECKMAN, Diego. **Como foi o trajeto do primeiro Círio de Nazaré?** Diário Online, Belém, 2023. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/cirio-de-nazare/825823/como-foi-o-trajeto-do-primeiro-cirio-da-historia>. Acesso em: 21 abril 2025.

BESSA, Juliana. **Quiz: o que você sabe sobre os cartazes do Círio de Nazaré?** G1 Pará, Belém, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/quiz/quiz-o-que-voce-sabe-sobre-os-cartazes-do-cirio-de-nazare-se-desafie-e-descubra-curiosidades.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2025.

BOLSONARO, Jair. **Live-Belém/PA.** You Tube, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=50dAz1Y5buI&t=9s>. Acesso em: 20 abril 2026

BRASIL. Senado Federal. **Na data – limite para fim de lixões, destino dos resíduos ainda desafia municípios.** Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/08/02/na-data-limite-para-fim-de-lixoes-destino-dos-residuos-ainda-desafia-municipios>. Acesso em: 16 maio 2025.

BUSS, Gabriel; JULIÃO, Fabrício. **Saiba quem comanda e quem integra a bancada evangélica no Congresso.** Poder360, Brasília, jan., 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/congresso/saiba-quem-comanda-e-quem-integra-a-bancada-evangelica-no-congresso/>. Acesso em: 24 abril 2026.

CAMPOS, Breno Martins; MELO, Benedito Sérgio Vieira de. **Modernidade secular e romanização: o fortalecimento do catolicismo popular no Brasil.** *Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAP*, Recife, v. 7, n. 1, p. 98-113, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/download/921/914/3654>. Acesso em: 14 jun. 2026.

CARNEIRO, Taimã. **Prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues critica participação de Bolsonaro no Círio: ‘a fé não pode ser sequestrada por candidatura à presidência’.** G1 Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2022/noticia/2022/10/07/prefeito-de-belem-edmilson-rodrigues-critica-participacao-de-bolsonaro-no-cirio-a-fe-nao-pode-ser-sequestrada-por-candidatura-a-presidencia.ghtml>. Acesso em: 21 abril 2026.

Celebração paraense, Círio de Nazaré, recebe certificado de Patrimônio da Humanidade. IPHAN, Belém, out. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/333/celebracao-paraense-cirio-de-nazare-recebe-certificado-de-patrimonio-da-humanidade>. Acesso em: 13 maio 2025.

CESAR, Waldo. **O que é “Popular” no Catolicismo Popular.** *Revista Eclesiástica Brasileira*, [S. l.], v. 36, n. 141, p. 5-18, 1976. DOI: 10.29386/reb.v36i141.4073.

Disponível em: <https://revistaeclesiasticabrasileira.itf.edu.br/reb/article/view/4073>. Acesso em: 16 jun. 2026.

CHAVES, Bruno. **Pela inclusão e pela fé, primeira Romaria da Acessibilidade é realizada em Belém.** UFRA, Belém, 2023. Disponível em: https://novo.ufra.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3548. Acesso em: 13 maio 2025.

CHAVES, Carla. **Religião ganha destaque nas campanhas de Lula e Bolsonaro para o 2º turno.** CNN, 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/religiao-ganha-destaque-nas-campanhas-de-lula-e-bolsonaro-para-o-2o-turno/> Acesso em: 19 abril 2026

Círio 2020: em formato diferenciado por conta da pandemia. Fundação Nazaré, Belém, 2020. Disponível em: <https://fundacaonazare.com.br/voz-de-nazare/cirio-2020-em-formato-diferenciado-por-conta-da-pandemia/>. Acesso em: 13 maio 2025.

Círio Fluvial 2025: passagens e pacotes. Zarpar, Belém, 2025. Disponível em: <https://ciriofluvial.com.br/>. Acesso em: 12 maio 2025.

Círio de Nazaré é declarado Patrimônio Imaterial da Humanidade da UNESCO. Nações Unidas Brasil, 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/67841-c%C3%ADrio-de-nazar%C3%A9-%C3%A9-declarado-patrim%C3%B4nio-imaterial-da-humanidade-da-unesco>. Acesso em: 13 maio 2025.

Círio solidário: ajude na arrecadação de cestas básicas. Diário do Pará, Belém, 2025. Disponível em: <https://dol.com.br/noticias/para/906099/cirio-solidario-ajude-na-arrecadacao-de-cestas-basicas>. Acesso em: 13 maio 2025.

COLENY, Fabrício. **Círio de Nazaré: histórias.** Disponível em: <https://www.ciriodenazare.com.br/cirio/historias>. Acesso em: 2 abril 2024.

Corda do Círio de Nazaré é produzida, pela primeira vez, totalmente no Pará. G1 Pará, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/04/05/corda-do-cirio-de-nazare-e-produzida-pela-1a-vez-totalmente-no-para.ghml>. Acesso em: 9 maio 2025.

CORREIA, Mariana; FONSECA, Bruno. **Tv do pastor André Valadão recebeu 217 mil do governo em ano eleitoral.** Agência Pública, Carta Capital, out., 2022. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/tv-do-pastor-andre-valadao-recebeu-r-217-mil-do-governo-em-ano-eleitoral/> Acesso em: 24 abril /2026.

DANTAS, Dimitrius; CRAVO, Alice. **Bolsonaro participa do Círio de Nazaré e é alvo de críticas.** O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/bolsonaro-participa-do-cirio-de-nazare-e-e-alvo-de-criticas.ghml>. Acesso em: 1 abril 2024.

Eduardo Bolsonaro desdenha e chama Círio de Nazaré de “barqueata pró-Bolsonaro”. Ponto de Pauta, 2022. Disponível em: <https://pontodepauta.com/2022/10/09/eduardo-bolsonaro-desdenha-e-chama-cirio-de-nazare-de-barqueata-pro-bolsonaro/> Acesso em: 20 abril 2026.

FERREIRA, Lola; TEIXEIRA, Lucas Borges. **Jingle gospel e sem cervejinha: Encontro de Lula com evangélicos vira culto.** Uol, São Gonçalo, RJ; São Paulo, set.,

2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/09/09/lula-evangelicos-rio-de-janeiro.htm> Acesso em : 07 abril 2026

FLÁVIO, Luiz. **KdABerlinda se consolida como aplicativo oficial do Círio**. Agência Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/60205>. Acesso em: 13 maio 2025.

Flávio Dino alfineta Bolsonaro após gafe sobre Círio de Nazaré. O Tempo, 2022. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/eleicoes/flavio-dino-alfineta-bolsonaro-apos-gafe-sobre-cirio-de-nazare-1.2747118> Acesso em: 19 abril 2026.

GALISI, Juliano. **Quem é Silas Malafaia, aliado e amigo de Bolsonaro que entrou na mira da PF e do STF**. Estadão, ago., 2025. Disponível em: https://www.estadao.com.br/politica/quem-e-silas-malafaia-aliado-jair-bolsonaro-que-entrou-na-mira-pf-stf-nprp/?srsltid=AfmBOookbDYV_qGCePUr4XggB82o2-gZMJVbOv_j_yqJ84yzz-dB-Hn0 Acesso em: 24 abril 2026.

G1 PARÁ. **Mais de 1,3 mil toneladas de resíduos são recolhidas do trajeto do Círio**. Belém, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/noticia/2024/10/14>. Acesso em: 16 maio 2025.

GREENPEACE BRASIL. **Voluntários levam à proteção da Amazônia para o Círio de Nazaré**. 2024. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/voluntarios-levam-a-protecao-da-amazonia-para-o-cirio-de-nazare/>. Acesso em: 15 maio 2025.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/285550440_A_razao_populista_de_Ernesto_L_aclau Acesso em: 17 jun. 2026

MACHADO, Rosana Pinheiro; FREIXO, Adriano de; CUSTÓDIO, Túlio; MARIA, Tatiana Vargas; MIGUEL, Luis Felipe; POTIN, Fabricio; GALLEGU, Esther Solano; GUIMARÃES, Debora Messenberg; FLAUZINA, Ana; BIANCHI, Alvaro. **Brasil em transe: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019. 164 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=7tTBDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA1987&dq=bolsonarismo+no+brasil&ots=e4hWbFL0cl&sig=ZUVNGpaxen6aaFxxUKx5glCYaBd0&redir_esc=y#v=onepage&q=bolsonarismo%20no%20brasil&f=false Acesso em: 16 jun. 2026.

MAFFRA, Sâmia. **Círio de Nazaré potencializa o turismo religioso no Pará**. SETUR-PA, 2023. Disponível em: <https://www.setur.pa.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

MAFFRA, Sâmia. **Círio de Nazaré deve receber turistas e movimentar a economia**. SETUR-PA, 2024. Disponível em: <https://www.setur.pa.gov.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

MARTINS, Letícia; MENDES, Lucas. **Símbolos religiosos: por unanimidade, STF valida uso em prédios públicos**. CNN, São Paulo; Brasília, Novembro. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/simbolos-religiosos-por-unanimidade-stf-valida-uso-em-predios-publicos/> Acesso em: 28 abril 2026

MATOS, Clayton. **Mais de 83% dos municípios do Pará ainda usam lixões**. Diário do Pará, Belém, 2024. Disponível em: <https://diariodopara.com.br>. Acesso em: 15 maio 2025.

MELCHIONNA, Fernanda. **Bolsonaro é vaiado por fazer “barqueata” em evento religioso, o Círio Fluvial, “Respeite nossa cultura”**. X (Twitter), 2022. Disponível em: <https://x.com/Flavionahum/status/1578883385388601344> Acesso em: 23 abril 2026.

MESTRE, Gabriela. **Da prisão ao Planalto: Lula era preso há exatos 5 anos**. Poder 360, abril, 2023. Disponível: <https://www.poder360.com.br/governo/da-prisao-ao-planalto-lula-era-preso-ha-exatos-5-anos/> Acesso em: 24 abril 2026.

Ministro divulga vídeo que associa Bolsonaro à procissão do Círio, apesar de apelo da Arquidiocese. O Globo, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/10/ministro-divulga-video-associando-bolsonaro-a-procissao-do-cirio-apesar-de-advertencia-da-arquidiocese.ghtml> Acesso em: 22 abril 2026.

NOGUEIRA, Carolina. **Bolsonaristas pagam para impulsionar ataques a Erika Hilton nas redes**. Coluna Igor Gadelha, Metrópoles, fev., 2026. Disponível em: <https://www.metropoles.com/colunas/igor-gadelha/bolsonaristas-pagam-para-impulsionar-ataques-a-erika-hilton-nas-redes> Acesso em: 25 abril 2025.

OLIVEIRA, Wesley. **Lula busca se aproximar de segmentos evangélicos, mais lideranças resistem a assédio**. Gazeta do Povo, Brasília, maio, 2021. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/lula-busca-se-aproximar-de-segmentos-evangelicos-pastores-resistem/> Acesso em: 23 abril 2026.

PASSOS, Mauro. **A mística do catolicismo popular: a tradição e o sagrado**. *Anais dos Simpósios da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR)*, [S. l.], v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <https://revistaplura.emnuvens.com.br/anais/article/view/198>. Acesso em: 18 jun. 2026.

PANTOJA, Vanda; MAUÉS, Raymundo Heraldo. **O Círio de Nazaré na constituição e expressão de uma identidade regional amazônica**. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 57-68, 2012. DOI: 10.12957/espacoecultura.2008.3574. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3574>. Acesso em: 18 jun. 2026.

Pará tem maior percentual de católicos do Norte e 6º maior de evangélicos no país, diz IBGE. O Liberal, Belém, 2025. Disponível em: https://www.oliberal.com/para/para-tem-maior-percentual-de-catolicos-do-norte-e-6-maior-de-evangelicos-no-pais-diz-ibge-1.973907#goog_rewarded Acesso em: 19 abril 2026.

PEREIRA, Roger. **Bolsonaro participa de romaria fluvial no Círio de Nazaré**. Gazeta do Povo, 2022. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

PEREIRA, Felipe. **Em igreja, Bolsonaro diz que colocou guerreiro no STF: “Para nos defender”**. Uol, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/22/em-igreja-bolsonaro-diz-que-colocou-guerreiro-no-stf-para-nos-defender.htm> Acesso em: 07 maio 2026.

PETRARCA, Fernanda Rios. Uma janela no tempo: a ascensão do Bolsonarismo no Brasil. **Revista TOMO**, [S. l.], n. 38, p. 339–371, 2021. DOI: 10.21669/tomo.vi38.14356. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tomo/article/view/14356> Acesso em: 18 jun. 2026.

PRAZERES, Leandro. **Eleições 2022: por que Lula lidera entre católicos e Bolsonaro entre evangélicos?** BBC News Brasil, Brasília, set., 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-62896472> Acesso em: 24 abril 2026.

RIBEIRO, Aláise By. **Nota sobre a presença do presidente no Círio Fluvial.** Arquidiocese de Belém, Belém/PA, 2022. Disponível em: <https://arquidiocesedebelem.com.br/nota-sobre-a-presenca-do-presidente-no-cirio-fluvial/> Acesso em: 29 abril 2026.

Rede Super de televisão. **Profecia para o Brasil.** You Tube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6iU4SXhrqEs> Acesso em: 18 abril 2026.

RODRIGUES, Alex. **Fiéis lotam ruas de Belém para acompanhar a procissão do Círio de Nazaré.** Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 12 maio 2025.

ROSA, Lázaro. **Bolsonaro foi muito bem recebido ao tentar usar o Círio de Nazaré como palanque eleitoral.** X (Twitter), out., 2022. Disponível em: <https://x.com/lazarorosa25/status/1578784767784681472> Acesso em: 24 abril 2026.

SOARES, Ingrid. **CNBB condena o uso da religião na busca de voto.** Correio Braziliense, 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5043788-cnbb-condena-o-uso-da-religiao-na-busca-do-voto.html> Acesso em: 20 abril 2026.

SÓTER, Gil; CARNEIRO, Taymã. **‘Círio é intocável e nenhum político pode se apropriar’, diz Helder Barbalho sobre participação de Bolsonaro em procissão católica em Belém.** G1 Pará, Belém, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2022/noticia/2022/10/07/cirio-de-nazare-e-intocavel-e-nenhum-politico-pode-se-apropriar-diz-helder-barbalho-sobre-participacao-de-bolsonaro-em-procissao-catolica.ghtml> Acesso em: 27 abril 2026.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **Festas, procissões, romarias, milagres: aspectos do catolicismo popular.** Natal: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), 2013. Disponível em: <https://memoria.ifrn.edu.br/bitstream/handle/1044/1090/Festas%20Procissoes%20Romarias%20Milagres%20-%20Ebook.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 jun. 2026.

SOUZA, Ricardo Luiz de. **O catolicismo popular e a Igreja: conflitos e interações.** *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 127-139, maio/ago. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5798/579866836005.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2026.

STF. **2º turma requerida parcialidade do ex-juiz Sérgio Moro na reportagem de Lula no caso Triplex.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=462854&ori=1> Acesso em: 27 abril 2026.

STF. **STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato.** Brasília, 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261> Acesso em: 27 abril 2026.

SUESS, Paulo. **O catolicismo popular no Brasil: tipologia de uma religiosidade vivida**. São Paulo: Edições Loyola, 1979. 210 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=m14k084TVrcC&oi=fnd&pg=PA4>. Acesso em: 17 jun. 2026.

UOL. **Após romaria fluvial do Círio de Nazaré, Bolsonaro faz campanha de jet-ski**. You Tube, 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qGQzas_znJ0. Acesso em: 20 abril 2026.

Transladação reúne cerca de 1 milhão de devotos pelas ruas de Belém. G1 Pará, Belém, 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/cirio-de-nazare/2015/noticia/2015/10/trasladacao-reune-cerca-de-1-milhao-de-devotos-pelas-ruas-de-belem.html>. Acesso em: 08/05/2026.

VAQUERA, Ana Carol Aldapi. Por um Populismo de Esquerda - Chantal Mouffe, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/35616/43707>. Acesso em: 17 jun. 2026

VIANNA, Lucas Oliveira; MENDONÇA, Matheus Thiago Carvalho. “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará”? A retórica religiosa na construção do “mito” bolsonarista e sua recepção pelo evangelicalismo brasileiro. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, Niterói, v. 55, n. 2, e56378, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.uff.br/antropolitica/article/download/56378/34637/208044>. Acesso em: 18 jun. 2026

5.2. Referências

ALMEIDA, Ivone Maria Xavier de Amorim. **Revisitando o Círio de Nazaré a partir da lente sociológica de Eidorfe Moreira**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, v. 10, n. 3, p. 591–604, 2015.

ALMEIDA, Ronaldo de. **Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira, 2019**. *Novos Estudos CEBRAP*, v. 38, n. 1, p. 185–213, jan. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/rTCrZ3gHfM5FjHmzd48MLYN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 jun. 2026.

ALVES, Isabela Silva. **O voto religioso: os eleitores, os escolhidos e a representatividade**. Revista Ballot, p. 3-25.

ALVES, Isidoro. **A festiva devoção no Círio de Nossa Senhora de Nazaré**. Estudos Avançados, v. 19, n. 54, p. 315–332, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE RESÍDUO E MEIO AMBIENTE (ABREMA). **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil 2024**. São Paulo: ABREMA, 2024.

BASTONE, Paula; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. **Religião e religiosidade na Amazônia e na contemporaneidade**. Amapá: UNIFAP, 2018.

BERNARDES, Bastos Batista; DEBORTOLI, José Alfredo Oliveira. **Fé, festas e economia popular**. Revista Antropolítica, v. 54, n. 3, p. 92–117, 2022.

BIRMAN, Patrícia. **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar, 2003.

BORGES, Beatriz et al. **O Círio de Nazaré em 140 caracteres e 10 segundos**. Puçá, v. 2, n. 2, p. 165–191, 2016.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença**. Porto Alegre: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Perspectiva, p. 6-361, 1974.

BRIZUENA, Daniel Andres Baez. **Cristofascismo e Bolsonarismo no campo político, social e religioso brasileiro**. Caderno Intersaberes, Curitiba, v.10, n. 28, p.170-197, 2021.

BURITY, Joanildo. **Religião, cultura e espaço público: onde estamos na presente conjuntura?** p.13-49, 2008.

CAMURÇA, Marcelo. **Religiões cívica, civil e pública**. Debates do NER, 2018.

CASTRO, Mercedes Maria Silva. **A festa do Círio de Nazaré**. Brasília, 2018.

CHATEAURAYNAUD, Francis: **Pragmática das transformações e sociologia das controvérsias: lógicas de investigação em face do tempo longo dos processos (Parte 1)**. Blog do Sociofilo, p. 1-23

CHATEAURAYNAUD, Francis: **Pragmática das transformações e sociologia das controvérsias: lógicas de investigação em face do tempo longo dos processos (Parte 2)**. Blog do Sociofilo, p. 1-23

CORRÊA, Ivone. **Círio de Nazaré: ressignificações culturais**. 2010.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça. **O voto dos evangélicos em Bolsonaro em 2018: identidade, valores e lideranças religiosas**. Belo Horizonte, p. 12-123, 2022.

FERREIRA, Matheus Gomes Mendonça; FUKS, Mario. **Lideranças religiosas e o voto em Bolsonaro em 2022**. Rev. Bras. Ciênc. Polit., v.44, p. 1-30, 2025.

FILHO, José Ivan de Oliveira. **Os primórdios do Bolsonarismo: a utopia regressiva dos redpills**. Fortaleza, p. 14-253, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2004

FRUGOLI, Ricardo; BUENO, Mariely. **O Círio de Nazaré: sagrado e profano**. Turismo & Sociedade, 2014.

FUKS, Mario; MARQUES, Pedro Henrique. **Contexto e voto: o impacto da reorganização da direita sobre a consistência ideológica do voto nas eleições de 2018**. Opinião Pública, Campinas, v.26, n.3, p.401-430, set./dez., 2020.

GIUMBELLI, Emerson; CAMURÇA, Marcelo. **Transformações da laicidade: estado, religião e sociedade em relação**. ABA Publicações, Brasília, p. 7-519, 2024.

GIUMBELLI, Emerson. **A presença do religioso no espaço público**. 2008

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural na esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003. p. 7-398.

IGREJA CATÓLICA. *Código de Direito Canônico*. Promulgado por S.S. o Papa João Paulo II. Versão portuguesa. 4. ed. rev. São Paulo: Loyola, 2003, p. 8-459.

JÚNIOR, Adiva Cardoso Ferreira. **Análise da laicidade do estado brasileiro**. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. São Paulo, v. 8, n. 4, p. 1151-1174, 2022.

JÚNIOR, João do Reis Silva; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais**. Revista Eletrônica de Educação, v. 14, p.1-26, jan/dez.,2020.

KUSHNIR, Karina. **Antropologia da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Edusc, p. 7-399, 2012.

LOPES, Guilherme Esteves Galvão; Vargas Fundação Getúlio. **A bancada evangélica e a eleição de Jair Bolsonaro(2018)**. Encontro Internacional Histórias e Parcerias. p. 1-17, 2019.

LÖWY, Michael. **A guerra dos deuses**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MARIANO, Ricardo. **Laicidade à Brasileira: católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública**. Civitas, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p.238-258, mai/ago., 2011.

MELO, Carlos Ranulfo. **Religiões, direita e “Lula 3”: a eleição de 2022 e seus desdobramentos**. Caderno CRH, v. 37, p.1-16, 2024.

MONTERO, Paula (org.). **Religiões e controvérsias públicas**. São Paulo: Terceiro Nome, 2015, p. 1-19.

MONTERO, Paula. **Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil**. Etnografia, v. 13 (1), p.7-16, 2009.

MONTERO, Paula. **Controvérsias religiosas e esfera pública: as religiões como discurso**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32 (1), p. 167-183, 2012.

MOREIRA, Flávio Salcedo Rodrigues; HOFMANN, Luiza Fernanda dos Santos. **Crente vota assim: lógicas midiático discursivas sobre a identidade política religiosa dos cristãos durante as eleições presidenciais de 2022 no Brasil**. Anais de Artigos, VI Seminário Internacional de Pesquisas em Midiatização e Processos Sociais, v. 1, n., 6, p. 1-19, 2024.

ORO, Ari Pedro. **Religião e política no Brasil**. Cahiers des Amériques latine, p. 205-222, 2005/2006.

ORO, Ari (org.). **A religião no espaço público**. Porto Alegre: Terceiro Nome, 2012.

PANTOJA, Vanda. **Geopolítica do sagrado**. 2018.

PY, Fábio; REIS, Marcos Vinicius de Freitas. **Católicos e evangélicos na política brasileira**. Estudos de Religião, v. 29, n. 2, jul/dez., p. 135-161, 2015.

QUEIROZ, Pedro Paulo Espírito Santo. **Círio de Nazaré: identidade religiosa**. 2016.

RENNÓ, Lucio Remuzat. **Bolsonarismo e as eleições de 2022**. Estudos avançados, Brasília, p. 147-163, 2020.

SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ED., 2003.

SALES, Lilian; MARIANO, Ricardo. **Ativismo político de grupos religiosos e luta por direitos**. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 39 (2): 2019, p. 10-27.

SOFIATI, Flávio Munhoz. **Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo**. Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar, v. 5, n. 2, jul/dez., p. 327-350, 2015.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, Esther; ROCHA, Camila (orgs.). **A direita nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

THOMPSON, John. **A mídia e a modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 7-427.

VANDENBERGHE, Frédéric. **A relação como operador mágico. Superando a divisão entre sociologia processual e relacional**. Sociol. Antropol. Rio de Janeiro, v. 07. 02. ago., 2017, p. 341-370.